

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FELIPE ALVES DE OLIVEIRA

EM BUSCA DA REVOLUÇÃO: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NACIONALISTA NO
BRASIL (1956-1964)

MARIANA
2015

FELIPE ALVES DE OLIVEIRA

EM BUSCA DA REVOLUÇÃO: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NACIONALISTA NO
BRASIL (1956-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em história.

Área de concentração: Poder e Linguagens

Linha de pesquisa: Poder, Linguagens e Instituições

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu

MARIANA
2015

048t

Oliveira, Felipe Alves.

Em busca da revolução [manuscrito]: a trajetória do movimento nacionalista no Brasil (1956-1964) / Felipe Alves Oliveira. - 2015.

131f.: il.: tabs.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens.

1. Nacionalismo. 2. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 3. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. I. Abreu, Marcelo Santos de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 338.1:321

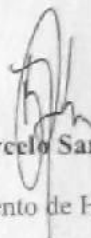
Catálogo: www.sisbin.ufop.br



Felipe Alves de Oliveira

"Em busca da Revolução: A Trajetória do Movimento Nacionalista no Brasil (1956-1964)"

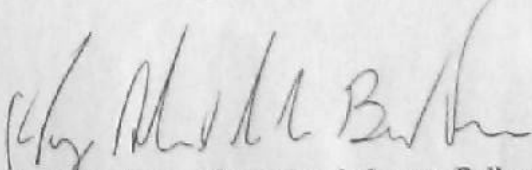
Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.


Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu

Departamento de História/ UFOP


Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira

Departamento de História/ UFOP


Prof. Dr. Hugo Alexandre de Lemos Bellucco

Secretária Municipal de Educação de Duque de Caxias /RJ

Para meus amores, Ângela, Rogério e Hiago.

Agradecimentos

Chegou a hora de retribuir, com enorme gratidão, a todos aqueles que me ajudaram nesta caminhada. Olha, é muita gente! Vamos lá!

Em primeiro lugar, agradeço a Deus imensamente pelo dom da vida, pela coragem e fé em seguir a caminhada diária pelos mistérios da existência.

À minha família, que em todos os momentos me apoiou incondicionalmente. Minha mãe Ângela, meu pai Rogério, meu irmão Hiago, as tias e tios, tia Dora, tia Só, tia Nenen, Nazaré, Abgail, tio Tunico, tio Fio, Dudu, tio Lanin, tio Lilin, Jefferson; aos primos e primas Rilena (cumadre), Thiago (cumpadre), Renata, Shelly, Junin, Tatá, Jefinho, Léo, ao meu afilhado Cauã e a minha avó Irene, que do lado de lá nos abençoa cotidianamente.

Aos meus amigos de longa data, Felipe Barbacena, Aline, Élida, Denner, Carla, Bruno Omar, Bruna Xavier, Bruna Patrícia, Kaio, Ester Mariana, Lucas, Maria Xú, Fernanda "Prefeita", Olinda Miranda, Marcelle, Basílio e Anderson Soares. Em especial, preciso aqui registrar minha gratidão a três pessoas que ajudaram lá no início do mestrado, Barbacena, Bruninha e Fernandinha – tempos de CAT.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho do Centro de Atenção ao Turista (CAT) Livia, Érica, Stela, Adriana; das Escolas de Tempo Integral, Patrícia, Hebe, Daiâne, Rosângela, Cássia, Mônica, Jonas, Renata, Kátia, Nete e também da secretaria do PPGHIS Janaína, Marco Antonio, Fábio Joly e Marcelo Rangel, e muitos outros que ajudaram com os expedientes do dia.

Aos professores Mateus Pereira, Jefferson Queler, Luisa Rauter, Hugo Bellucco e, em especial, Marcelo Abreu, que aceitou prontamente a orientação desta pesquisa.

Agradeço de coração a todos vocês!

Direi mesmo que o sábio tem mais prejuízo que qualquer outro, porque uma propensão natural o leva a subordinar tudo ao ponto de vista donde mais aprofundou os seus conhecimentos: o matemático não vê prova senão numa demonstração algébrica, o químico refere tudo à ação dos elementos, etc. Aquele que se fez especialista prende todas as suas ideias à especialidade que adotou. Tirai-o daí e o vereis quase sempre desarraoar, por querer submeter tudo ao mesmo cadinho: consequência da fraqueza humana.

Allan Kardec, *O livro dos espíritos*.

Sem isto, sem a instrução da massa popular, sem o seu realçamento, não é só a riqueza que nos faltará – é a própria qualidade de *gentes* entre as gentes modernas. Pouco importa o que está inscrito nas Constituições, que as camadas políticas vão depositando nos armários oficiais. Como estamos, não somos nem nações, nem repúblicas, nem democracias. A democracia moderna é um produto do progresso; e nós somos, ainda, uma presa do passado, recalcitrante em tradições e preconceitos, que não soubemos vencer ainda. Querer um regime moderno, com as almas cristalizadas nos costumes de três séculos atrás, não é uma utopia – é uma monstruosidade.

Manoel Bomfim, *A América Latina, Males de Origem*.

Resumo

O presente trabalho tem como foco a análise do nacionalismo no Brasil, durante as décadas de 1950 e 1960. Busca-se demonstrar que o nacionalismo foi algo além de uma ideologia formulada pela intelectualidade brasileira, sendo, sobretudo, um movimento político, que atingiu amplos setores da sociedade brasileira, como a União Nacional dos Estudantes, a Frente Parlamentar Nacionalista, o periódico "O Semanário e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) . Compreende-se o nacionalismo como um movimento político que vigorou no país entre os anos de 1956 e 1964.

Palavras-chave: nacionalismo, subdesenvolvimento, ISEB.

Abstract

This paper focuses on the analysis of nationalism in Brazil during the 1950 and 1960. The aim is to demonstrate that nationalism was anything but an ideology formulated by Brazilian intellectuals, and above all a political movement, which reached broad sectors of Brazilian society, such as the Nation Union of Students, the Parliamentary Nationalist Front, the regular weekly and the Institute of Brazilian Studies (ISEB). It is understood nationalism as a political movement that ruled the country between the years 1956 and 1964.

Keywords: nationalism, underdevelopment, ISEB.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO NACIONALISMO	
NACIONALISMO E HISTORIOGRAFIA	24
NACIONALISMO, NOVOS TEMPOS	32
NACIONALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO	38
NACIONALISMO E ALIENAÇÃO	43
NACIONALISMO E COSMOPOLITISMO	47
NACIONALISMO E HISTÓRIA	54
NACIONALISMO E CONSCIÊNCIA	59
NACIONALISMO E IMPERIALISMO	65
CONCLUSÃO	73
CAPÍTULO 2 – O NACIONALISMO EM MOVIMENTO	
O ISEB EM AÇÃO	74
A PEDAGOGIA NACIONALISTA	76
“O SEMANÁRIO”, A VOZ DO NACIONALISMO!	84
O MOVIMENTO ORGANIZADO: FRENTE E NÚCLEOS	91
O MOVIMENTO EM SI: O NACIONALISMO EM PAUTA	100
NACIONALISMO, COMUNISMO, ESTATISMO E TRABALHISMO ...	110
“GORILAS” EM PÂNICO, QUEREM DEPOR O PRESIDENTE!	112
CONCLUSÃO	118
CONSIDERAÇÕES FINAS	120

Apresentação

O tema deste estudo é nacionalismo no Brasil, mas o nacionalismo enquanto movimento político e não apenas como ideologia. O contato com a bibliografia sobre o tema, particularmente aquela que atrelava a ideologia ao círculo restrito do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi o ponto inicial desta pesquisa. De um lado, tem-se uma literatura que trata o nacionalismo como uma ideologia forjada por intelectuais para legitimar a plataforma de governo de Juscelino Kubitschek, do outro, os novos estudos que tratam o objeto como uma espécie de substrato temporal da conjuntura entre 1930 e 1964.

A pergunta que orienta este trabalho pode ser formulada da seguinte maneira: Afinal, o que foi o nacionalismo no Brasil? Deixando de lado a estratégia de sempre analisar, única e exclusivamente, a produção intelectual do ISEB – mas sem negligenciá-la – incorporamos uma nova fonte: os impressos. Diante de um número infindável de páginas e páginas de jornais, chegamos ao periódico “O Semanário” que se auto-intitulava o “órgão oficial do nacionalismo”. Assim, passamos a acompanhar a trajetória deste jornal, que ininterruptamente, entre os anos de 1956 e 1964, cobriu tudo aquilo que versava sobre o nacionalismo brasileiro. Com isso, passamos a perceber que o tal nacional-desenvolvimentismo não podia ter sido apenas uma ideologia do Estado.

Com a leitura de “O Semanário” pudemos acompanhar a trajetória do nacionalismo no Brasil. Por fim, concluímos que houve no Brasil, entre 1956 e 1964 um movimento político, aqui compreendido como movimento nacionalista brasileiro. A periodização tem como base o aparecimento de instituições que serão caras ao movimento, todas elas em 1956, a saber: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o jornal “O Semanário”. Algumas delas já existiam, como por exemplo, a União Nacional dos Estudantes, outras surgiram ao longo dos anos, como a Liga Ferroviária Nacionalista, a Liga Feminista Nacionalista, entre outros. 1964 é o ano de extinção do movimento. Os motivos que levaram a esta situação são mais que conhecidos.

A dissertação é dividida em quatro partes: introdução, capítulos um e dois e conclusão. Na introdução traçamos uma análise – breve – sobre a história das ideias ou história intelectual no Brasil, com o intuito de demonstrar o modo com a historiografia, até então, havia tratado este objeto – apenas como uma ideologia. O capítulo 1, dedica-se a apresentação dos fundamentos teóricos do nacionalismo, em especial, analisamos a produção intelectual da CEPAL – considerada a matriz

teórica do movimento – e do ISEB. O capítulo 2, pretende apresentar o movimento nacionalista em si, sua organização, pautas, adversários, etc. Nas considerações finais, realizamos um breve balanço explicando as possíveis causas para os poucos estudos sobre o tema.

Consideramos a periodização de 1956 a 1964, pois foi neste período que identificamos o funcionamento das instituições ditas nacionalistas. Mas é preciso dizer que as raízes do movimento encontram-se entre os anos de 1952 e 1953, ano de fundação do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) – conhecidos como Grupo de Itatiaia – e da PETROBRÁS. O debate sobre exploração do petróleo, se sob a forma de monopólio estatal ou da iniciativa privada, foi uma das principais pautas do movimento nacionalista brasileiro. As limitações impostas a uma pesquisa de mestrado nos impossibilitou, pelo menos por ora, estabelecer uma análise mais pormenorizada sobre o debate circunscrito a efetivação da PETROBRÁS. Porém, salientamos a importância do debate na consolidação do nacionalismo, enquanto movimento político, a partir de 1956. Em síntese, este estudo situa-se numa espécie de segunda fase do nacionalismo – a primeira teria se dado em torno do debate da criação da empresa estatal –, período em que os sujeitos históricos incorporaram novas demandas ao nacionalismo.

Por fim, é necessário justificar a escolha do título deste trabalho. *Em busca da Revolução: a trajetória do movimento nacionalista brasileiro*, pretende denominar a forma como o movimento nacionalista, ocorrido entre 1956 e 1964, tratou a questão da revolução brasileira. Pelas lentes do movimento nacionalista, a revolução definia-se, entre outras coisas, como a superação das deficiências originadas a partir do passado colonial. O movimento nacionalista de 56 foi apenas uma das formas de se conceber a dita Revolução Brasileira, outros projetos circulavam a mesma época. O movimento, apesar de conter certa originalidade, permanecia na busca da revolução, anunciada tempos atrás por outros agentes históricos, como por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, “a grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século.” Os nacionalistas atuantes a partir de 1956 buscaram construir meios de consolidar a utopia chamada Revolução Brasileira.

INTRODUÇÃO

(...) Por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações européias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida? Superando o fatalismo supersticioso das teorias de inferioridade de clima e “raça” essa pergunta adquiriu uma significação mais real do ponto de vista econômico. (FURTADO, 1958)

Este trecho emblemático de *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado resume bem o espírito dos anos 1950. Em sua maioria, a produção intelectual deste decênio tivera como referência uma nova disciplina, a economia¹. Como explicitado acima, teses elaboradas em torno da discussão da raça e do clima, comuns desde o início do século, caíram num certo descrédito. Os anos 50 incluíram um novo elemento à discussão da formação da nacionalidade. Cabe ressaltar que este novo viés interpretativo pode ser compreendido mediante a análise das influências da teoria do materialismo histórico e da teoria do subdesenvolvimento.

Faremos aqui um exercício de reflexão, ao tecermos uma comparação entre as demandas identificadas por intelectuais de diferentes conjunturas historiográficas: de 1920-30 com a posterior de 1950-60. Pretendemos situar o nosso objeto, o movimento nacionalista, mais especificamente, seus intelectuais, que mesmo diante de um novo paradigma – a economia –, continuava a problematizar sobre uma questão já abordada no passado. Estariam os intelectuais nacionalistas, principalmente aqueles do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), distante dos debates historiográficos observados nas passagens do século XIX para o XX e também daqueles situados entre a Semana de Arte Moderna (1922) e o início do Estado Novo em 1937? A conjuntura histórica inaugurada nos anos 1950 e 1960 seria radicalmente nova? Afinal, há alguma continuidade em relação aos problemas? Enfim, é o possível estabelecer um diálogo?

Segundo Maria Stella Martins Bresciani² sim, é possível tecer um diálogo entre os intérpretes do Brasil. Deixando de lado procedimentos metodológicos, como a organização de autores e obras em correntes ou escolas de pensamento, além dos rótulos conservadores ou reformistas e até mesmo de denominar autor e obra como clássico, Bresciani tece uma reflexão tendo como ponto de partida, aquilo que denominou de lugar-comum destes autores (Oliveira Vianna, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.): o pressuposto

¹ Ver VILLAS BOAS, Gláucia. *A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da biblioteca nacional 1945 a 1966*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

² BRESCIANI, Maria Stela Martins. “Um possível diálogo entre (e com) os intérpretes do Brasil.” In: *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

mesológico, a noção de raça e de etnia, a noção de uma elite em descompasso com a sociedade, a tese sobre a ausência de um típico cidadão-liberal e a precariedade dos hábitos de solidariedade.

Tendo como referência o trabalho de Bresciani propomos um diálogo, não apenas entre autores, mas também entre as experiências de tempo. Neste caso, referimo-nos a possibilidade de confrontar duas conjunturas, aquelas dos anos 1920 a 1940 com os anos 1950 a 1960. Partindo da ideia de que inclusão de uma nova disciplina, a economia, corroborou para a formulação de interpretações em certa medida inéditas, tentaremos estabelecer os lugares-comuns daqueles que escreveram entre os anos de 1950 e 1960. A partir daí teceremos uma diálogo entre as conjunturas, com o intuito de perceber as continuidades e as possíveis mudanças no que tange a análise da formação da nacionalidade. Em relação à primeira conjuntura, de 1920 a 1940 tomaremos como base o trabalho de Bresciani. No tocante a segunda, teremos como objeto de análise o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, (ISEB).

Iniciaremos nossa análise apresentando de forma breve o percurso teórico-metodológico da história das ideias ou história intelectual ao longo do século XX no Brasil. Vale ressaltar que o trabalho de Bresciani, faz parte de uma renovação historiográfica iniciada nos 1990 que buscou reler aqueles autores e obras tidos “clássicos” de outra forma. Além disso, os pesquisadores passaram a recuperar autores “menores” da nossa historiografia, como Manoel Bomfim, Alberto Torres, Hermes Lima, Guerreiros Ramos, entre tantos outros. Além disso os novos pesquisadores passaram a criticar a prática bastante como de agrupar os autores e obras em correntes ou escolas de pensamento.

Para André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz³, esta renovação da historiografia do pensamento social brasileiro deve-se a criação de novos espaços de pesquisa, como por exemplo, A Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, cujo Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil vem se reunindo continuamente desde 1981, além da crescente expansão dos programas de pós-graduação em História.

Não é por acaso que esta renovação do campo aconteceu na década de 1990. O fim do Regime Militar e conseqüentemente o retorno a Democracia, fez com que uma nova geração, já distante do trauma de 1964 pudesse tecer suas análises de uma forma diferenciada. Por exemplo,

³ BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

entre as décadas de 1960 e 1980, os analistas do ISEB, aqui citamos Caio Navarro de Toledo e Maria Sylvia de Carvalho Franco, liam a produção intelectual do grupo à luz dos eventos de Abril de 1964. Para estes analistas, o ISEB cometera erros grosseiros na sua leitura acerca da realidade brasileira. Diante disso receberam inúmeros rótulos, como por exemplo, de ideólogos do nacional-desenvolvimentismo. Dante Moreira Leite, referia-se a produção de Álvaro Vieira Pinto, membro do ISEB, de forma pejorativa – classificando autor e obra como estritamente românticos.

Pode-se dizer que ao longo do século XX vigorou no Brasil um tipo de análise pautado nos princípios de uma história das ideias⁴. Como referência a este debate, citamos o trabalho de Leandro Konder *História dos Intelectuais nos anos cinquenta*⁵. Konder ponderava sobre a necessidade de atribuir certa fisionomia aos anos 1950, ou seja, recuperar o “ambiente cultural” que existia naquele momento. Assim, antes de iniciar o debate circunscrito aos intelectuais, dedicava-se a construção de um certo contexto. Passava-se então a uma narrativa dos acontecimentos mais importantes daquela década, a morte de Getúlio Vargas, a Guerra Fria, a conquista da Copa do Mundo, o debate em torno da Petrobrás, entre outros. Concluía o texto afirmando que “o processo pelo qual a história era repensada, entretanto, era inevitavelmente contraditório⁶.”

Um procedimento também bastante comum no Brasil é a produção de manuais sobre os intérpretes e pensadores do Brasil. Este tipo de publicação tem como pano de fundo a elaboração de sínteses dos nossos “clássicos.” Com isso, alguns recursos metodológicos são aplicados: a) seleção: a elaboração de uma publicação relacionada à história do pensamento social brasileiro exige uma escolha de autores e obras; b) unidade: a narrativa cronológica do texto constrói certa unidade de pensamento, às vezes inexistente entre os autores, além disso, produz uma sensação de progresso entre um texto e outro.

Segundo Fábio Franzini e Rebeca Gontijo⁷ a lógica de produção dos “clássicos” gera consequentemente uma situação inversão, a lógica do esquecimento. Um exemplo disto é o famoso

⁴ Tomamos como referência a definição de Francisco Falcon sobre a História das Ideias, “(...) a história das ideias remeter a textos nos quais os conceitos articulados constituem os agentes históricos primários, vindo a seguir as pessoas portadoras desses conceitos, enquanto as chamadas relações externas são entendidas como simples condições de existência das ideias propriamente ditas.” Ver FALCON, Francisco. “História das Ideias.” In: *Domínios da história. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 21 reimpressão.

⁵ KONDER, Leandro. “História dos Intelectuais nos anos cinquenta.” In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ed. São Paulo: Contexto 1998.

⁶ KONDER, L., 1998. p.358.

⁷ FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. “Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

prefácio de Antônio Cândido *O Significado de Raízes do Brasil* escrito em 1967, que elegeu como obras indispensáveis ao leitor *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior (1942). Outra memória bastante arraigada considera a Revolução de 1930 um divisor de águas na historiografia brasileira. Assim, cristalizou-se a ideia de que tudo que antecede os anos 1930 carece de pouco crédito. José Carlos Reis⁸, por exemplo, considera a existência de certo movimento intelectual que tivera origem em Varnhagen e se estende até a Revolução de 1930.

*O Caráter Nacional Brasileiro – História de uma Ideologia*⁹, de Dante Moreira Leite (1976) propõe uma grande narrativa sobre o pensamento social brasileiro, categorizada de ideologia do caráter nacional brasileiro. O início desta ideologia é o século XVIII, momento que florescem os primeiros sentimentos nativistas. Passando para o século XIX, a ideologia neste momento, fez-se presente no momento da Independência, quando necessitávamos afirmar a nossa unidade nacional e atribuir ao brasileiro traços positivo, sobretudo ao índio, símbolo da nacionalidade. Uma terceira fase tivera início por volta de 1880, estendendo-se até a década de 1950. Segundo Moreira Leite, esta é a fase propriamente dita da ideologia, “pois é nesse período que a teoria racial é aceita pelos autores brasileiros e que virá para justificar o domínio das classes mais ricas. Além disso, as teorias raciais permitem aos ideólogos explicar o atraso do Brasil pela existência de grupos de raças inferiores e mestiços.”

A ruptura e o descrédito desta ideologia acontecem mediante o aparecimento de circunstâncias históricas que exigiriam a formulação de uma nova ideologia. A intensificação da industrialização e a conseqüente luta pela independência econômica corroboraram para a criação de novos quadros teóricos. Segundo Dante Moreira Leite, “as condições da vida social é que determinam as características psicológicas, embora estas, depois, possam também influir na vida social¹⁰. ” Em *Formação do Brasil Contemporâneo (1942)* é que acontece a ruptura, pois a obra de Caio Prado Júnior “assinála um novo momento na interpretação histórica do Brasil: já não se trata de explicar a situação do país através de um ou outro fator – a raça, o clima, a escravidão, as características psicológicas dos colonizadores – mas de interpretá-los em função do sentido da

⁸ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9.ed. ampliada – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁹ LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro. História de uma ideologia*. 3ed. São Paulo, Pioneira, 1976 p. 326

¹⁰ *Ibidem*.p.327.

colonização¹¹.”

O problema deste tipo de procedimento metodológico – a elaboração de uma extensa narrativa – é a construção de uma lógica histórica em muitos casos inexistente. Moreira Leite, por exemplo, situa Sérgio Buarque de Holanda numa certa transição entre a ideologia do caráter nacional brasileiro e a ruptura dos anos 1950. Além disso, atribui-se aos autores e obras juízo de valor, como podemos observamos logo abaixo,

De um lado, não se deve imaginar que a fase anteriormente examinada não tenha apresentado contribuições positivas. Muito ao contrário, os chamados “estudos brasileiros,” ainda que formulados numa perspectiva errada ou deformadora, certamente despertaram o interesse por vários problemas, permitiriam o levantamento de dados e a apresentação de hipóteses explicativas. Se em alguns casos – por exemplo, com Oliveira Vianna ou Gustavo Barroso – a deformação ideológica chega a um ponto extremo, de maneira que sua contribuição é quase nula, em outros – como em Gilberto Freyre – os dados, ainda que referentes a apenas uma região e a uma classe, são significativo.¹²

Em relação a Manoel Bomfim, chama atenção a explicação dada para o insucesso editorial de sua obra principal *A América Latina: Males de Origem (1905)*. Para Moreira Leite, “a razão fundamental para o esquecimento de sua obra decorre do fato de Manoel Bomfim estar adiantado com relação aos intelectuais de seu tempo, ou do fato de ser capaz de propor uma perspectiva para a qual esses intelectuais não estavam preparados.¹³” Como havia construído de antemão uma narrativa na qual a ruptura aconteceria somente nos anos 1950, tornara-se impossível pensar numa fissura ainda no início do século. Utilizando-se de um recurso comum – mas bastante problemático –, de classificar um autor como a frente de seu tempo, justifica o esquecimento de Bomfim pela ignorância de seus contemporâneos, que ainda estavam não preparados para compreendê-lo.

Numa obra recente *As Identidades do Brasil (2000)* de José Carlos Reis, é possível identificar ainda, resquícios deste tipo de abordagem. Segundo Reis, o objetivo do trabalho “é a reposição de alguns intérpretes do Brasil em sua época, em sua data, com sua problemática específica e com as suas específicas avaliações do passado e projeção do futuro.¹⁴” A meu ver, mesmo o autor justificando a adoção de uma perspectiva diferente, em que autores e obras seriam compreendidos cada um ao seu tempo, na prática Reis acabou reforçando práticas tradicionais da história das ideias.

¹¹ Ibidem.p.316.

¹² Ibidem.p.311.

¹³ Ibidem.p.251.

¹⁴ REIS, J.C.,2007 p.14.

Tendo como referência a obra Reinhart Koselleck¹⁵, José Carlos Reis formulou duas categorias analíticas, mudança e continuidade como forma de organizar os intérpretes do Brasil em dois blocos, daqueles tidos como os descobridores do Brasil e daqueles considerados os redescobridores. Os primeiro faziam um elogio ao passado, visualizando apenas uma modernização em que futuro seria o seu aprimoramento – este bloco é representado por Varnhagen e Gilberto Freyre. O segundo interpretava o passado como um problema e projetava um futuro radicalmente inverso – neste bloco estão Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Podemos dizer que em relação aos juízos de valores, como aquele feito por Dante Moreira Leite a obra de Oliveira Vianna, não estão presentes no texto de José Carlos Reis, até porque sua “hipótese é a de que não há autores superados, desde que lidos em sua época. Dentro dela, são insuperáveis.” Porém, a escolha de classificar os autores em correntes de pensamento, como observado em outros autores é um problema.

Dividimos estas sínteses do Brasil em duas correntes: a do descobrimento do Brasil (1850-1930), aqui representada por Varnhagen e Gilberto Freyre, que priorizam a continuidade em relação à mudança, que preferem o passado, o Brasil tradicional ao Brasil moderno. Desde essa perspectiva, o Brasil deverá ser ou o mesmo passado ou a melhoria do passado. A tese do “progresso linear e gradual” é interpretada de modo conservador: é o mesmo que se aperfeiçoa. O passado resolverá os seus problemas sem necessidade de ruptura, mudança, revolução. (...) As interpretações que constituem a corrente do “redescobrimento do Brasil” priorizam a mudança em relação a continuidade.¹⁶

Além disso, a obra de José Carlos Reis reforça a noção dos “clássicos” pois a sua justificativa em relação a escolha dos autores, tem como parâmetro a noção de “panteão da historiografia brasileira.” Por fim, uma sugestão de leitura feita aos apreciadores da obra nos chama atenção. Para Reis, o coerente era ler do começo ao fim, respeitando a ordem estabelecida, pois o livro possuía uma “intriga virtual”, uma “lógica interna”, era uma espécie de “romance do Brasil.”

Como mencionamos acima, a história das ideias e/ou história intelectual no Brasil vem sofrendo um intenso debate, provocando assim, uma revisão crítica acerca dos procedimentos teórico-metodológico adotados nas últimas décadas. Como exemplo, cito o trabalho de Maria Stella

¹⁵ KOSELLECK, R. Futuro Passado - Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Ed. Contraponto

¹⁶ REIS, J.C.,2007 p.14.

M. Bresciani, *O Charme da Ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. Segundo Bresciani, “o motivo maior dessa pesquisa foi encontrar reiteradamente sobre a figura de Francisco de Oliveira Vianna o estigma de pensador conservador e autoritário, divulgador de teorias racistas (...).¹⁷” Buscando deixar de lado os rótulos – pouco esclarecedores –, a pesquisadora se propôs a trazer o autor “para seu tempo e lugar teórico.” Diferentemente de José Carlos Reis que já havia anunciado esta mesma posição em sua obra, mas que ao final fora sedução pela nossa “mania” de enquadrar os autores, Bresciani propõe uma análise objetivando “reconstruir a teia de diálogos com suas referências teóricas.¹⁸” Além disso, enfatizava o que o intuito era compor “o campo acadêmico, intelectual e político como teia de inter-relacionamentos¹⁹” que esclareceria “posições assumidas perante uma questão comum²⁰” Portanto, recusava-se compor um “contexto” narrando fatos e acontecimentos, que acreditava-se, explicar por si só um autor e uma obra.

Retomando a reflexão de Celso Furtado, citada no início do trabalho, buscaremos a partir de agora propor um diálogo entre duas conjunturas, a primeira de 1930 e 1940 e a segunda de 1950 a 1960. Teremos como referencial teórico-metodológico o trabalho de Bresciani. Isto significa dizer que, recusaremos interpretar a produção intelectual dos anos 1950 e 1960 tendo como princípio seu enquadramento em certo “ambiente cultural”²¹. Procuraremos nos diferenciar, por exemplo, das estratégias de pesquisas contidas em *História dos Intelectuais nos anos cinquenta* de Leandro Konder.

O que propomos é, como bem disse Bresciani, compor o campo acadêmico, intelectual e político, para a partir daí, compreender as posições políticas assumidas perante uma questão comum – no caso desta pesquisa, teremos como foco de análise os posicionamentos intelectuais e políticos assumidos pelos intelectuais do ISEB perante o debate do nacionalismo. Recusando assim, o rótulo de ideólogos do nacional-desenvolvimentismo, pretendemos situar cada autor no seu lugar de fala. Além disso, buscaremos esclarecer melhor a tese desenvolvida sobre a heterogeneidade intelectual do grupo. Desde a década de 1990, aqueles que se dedicaram a revisar a obra do ISEB, passaram a recusar uma ideia bastante comum nos anos 1970 e 1980, de que os isebianos foram os responsáveis pela formulação da ideologia do nacional-desenvolvimentismo aplicada pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960).

¹⁷ Ibidem.p.17.

¹⁸ BRESCIANI, M.S, 2009. p.161.

¹⁹ Ibidem.p.162.

²⁰ Ibidem.p.162.

²¹ Esta categoria fora utilizado por Leandro Konder em *História dos intelectuais dos anos 1950*.

A contestação dos pesquisadores dos anos 1990 deve-se, sobretudo, ao retorno aos quadros democráticos. Como dissemos acima, uma nova geração de pesquisadores, passaram a revisitar os anos 1950 sem o trauma de 1964. Assim, sem os estigmas dos rótulos, puderam reler as obras e tecer novas conclusões, que apontavam para uma inconsistência teórica do grupo. As novas pesquisas passaram a apontar que, tratava-se de um grupo heterogêneo, incapaz de formular uma ideologia – como havia anunciado os críticos nas décadas de 1970 e 1980. Para aquela geração, um grupo de intelectuais, vinculados institucionalmente ao governo Brasileiro²², só poderia estar a serviço do Estado. Em nosso percurso, não pretendemos situá-los como meros ideólogos do nacionalismo, ao contrário, consideramos estes intelectuais como produtos e produtores do movimento nacionalista, assim como todos os outros, estudantes, parlamentares e a opinião pública.

No entanto, a ideia a tese de que divergências teóricas presentes no ISEB, é que impediram a construção da ideologia nacional-desenvolvimentista nos parece pouco convincente. Nossa hipótese é que a incapacidade de estabelecer um projeto de desenvolvimento capaz de orientar a ação do Estado, deve-se, sobretudo a certa organização de setores contrários ao ISEB além dos projetos paralelos elaborados por outros setores envolvidos no debate desenvolvimentista. Na verdade, a possível inconsistência teórica pode ser relacionada a atuação política dos opositores do nacionalismo proposto pelo ISEB. Se observarmos o desenrolar da história, veremos que os ditos nacionalistas acumularam duras derrotas, como a crise de 1958, acarretada pela publicação de Hélio Jaguaribe *O nacionalismo na atualidade brasileira (1958)*, que acabou culminando na saída de alguns intelectuais do Instituto, como por exemplo, Guerreiro Ramos. Como desdobramento deste caso, o ISEB teve a sua imagem exposta cotidianamente na imprensa, sofrendo assim, inúmeras críticas que acabaram desprestigiando a instituição, que passou a ser questionada pelos seus próprios aliados, como União Nacional dos Estudantes, a UNE. Dois anos depois, nas eleições de 1960, os nacionalistas sofreram nova derrota, o então candidato do movimento, o General Teixeira Lott, perdera as eleições para Jânio Quadros. Mais tarde, com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, o ISEB, juntamente com os outros setores, passaram a reivindicar as ditas reformas de base, que foram interrompidas pelo golpe de abril de 1964. Esta era a última derrota do ISEB, que logo após a ascensão dos militares via a sua sede ser destruída e um decreto-lei ser expedido, indicando a sua extinção.

²² O instituto fora criado pelo decreto federal numero 37.608 em 1955 pelo então presidente Café Filho. Vale ressaltar que ISEB era um órgão vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC).

Como mencionamos acima, nosso ponto de partida é compreender as bases teóricas do ISEB, para além da composição do “ambiente cultural”, busca-se restituir os diálogos e as referências conceituais dos membros do instituto. No início do texto indicamos duas referências importantes a estes intelectuais, a teoria do materialismo histórico e a teoria do subdesenvolvimento formulada pela CEPAL. Ambas as teorias se fizeram presentes, respectivamente a partir da publicação de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo (1942)* e de Celso Furtado *Formação Econômica do Brasil (1959)*. Quem afirma isso é Fernando Henrique Cardoso,

Primeiro lemos *A economia brasileira*. Depois, a *Formação econômica do Brasil*. Foi um choque enorme: passamos a ler e a adivinhar o que ocorria no Brasil pela lente da economia. Caio Prado já ensinara a muito o fundamental da inserção da economia brasileira no mercado mundial. Simonsen também dera os contornos da economia de forma objetiva. Mas Celso Furtado fez brotar em nós a paixão pela economia. Desenvolvimento e subdesenvolvimento; produto bruto; taxa de investimento e capacidade de importar; fluxo de renda e outras noções do gênero, que eram quase palavras a saltar de textos técnicos para ferir os ouvidos de leitores mais atentos ao capricho da frase do que à clareza do conceito, passaram a ser o pão nosso de cada dia das universidades.²³

Caio Prado Júnior sendo o iniciador da aplicação da teoria do materialismo histórico a realidade brasileira, deixara como legado a compreensão de que o descobrimento do Brasil caracterizara-se apenas como mais evento, daqueles ocorridos em decorrência da expansão da empresa comercial européia do século XV. Assim, desde o início, o Brasil vinculava-se economicamente a uma região detentora de monopólios comerciais. Diante disto, Caio Prado chegara à conclusão de que a essência da nossa colonização era o mercado externo, este era o sentido, não só da colonização, mais ainda do Brasil Contemporâneo que numa palavra, ainda não havia completado a sua evolução de economia colonial para a economia nacional.

Em Furtado, além de *Formação*, mais duas obras completam a reflexão de Furtado daqueles anos, *Perspectivas da economia brasileira (1958)* e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961)*. Corroborando com as ideias de Caio Prado, Furtado dizia que “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa.”²⁴ Em diálogo com a CEPAL, compreendia que a nossa condição de inferioridade em relação aos Estados Unidos, devia-se a formação de estruturas subdesenvolvidas na economia brasileira. Grosso modo, o subdesenvolvimento caracterizava-se pela existência de dois polos antagônicos operando sobre a

²³ CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 208

²⁴ FURTADO, Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1984. p.15

economia, um de estrutura capitalista e outro de estrutura arcaica – em que prevalecia ainda uma organização econômica de molde colonial. A principal contribuição teórica de Furtado fora demonstrar que, diferentemente do que pensavam os economistas clássicos, o desenvolvimento econômico não seguia nenhuma lei universal, pelo contrário “o desenvolvimento econômico é um fenômeno com nítida dimensão histórica²⁵.” O desenvolvimento da América Latina, tendo a sua própria dinâmica histórica deveria ser teorizado de forma distinta, pois a sua realidade em nada se assemelhava com a Europa. Assim, todo o esforço dos intelectuais da CEPAL, entre eles Celso Furtado, fora compreender as especificidades latino-americanas.

Tendo demonstrado de forma breves as principais referencias dos intelectuais do ISEB, passaremos a etapa da comparação, ou utilizando os termos de Bresciani, do diálogo entre as conjunturas de 1920-1940 e 1950 e 1960. Segundo esta mesma autora os intérpretes da primeira conjuntura – Oliveira Vianna, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior –, possuíam certo lugar-comum. Os pontos de interseção seriam os seguintes: a) o pressuposto mesológico – neste caso em menor ou maior grau o clima e a geográfica teriam alguma influência sobre a formação do cidadão brasileiro; b) as noções de raça e de etnia – aqui se discutia a influência da miscigenação sobre a formação da sociedade brasileira; c) o descompasso entre a elite e o povo – este ponto refere-se a problemática em torno de uma elite que buscava implementar no país princípios institucionais estranhos a nossa herança ibérica; d) a herança ibérica, por conseqüência, havia formado um tipo de cidadão contrário aos princípios da democracia-liberal. e) a precariedade dos hábitos de solidariedade que faziam de nossa constituição uma ideia exótica.

A segunda conjuntura 1950-1960 está aqui representada por alguns dos intelectuais do ISEB, a saber: Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto e Osny Duarte Pereira. Como o lugar-comun destes autores destacamos: a) o povo-massa é o protagonista da revolução brasileira – diferentemente dos autores de 30 e 40 que argumentavam sobre a pouca maturidade do povo para a democracia, aqui são eles o elemento principal, o substrato da revolução; b) o nacionalismo é compreendido como a única força capaz de promover a ruptura com a economia colonial, transformando assim, a economia em algo estritamente nacional; c) o subdesenvolvimento é a única causa dos males do Brasil e da América Latina. Assim não há espaço para argumentos relacionados ao clima, a geografia e a raça; d) O Estado é compreendido como um agente central no planejamento e na execução de uma política voltada para o desenvolvimento nacional – neste caso,

²⁵ Idem, 1961. p.22

criticava-se a tese de que o desenvolvimento nacional deveria associar-se ao capital estrangeiro.

Em síntese, com a comparação entre estas conjunturas, pretendemos situar os intelectuais dos anos de 1950. Retomando a reflexão inicial de Celso Furtado, lembramos que o problema da formação nacional não foi uma invenção daquele período. É possível afirmar que desde o final do século XIX, os intelectuais brasileiros já apontavam para a questão do atraso do país, quando comparado com as demais nacionalidades, especialmente com os Estados Unidos. No final do século XIX e até meados da década de 1930, a discussão circunscrevia-se a temática da raça e da mestiçagem, do caráter nacional, do liberalismo e democracia. Já a partir dos anos de 1940 – tendo como baliza a obra de Caio Prado Jr. – o debate em torno da economia passam a ganhar espaço, tornando-se hegemônico nas décadas de 1950 e 1960.

As categorias utilizadas, semicolonial, semifeudal, subdesenvolvida, consciência alienada, economia reflexa, passaram a substituir conceitos mobilizados nas décadas anteriores. Não estamos aqui, defendendo a ideia de uma mera permanência, ou que entre as conjunturas históricas não houvesse tido mudanças. Cada época mobilizava suas linguagens de acordo com os problemas que lhes eram específicos, Joaquim Nabuco com a problemática da escravidão, Manoel Bomfim com refletindo sobre a República, Sérgio Buarque de Holanda abordando a tênue relação entre democracia e cultura. Porém, qualquer pesquisador do campo denominado de pensamento social e político brasileiro, haverá de concordar que existiu – e talvez ainda exista – um problema de longa duração, o problema da formação nacional.

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO NACIONALISMO (1956-1964)

NACIONALISMO E HISTORIOGRAFIA

Afinal, o que foi o nacionalismo na história política brasileira? Como caracterizá-lo? Foi uma ideologia populista ou ideologia desenvolvimentista, um movimento político, um substrato temporal de uma determinada conjuntura histórica? Quem foram seus protagonistas, a elite econômica, os intelectuais ou as classes trabalhadoras? Qual é a sua periodização, século XIX, início do século XX ou somente a partir de 1930? Em certa medida, esta dissertação pretende reponder a estas perguntas, com o intuito de provocar um maior esclarecimento quanto a este objeto ainda pouco problematizado.

Talvez, possamos dizer que a contribuição deste texto está centrada na análise das fontes impressas – basicamente o periódico “O Semanário” – que nos possibilitou compreender o nacionalismo sob um outro prisma. Indo além dos debates, até então circunscritos ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), buscamos dimensionar o debate em meio à sociedade civil. Com isso pretendemos dar voz a sujeitos históricos, até o momento, marginalizados pela historiografia do nacionalismo, como o movimento estudantil, as associações de bairro, as frentes e núcleos de atuação das mais diversas áreas, como bancários, ferroviários, entre outros. Este trabalho sustenta a ideia de que o nacionalismo não foi apenas ideologia – aqui compreendida como um conjunto de ideias formuladas pela elite intelectual –, mas antes de tudo, um movimento político, pois contavam com a participação de inúmeros setores da sociedade civil organizada. Destacamos a presença sobretudo do ISEB, da Frente Parlamentar Nacionalista, da União Nacional dos Estudantes, do Movimento Nacionalista Brasileiro, dos periódicos, *Última Hora* e “O Semanário”. Consideramos que como movimento político, o auge do nacionalismo aconteceu entre os anos de 1956 e 1964.

Apresentando o debate em torno do nacionalismo, selecionamos três referências, *Brasília: A construção da nacionalidade* de Vânia Maria Losada Moreira²⁶, *Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré*, de Caio Navarro de Toledo²⁷ e por fim, *Nacionalismo como projeto de nação: a*

²⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Brasília e construção da nacionalidade*. Um meio para muitos fins. Ed. Udufes, 1998.

²⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. *Nacionalismo e Iseb em Nelson Werneck Sodré*. In: SILVA, Marcos (org). Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira. Ed. Edusc, 2001.

Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964) de Lucília de Almeida Neves Delgado²⁸. Vale registrar que as duas primeiras referências, tratam a conjuntura entre 1930 e 1964, como o período do populismo na política brasileira, já o último trabalho, como parte integrante da revisão historiográfica iniciada no final da década de 1980 – temos como referência a obra *A invenção do trabalhismo* de Ângela de Castro Gomes –, rejeita a tese do populismo, substituindo-a pela noção de trabalhismo.

A primeira referência aqui analisada é o trabalho de Vânia Maria Losada Moreira, que apesar de abordar a temática do nacionalismo, tinha como objeto de análise a construção de Brasília. O texto da historiadora buscava compreender quais projetos políticos concorreram na implementação do projeto mudancista. Rejeitando a tese de que Brasília foi um movimento de cima para baixo, ou seja imposto pelo governo de Juscelino Kubitschek e a ideologia do desenvolvimentismo, Vânia M. L. Moreira demonstra que inúmeros setores da sociedade civil participaram do debate mudancistas. Além disso, diferentes setores da sociedade elaboraram projetos políticos que tiveram como sustentáculo a construção da nova capital. Em síntese, o trabalho busca desassociar a imagem de Brasília com a figura do JK – em suas memórias sobre a construção da cidade, Juscelino defende a tese de que a cidade foi a realização de um sonho anunciado por Dom Bosco – e também de certo misticismo histórico. *Brasília: a construção da nacionalidade* demonstra que a interiorização recebeu apoio de variados setores, como por exemplo, da bancada ruralista do PSD, interessada na valorização das terras do interior do estado de Goiás.

Indo a parte que nos interessa, Vânia M. L. Moreira considera o nacionalismo como o principal movimento ideológico do período populista, compreendido entre os anos de 1946 e 1964. Composto de um conjunto de reflexões, o nacionalismo buscava interpretar, e dar sustentação ao desenvolvimento do país. A ideologia, segundo a historiadora, atraiu a atenção de parte da elite política e intelectual do país, como por exemplo, do ISEB, a Revista Brasiliense, parlamentares, militares, além de estudantes e trabalhadoras. Porém, o nacionalismo caracterizava-se como um movimento de bases heterogêneas, que na análise de Vânia Moreira, dificultava sua atuação. A referência acerca da formação dispare dos intelectuais nacionalistas era a obra de Hélio Jaguaribe,

²⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)*. IN: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. *As esquerdas no Brasil*; v2.

*O nacionalismo na atualidade brasileira*²⁹ de 1958. Citando um trecho bastante conhecido do texto, em que Jaguaribe dizia que, “nacionalistas no Brasil eram integrantes desde a extrema direita até membros do partido comunista”, Vânia Moreira exemplificava o argumento da heterogeneidade teórica.

Diante deste quadro de “desordem” teórica, a historiadora esclarece que setores vinculados ao movimento, como a Revista Brasiliense, a Frente Parlamentar Nacionalista³⁰ e o ISEB, trabalhavam para criar uma visão homogênea do movimento, entre as iniciativas, citava o texto do próprio Hélio Jaguaribe. Ao fim de sua análise, Vânia entendia o nacionalismo como uma espécie ideologia mobilizadora de diversos setores da sociedade brasileira durante o período da chamada República Populista.

O segundo texto a ser examinado é *Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré de Caio Navarro de Toledo*, considerado um dos autores referência sobre o ISEB – na década de 1970 publicou a sua tese de doutoramento sobre o Instituto, *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Logo de início, o autor insere os nacionalistas em meios aos grupos políticos que haviam formulado projetos políticos para o país nos anos 1950 e 1960: conservadores, liberais, socialistas e comunistas. Tendo como base o trabalho de Ricardo Bielschowsky *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*³¹, apresentava as seguintes distin es:

- liberais não-desenvolvimentistas, não industriais (neoliberais): UDN, FGV, Conselho Nacional de Economia, Associa o Comercial do Estado de São Paulo. Intelectuais importantes: Eug nio Gudin, Octávio Bulhões;
- liberais desenvolvimentistas (não-nacionalistas): vinculados   burocracia pública – BNDE, Comissão Mista Brasil – EUA: Roberto Campos, Lucas Lopes, Glyconde Paiva, etc.
- desenvolvimentistas privatistas: CNI, FIESP, herdeiros de Roberto Simonsen – João Paulo de A. Magalhães, Hélio Jaguaribe etc;

²⁹ A obra foi publicada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) 1958, sob o pat rcio do Ministério da Educa o e Cultura (MEC).

³⁰ A Frente Parlamentar Nacionalista foi fundada em 1956. VER: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Nacionalismo como projeto de na o: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)*. IN: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v2.

³¹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004

- desenvolvimentistas nacionalistas: PTB, BNDE, ISEB, CEPAL – Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Evaldo C. Lima, Guerreiro Ramos, Vieira Pinto;
- socialistas – PCB, PSB: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães, etc.

Segundo Caio Navarro, partidos políticos, revistas especializadas, semanários e jornais colaboravam com o nacionalismo, que tinha no ISEB a sua principal referência, pois ali se refletiu, debateu e difundiu o nacionalismo no Brasil. Assim, o autor associara a história do nacionalismo com a própria trajetória do ISEB. Na sua concepção havia duas etapas distintas, a primeira denominada de nacionalismo-desenvolvimentista, correspondia ao período de governo de Juscelino Kubitschek. Aquela conjuntura, segundo Caio Navarro, caracterizava-se pela polarização de duas forças distintas, o nacionalismo progressista de Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier e o nacionalismo de orientação burguesa de Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos.

A segunda etapa compreendia os anos de 1961 e 1964, quando se verifica uma radicalização das ações do ISEB, principalmente em termos políticos, quando o instituto passa a apoiar os setores associados às reformas de bases e da defesa intransigente da democracia. Ainda segundo Caio Navarro, esta é a fase em que o ISEB deixava de lado as posições moderadas e apoiava-se nas orientações mais a esquerda, como por exemplo, do PCB.

Nelson Werneck Sodré era considerado um hiato dentro do instituto – devido a sua formação marxista –, principalmente na primeira fase, tida como o momento de associação do intelectuais com a plataforma política desenvolvimentismo de JK. Além disso, foi um período em que as teses da CEPAL foram bastante influentes entre os outros isebianos, mas pouco influenciaram o militar, que pouco mencionava as ideias de alienação, projeto, autenticidade e ideologia – a explicação era sua aproximação com obra *A ideologia alemã* de Karl Marx Friedrich Engels. Diante da recusa de Sodré ao conceito de ideologia, questionava-se Caio Navarro, “como compatibilizar a renúncia ao conceito de ideologia com a enfática afirmação da legitimidade e validade do nacionalismo?”

A terceira e última referência é uma publicação recente, *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)* que integra a coleção *As esquerdas no Brasil* organizada pelos historiadores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Sem dúvida, este trabalho é aquele com quem mais dialogamos, devido aos procedimentos teórico-metodológicos adotados pelos autores. A obra insere-se num

amplo movimento de renovação historiográfica iniciado no final da década de 1980 que pretendiam por fim ao paradigma do populismo.

A obra começa conceituando as esquerdas, compreendidas como “as forças e as lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva da igualdade” - citavam o trabalho de Noberto Bobbio. Complementavam os autores, “animados e inspirados pela crítica, mais ou menos contundente aos valores e as propostas do liberalismo, visto como fonte de desigualdades e, nas condições que foram e são as nossas, como fonte e força de conservação da ordem tradicional.” Segundo os autores, *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*,

Se volta, exclusivamente para as esquerdas durante a experiência democrática que se abre com a promulgação da Constituição de 1946 e se encerra com o golpe civil-militar de 1964. Trata-se de um período em que as esquerdas apresentam várias alternativas. No conjunto, os comunistas do PCB e os trabalhistas do PTB se destacaram, e, aliados nos planos sindical e político, apresentaram uma alternativa de poder.³²

Se tomarmos o título como referência, é possível dizer que na conjuntura de 1945 a 1964 as esquerdas no Brasil construíram distintos projetos políticos de bases nacionalistas, tais como dos comunistas e dos trabalhistas – considerados pelos autores como os principais expoentes da esquerda. No montante dos textos que compõem a obra, apenas dois tratam diretamente do nacionalismo, são eles: *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*, de Ângela de Castro Gomes e *Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)*, de Lucília de Almeida Neves Delgado.

O texto sobre o PTB, de Ângela de Castro Gomes, pouco discute sobre o nacionalismo. No geral, a historiadora apenas apresenta a trajetória político do partido, indo desde a sua fundação em 15 de maio de 1945 – quase paralela a formação dos outros dois grandes partido daquele período, a UDN e o PSD –, até a disputa, já no período de redemocratização política, pela herança da sigla entre Leonel Brizola e Yvete Vargas. No tocante a questão do nacionalismo, Ângela de Castro Gomes contenta-se apenas em afirmar que o PTB era “um partido criado para ser popular e nacionalista, defendendo um formato de Estado intervencionista e agitando, como principal bandeira, o trabalhismo.”

Já o trabalho de Lucília de Almeida Neves Delgado constitui-se, atualmente, na principal

³² FERREIRA, Jorge; ARAO REIS FILHO, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v2. pp.14

referência historiográfica acerca do nacionalismo. Segundo a historiadora, a concepção nacionalista era hegemônica em inúmeras organizações da sociedade brasileira – pelo menos entre aqueles de esquerda. Além disso, sintetiza o nacionalismo como um conjunto de organizações que “defendiam a implementação, pelo governo federal, de profundas reformas sociais e econômicas, entre as quais se destacam: reforma agrária, reforma urbana, reforma fiscal e tributária e reforma educacional” além de uma política nacionalista. A autora denominava os membros do movimento de nacionalistas e reformistas – ou seja que buscavam uma orientação política nacionalista capaz de dar sustentação as reformas de base.

Lucília de Almeida Neves Delgado considera a Frente Parlamentar Nacionalista, como o principal veículo de divulgação do pensamento nacionalista e reformista no período de 1956 e 1964. Sobre a periodização, a historiadora defende a ideia de que seu início se deu com a Revolução de 30. Assim, trabalha com a ideia que o movimento estende-se entre os de 1930 e 1964. Ao longo destas três décadas, segundo a autora, o nacionalismo apresentou feições diferenciadas. De 1930 até 1955, esteve sob a hegemonia dos governos de Getúlio Vargas – como política de estado. Já a partir de 1955, até o seu término em 1964, o nacionalismo difundiu-se entre inúmeras organizações da sociedade civil e pelos parlamentares. Na primeira fase,

O nacionalismo dirigido fortaleceu-se a partir de meados da década de 1930, apesar da oposição de comunistas e democratas. Nasceu marcado por dupla característica, ou seja: a forte influência governamental se respaldava em uma mobilização popular, sobre a qual o governo procurava exercer enérgico controle.³³

A segunda conjuntura (1955-1964) é denominada de nacionalismo reformista. Caracteriza-se como o momento em que inúmeras organizações da sociedade civil, em conjunto com partidos políticos como PCB e PTB, passam a constituir um amplo movimento. Segundo Lucília, de uma forma ou de outra, “todos esses grupos e pessoas foram influenciados pelas teses da CEPAL.”³⁴ Sustentavam os cepalinos que “a superação do subdesenvolvimento nos países latino-americanos era a adoção de uma política industrializadora, de preferência acoplada a uma forte proteção ao capital nacional.”³⁵

O nacionalismo reformista, segundo a autora, é um desdobramento das campanhas ocorridas

³³ DELGADO, L.M.N. 2007 p.412.

³⁴ Ibidem, p.365.

³⁵ Idem.

no segundo governo Vargas (1951-1954), com destaque para a campanha "O Petróleo é nosso", a fundação do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e da Revista Cadernos de Nosso Tempo. No que tange aos anos de 1956 a 1964, Lucília considera a Frente Parlamentar Nacionalista como a principal instituição do movimento nacionalista, pois ela colocava-se como a interlocutora entre os membros – a UNE, inúmeros sindicatos, o Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil, as ligas camponesas e o Movimento de Educação pela Base – e o Congresso Nacional. Sua atuação, ainda segundo a historiadora, tinha a cobertura de dois importantes aliados, os jornais "Última Hora" e "O Semanário". Em relação à formação da frente, a tese era de que a fragilidade ideológica dos partidos corroborou com a organização dos parlamentares, que passaram a não mais se identificarem com as agendas políticas ultrapassadas de suas legendas.

Em resumo as duas primeiras referências, Vânia Maria M. Losada e Caio Navarro de Toledo, interpretam a conjuntura política, na qual estava inserido o nacionalismo, sob a ótica do populismo. Sendo breve e sem estender as polêmicas sobre o assunto, pode-se dizer a teoria do populismo considera a classe trabalhadora no Brasil como objeto de manipulação das elites políticas. Em síntese, a pergunta que orientava o paradigma do populismo era formulada mais ou menos desta maneira: Como explicar a ausência das classes trabalhadoras nos acontecimentos que corroboraram com a queda do presidente João Goulart.

A pergunta ganhava sentido em função da insistência dos nacionalistas em apontar os trabalhadores como uma classe revolucionária. Álvaro Viera Pinto e principalmente, Nelson Werneck Sodré viam nas massas a realização da chamada Revolução Brasileira. Para eles, a conjuntura que se abriu em 1930, era o momento de maturação e de intensificação da consciência de classe. De um modo geral, os nacionalistas identificavam a classe trabalhadora como um sujeito histórico – capaz de influir na conjuntura política brasileira.

Aos críticos do nacionalismo, destaque para Francisco Weffort³⁶, a ausência deste substrato nos desdobramentos políticos de abril de 1964 contradiziam o diagnóstico dos nacionalistas, pois ao invés de uma Revolução democrático-burguesa – sob a aliança da burguesia nacional e a classe trabalhadora –, o que se viu foi à ascensão dos militares e dos setores reacionários da sociedade civil brasileira. Ambos os trabalhos citados, inserem-se neste contexto – de paradigma da teoria do populismo nas ciências sociais e política brasileira –, em que os críticos dos nacionalistas

³⁶ Referimo-nos a obra *O populismo na política brasileira* publicada em 1978 pela editora Paz e Terra.

formularam as ideias da República Populista. Assim, considerar o movimento nacionalista como um fenômeno político imerso numa conjuntura em que as classes trabalhadoras foram manipuladas, cooptadas e ludibriadas é no mínimo problemático.

O texto de Vânia Maria M. Moreira trata tangencialmente do nacionalismo, já o trabalho de Caio Navarro de Toledo é mais consistente, porém, segundo nossas análises, apresenta alguns problemas como, por exemplo, a organização dos autores em fileiras ideológicas – nacionalismo progressista e nacionalismo de orientação burguesa. Em nosso texto rejeitamos os procedimentos de classificação dos autores em correntes de pensamento, pois entendemos que esta prática empobrece a análise. Além disso, acreditamos que este procedimento não nos possibilita compreender a tensa relação estabelecida entre o texto e a conjuntura histórica.

Pretendemos demonstrar que as dificuldades enfrentadas pelos nacionalistas, quanto a organização e unidade do movimento estava relacionada aos desgastes políticos sofridos nos confrontos com seus adversários, além disso, naquela conjuntura, outras identidades já estavam estabelecidas – comunistas, trabalhistas, udenistas –, e isto, eram um problema, no momento de afirmação do movimento. Outra questão, os veículos de comunicação, como os periódicos não foram meros instrumentos de difusão do nacionalismo, mas parte integrante, diríamos, central do movimento nacionalista. Consideramos o jornal “O Semanário”, por exemplo, como uma das bases do movimento nacionalista brasileiro.

Sobre o de trabalho Ângela de Castro Gomes, problematizamos a ênfase dada à ideologia do trabalhismo. Desde a publicação de *A invenção do trabalhismo* em 1988, ela, em conjunto com outros historiadores, como Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, vem, sistematicamente, criticando a teoria do populismo nas ciências sociais brasileiras. Por fim, a recusa do conceito trouxe ao debate a tese sobre o trabalhismo, que passou a ser o conceito central do chamado período da *Experiência Democrática*. Nesta perspectiva o nacionalismo apresenta-se apenas como uma espécie de substrato temporal da conjuntura de 1930 a 1964.

Demonstraremos que o nacionalismo não foi apenas um substrato temporal, mas um movimento político que emergiu no país entre 1956 e 1964. Aliás, os nacionalistas eram críticos dos partidos políticos, ditos como organizações inoperantes. Outro ponto diz respeito a relação entre trabalhismo e nacionalismo. Ser trabalhista ou comunista não era o mesmo que ser nacionalista. Obviamente, que havia entre eles uma aproximação ideológica – talvez por defenderem as ditas

reformas de base –, mas os programas políticas apresentavam importantes variações, como demonstraremos ao longo texto. Gomes considera o PTB como um partido popular e nacionalista, mas verificamos que em dado momento, os membro do movimento nacionalista buscavam diferenciar-se dos trabalhistas, classificado como um movimento de partido e regional, oposto ao nacionalismo, apartidário e de nível nacional.

Por fim, temos o trabalho de Lucília de Almeida Neves, considerado aqui, como aquele que melhor aborda a questão do nacionalismo no Brasil. A periodização proposta pela autora nos parece consistente, principalmente aquela que se refere ao nacionalismo reformista – nosso objeto de análise. Talvez, possamos dizer que este trabalho serve de complementação ao de Lucília – centrado apenas na atuação da Frente Parlamentar Nacionalista. Aqui, pretendemos demonstrar o movimento nacionalista em seu conjunto, frentes, núcleos, grupos de estudos, movimentos estudantis, parlamentares, entre outros.

Em síntese, o nacionalismo foi um movimento político que atraiu inúmeros setores da sociedade civil entre 1956 e 1964. Adotamos este marco, pois em 56, formam-se as principais instituições que darão base ao movimento: ISEB, Frente Parlamentar Nacionalista e jornal “O Semanário”. Por fim, refletindo sobre a questão formulada por Francisco Corrêa Weffort, é possível afirmar que ausência das classes trabalhadoras em 1964, não significa em hipótese alguma, que estas ainda careciam de consciência de classe, pelo contrário, o grau de mobilização cresceu de tal forma que a única saída encontrada pelos grupos conservadores foi o uso da violência. O golpe civil-militar de 1964 interrompeu a nossa experiência democrática, talvez, se nos fosse permitido caminhar um pouco mais, tivéssemos constituído uma democracia diferente dessa que estamos vivendo.

NACIONALISMO: NOVOS TEMPOS

O termo nacionalismo não começou a circular no país apenas nos 1950, ao contrário, o seu uso está associada ao processo de independência em 1822. Assim, é possível observar a utilização do conceito desde o século XIX que entre outras coisas, pretendia designar um sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade política. Nacionalismo era também uma forma de reafirmar o princípio de autonomia de um país em relação aos demais e de externar uma exaltação

sentimentalista em relação a nação. Acontece que nos anos de 1950, o conceito passou a designar um movimento político que emergiu no país naquele contexto.

Possivelmente organizou-se no país ao longo da Primeira República e também do Estado Novo movimentos denominados de nacionalistas, como aquele mencionado em *O Problema nacional brasileiro (1912)* por Alberto Torres, tido como um "movimento de restauração conservadora e reorganizadora". O movimento nacionalista mencionado por Alberto Torres apresentava características distintas daquelas dos anos 1950. Naquele momento, os intelectuais ocupavam-se de questões relacionadas a herança adquiridas dos pais colonizadores e da formação do caráter nacional e também da adaptabilidade das instituições em um ambiente, tido como adverso. Segundo A. Torres as análises elaboradas sobre o país até aquele momento, tiveram como postulado teorias exóticas, ou seja, vindas de contextos e realidades estranhas as nossas.

O primeiro problema identificado por Alberto Torres estava relacionado a colonização. Sua tese era que a diferença entre Brasil e Estados Unidos era resultado das dessemelhanças entre seus pais colonizadores. A noção de herança, hereditariedade ou de transmissão de certa psicologia social entre as nações era um argumento comum no início do século XX. Outra questão fundamental para aqueles intelectuais era a ideia de as nações, como os organismos vivos, passava por períodos de crescimento, maturação e de envelhecimento.

A nossa pátria-mãe Portugal era tida como um nação que a época do descobrimento estaria em estágio de declínio. Outras como Inglaterra e França, estariam experimentando momentos de crescimento. Tais ideias eram usadas para explicar o desenvolvimento posterior de suas colônias. Por exemplo, o Brasil, filho de uma pátria em fase de declínio não poderia apresentar o mesmo desenvolvimento dos Estados Unidos, nascido de uma nação em fase de progresso. Tratava-se, portanto, de um problema relacionada a nossa origem.

O segundo problema descrito por Alberto Torres estava relacionado a discordância entre o meio e os costumes do colonizador. Enquanto que nas Treze Colônias, o colonizador inglês encontrou um ambiente semelhante aquele de sua terra, em terras de Santa Cruz o português se deparou com um clima contrário aos costumes comuns de sua terra. Lá os ingleses puderam reproduzir seus hábitos e costumes. Aqui os portugueses tiveram recriar os modos de vida. Como tudo lhe era estranho, não havia meios de estabelecer uma nova Lisboa nos trópicos.

O terceiro problema estava relacionado a questão do descompasso entre as leis e os costumes do povo. Recebendo a herança ibérica ao longo de mais de três séculos, a população brasileira não teria condições de se adaptar-se a princípios constitucionais aplicadas em outros contextos, que haviam recebido uma formação em tudo contrária a nossa. Estabelecia-se ali a ideia que, diante da nossa herança ibérica, deveríamos buscar novas formas de organização social. Pois, segundo Alberto Torres “as leis e o direito não fazem uma nação”³⁷.

Diante dos problemas descritos Torres sinalizava para o caos e a desordem da organização social do país. Ainda segundo o autor, o problema da organização nacional só não era maior porque possuía, o povo brasileiro o espírito da ordem, honestidade e inteligência, compensando assim as deficiências da ordenação política. Vale ressaltar que a ideias de desordem e de anarquia política se referiam, em muitos casos, a mudança do regime político. Joaquim Nabuco por exemplo se dizia monarquista³⁸, pois entendia que a troca para a república contrariava nossos costumes, ainda pouco adaptado “as liberdades da democracia” perdidas ao longo dos séculos de escravidão. Até aqueles que haviam se empolgado com a república – citamos aqui o caso de Euclides da Cunha –, acreditando que o novo regime funcionaria como uma regeneração dos costumes, logo se desiludiram, pois observaram que as práticas de outras épocas ainda permaneciam vivas³⁹. Daí a elaboração de estudos que reforçavam a tese do descompasso entre o caráter nacional e as leis promulgadas pelo país.

O resultado da desordem e do caos era a constituição de um aparelho político-administrativo debilitado. Segundo Alberto Torres, este enfraquecimento impedia-nos de defender das velhas e vigorosas nações que lutavam pela conquista de novos territórios. Ainda num estágio de “infância nacional” seria preciso constituir um aparelho forte e organizado para aí sim formularmos uma política nacionalista de proteção as nossas indústrias. Como estávamos, éramos apenas um local de especulação dos capitais estrangeiros. Imbuído da noção de marcha civilizacional, entendia que a luta entre as nações era análoga as da natureza em que os fortes devoram os mais fracos. O sentimento de Torres assemelhava-se ao de Euclides da Cunha em *Os Sertões*, “ou progredimos ou desapareceremos”.

³⁷ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*: introdução a um programa de organização nacional. São Paulo: Nacional; (Brasília): INL, 1978, p.44

³⁸ Ver: NABUCO, Joaquim. *Por que continuo a ser monarquista*.
<http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/preload.php?cod=106>

³⁹ VER. CUNHA, Euclides. *Os sertões*. (capítulo “O Homem)

Na visão do autor o país vivia a maior crise de sua história, pois carente de uma organização nacional, vivíamos a mercê dos ataques e invasões do estrangeiro. E a solução não poderia vir do povo que “tem sido moldado à imagem e semelhança de seus chefes, de seus padres e de seus sábios” Ainda segundo Torres, “o corpo alimenta; não inspira, nem dirige, o cérebro.” Na sua compreensão era um erro atribuir ao povo “a responsabilidade dos desvios da evolução e esperar deles a iniciativa de reformas e movimentos reparadores”. A tarefa da organização nacional era de única e exclusiva responsabilidade dos governos. Deveria de ser um movimento de cima para baixo, daí a definição de um movimento de “restauração conservadora e reorganizadora.

Em síntese o movimento político definido por Alberto Torres apresentava características inversas do movimento nacionalista da década de 1950. Logo de início destacamos que o princípio reorganizador e conservador de 1914 pretendia, entre outras coisas, trazer de volta um passado em certa medida glorioso. Já o nacionalismo de 50 buscava romper justamente com este passado. Em relação as questões referentes ao caráter nacional, ao clima, ao problema da introdução de leis contrários ao costume do povo, pode-se dizer que eram um horizonte comum a todos os intelectuais - conservadores ou progressistas - entre o final do século XIX até meados da década de 1940. Manoel Bomfim, por exemplo, defendia em *A América Latina* (1905) a República, afirmando que este era o regime do progresso e da civilização. Além disso, sustentava a ideia de que apenas a educação poderia salvar a América Latina. Isto porque, segundo o autor, apenas a instrução pública seria capaz de eliminar a herança perniciosa que havíamos recebidos.

Como anunciado por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959), aquela altura, havíamos superado o debate em torno dos determinismos biológicos e geográficos. Os estudos a partir dali, circunscreviam-se apenas a questão da formação da economia. A diferença entre os dois nacionalismos – Alberto Torres em 1914 e o movimento político dos anos 1950 – se sobressai na questão referente ao protagonismo do povo. Em Torres, eles são apenas o corpo que alimenta, para os integrantes do nacionalismo de 50 são o substrato da revolução da brasileira.

Já mencionamos que o nacionalismo dos anos 1950 constitui-se num movimento político a partir de 1956. Adotamos tal periodização embasados nas fontes que nos demonstram o aparecimento de suas principais instituições de 56 em diante. Porém, como já dissemos, o nacionalismo, nos moldes aqui descrito, se fez presente na política brasileira desde o momento em que se iniciou os debates em torno da implementação da empresa estatal PETRÓBRAS. Em 1953

surgiu Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), também chamado de Grupo de Itatiaia. Em seus anos de funcionamento, o IBESP publicou uma Revista de grande prestígio, a *Cadernos de Nossos Tempos*, que em 1955, publicou na edição número três, um texto bastante representativo para o movimento que iriam se formar no ano seguinte.

*Significação do Nacionalismo*⁴⁰ de Hermes Lima pode ser considerado como um dos textos fundadores do nacionalismo dos anos 1950, pois é ali que vemos a primeira tentativa de sistematizar as bases daquilo que seria o movimento a partir de 56. A motivação em escrever o texto era de esclarecer aos críticos aquilo que defendiam os pensadores nacionalistas, especialmente em relação a aplicação de capitais estrangeiros na recém-inaugurada Petrobras. A hipótese é que a criação da empresa foi um dos estopins do movimento.

O texto esclarecia que o conceito despertava reações contraditórias, daí a necessidade da busca de um melhor esclarecimento. Hermes Lima compreendia que no plano abstrato, nacionalismo era uma atitude política que pretendia exaltar o valor da independência nacional. Segundo o autor, esta definição incluía ao rol de nacionalistas todas as nações, pois elas teriam como princípio a proteção de seus interesses individualistas. Mas, na visão de Lima, se fossemos ao plano real, veríamos que a o valor da independência era um privilégio de poucos. A grande maioria dos países, principalmente aqueles não-industrializados, ainda viviam na condição de subdesenvolvidos. Com isso, chegava-se a conceituação de nacionalismo como um plano de trabalho destinado a superar o quadro do subdesenvolvimento.

A política nacionalista teria como tese central a defesa dos interesses nacionais e não dos trustes internacionais. A ideia era de que os interesses da nação eram antagônicos aos dos grupos vinculados ao imperialismo. Tais argumentos eram atacados pela oposição como sendo uma proposta de estatização e de sovietação da economia. Num contexto de Guerra Fria e de polarização entre Estados Unidos e União Soviética, qualquer tentativa de defesa dos interesses nacionais era associado a política da URSS.

Segundo a oposição, os nacionalistas pretendiam a todo custo espantar os valiosos recursos estrangeiros. Em contrapartida Hermes Lima, dizia que o nacionalismo não era uma mera recusa ao capital e a técnica do estrangeiro. Mas apenas um plano de trabalho atento as necessidades do povo. Toda essa discussão tinha como pano de fundo a questão da Petrobras, que desde a sua inauguração

⁴⁰ Texto publicado pela Revista *Cadernos de Nossos Tempos*. n. 3 – abril/agosto de 1955

em 1953, despertava o interesse dos trustes.

Pelas críticas que seus adversários lhe fazem, afigurar-se à aos desatentos que a solução nacionalista repele os financiamentos feitos pelo capital privado estrangeiro. Não é verdade. Dentro da solução nacionalista da Petrobrás, financiamentos são perfeitamente praticáveis e com vantagens recíprocas. Esses funcionamentos, contudo, não se pautam pelo modelo tradicional colonizador dos trustes, eis toda a diferença.⁴¹

A possibilidade de formulação de um plano de trabalho com fins de contemplar os interesses da nação só era possível, pois o nacionalismo havia nos proporcionado uma "consciência do nosso tempo histórico e social". Havíamos compreendido que nossos problemas eram específicos e que deveríamos elaborar soluções correspondentes a esta situação.

O nacionalismo, enquanto um plano de trabalho deveria ser executado pelo Estado, considerado o agente responsável pela defesa dos interesses do povo. Assim, esta política destinava-se ao aumento do padrão de consumo e dos níveis de renda nacional. Em síntese, Hermes Lima, classificava o nacionalismo como uma política populista. Ali o populismo era compreendido como um conjunto de políticas voltadas para interesses do povo⁴².

Significação do Nacionalismo, publicado na edição da *Cadernos*, correspondente aos meses de abril a agosto de 1955, pretendia dar uma resposta as críticas veiculadas pela oposição, que inteligentemente, tentavam identificá-los com identidades rejeitadas pela opinião pública, como a socialista. Em 1956, quando se tem início o movimento político nacionalista, já havia se constituído um conjunto de interesse, que partilhados por diferentes sujeitos, passaram a constituir as bases do nacionalismo. O aporte teórico vinha de diferentes matrizes, mas a predominante era a ideologia do subdesenvolvimento, que lhes possibilitava relacionar os estudos da economia com a história. Diante da tese que o subdesenvolvimento era o problema central do país, passaram a lutar por um processo de industrialização comandado pelo Estado, compreendido como único agente capaz de atender os interesses dos setores progressistas da sociedade: a burguesia nacional e, principalmente, o povo.

⁴¹ LIMA, Hermes. *Significação do Nacionalismo*. IN: SCHWARTZMAN, Simon. *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Transcrito de Revista Cadernos de Nossos Tempos. Ed. 3. p.75

⁴² Sobre o significado do conceito na década de 1950, ver: FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa*. IN: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e a sua história*. Debate e crítica. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000.

NACIONALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO

O movimento nacionalista brasileiro (1956-1964) tem suas raízes na teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Evidentemente que há outras matrizes, como Roberto Simonsen e Caio Prado Jr⁴³. Mas de longe, a maior influência são os estudos de Raúl Prebisch – em âmbito latino-americano – e Celso Furtado – em âmbito nacional. Para compreendermos o nacionalismo no Brasil faz-se necessário discorrer sobre a teoria estruturalista cepalina.

Raúl Prebisch foi um dos líderes do movimento intelectual que emergiu na América Latina nos anos 1950⁴⁴. Construída em torno da CEPAL, a teoria do subdesenvolvimento tem a sua base teórica centrada na categoria centro-periferia. O par de conceitos buscava exprimir um tipo de relação econômica surgida na passagem do século XVIII para o XIX. Na leitura de intelectuais, como Raúl Prebisch, o estado de desenvolvimento da América Latina dos anos 1950, não se caracterizava como uma anomalia, mas apenas como um *modo de ser*. Recusava-se assim, a tese de que as economias latino-americanas seriam meras versões atrasadas daquelas consideradas desenvolvidas. Não sustentavam a ideia de que estávamos imersos num tempo histórico retardatário. A situação latino-americana era uma condição específica, um modo de ser, que tivera o seu início com a eclosão da Revolução Industrial.

De modo geral, as ideias da CEPAL pretendiam reatualizaram as interpretações sobre o atrasado da América Latina. No último quartel do século XIX, Joaquim Nabuco identificava na escravidão a causa do atraso do país. Segundo Nabuco, o regime escravista havia penetrando em todo o tecido social, impedindo assim, a constituição de estruturas sociais modernas. Compreendido como um sistema total – que infectara a política, a economia, a religião, a cultura e a educação –, a previsão era de que o Brasil demoraria a eliminar os efeitos da escravidão⁴⁵. No início do século XX, a questão circunscrevia-se a mistura entre as raças. Intelectuais como Euclides da Cunha discutiam sobre a (im)possibilidade de um país mestiço, formado de raças ditas inferiores, atingir o progresso civilizacional. Logo em seguida, apareceram os estudos de psicologia social que buscavam identificar uma espécie de caráter coletivo da sociedade.

⁴³ Fazemos referência a obra de 1937 *História Econômica do Brasil* de Simonsen e *Formação do Brasil Contemporâneo de 1942* de Caio Prado Júnior.

⁴⁴ Ver: RODRÍGUES, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Tradução Maria Alzira Brum Lemos. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.13

⁴⁵ Referimo-nos a obra *O abolicionismo* (1883).

Todas essas questões tinham como pano de fundo uma comparação com os Estados Unidos da América, que apresentando características opostas as nossas, como a colonização de povoamento, a migração de povos protestantes e o clima temperado – usadas como fator de explicação nas diferenças entre Brasil e Estados Unidos –, era a principal referência destes intelectuais. Quem também produziu estudos comparativos, mas deixou de lado as teses formuladas em décadas anteriores foi Celso Furtado, que permanecia buscando entender como uma nação colonizada quase que paralelamente ao restante da América Latina havia se transformado numa grande nação ainda no século XIX, enquanto que as regiões vizinhas transformaram-se em vastas regiões subdesenvolvidas. Para Furtado a causa primária da condição atual do desenvolvimento, ou melhor, do subdesenvolvimento na América Latina estava condicionada apenas ao modo como ela havia se inserido na expansão do capitalismo no pós-revolução industrial.

A expansão da industrialização na passagem no XVIII para o XIX não ocorreu de modo uniforme. Na linguagem da CEPAL este processo resultou na formação de dois tipos de economia, as de centro e de periferia. A diferença entre elas estava no modo como se expandia o progresso técnico. Enquanto que nos centros, as novas técnicas expandiram-se de modo uniforme pelo aparelho produtivo, nas periferias este processo concentrava-se apenas nos setores vinculados a exportação de bens primários. Isto acontecia, pois a introdução da tecnologia atingia apenas aquelas áreas historicamente vinculada ao mercado externo - a única em estágio de desenvolvimento. Em resumo, o resultado era a constituição de dois tipos contrários: as economias diversificadas e homogêneas do centro, e as economias especializadas e heterogêneas da periferia.

Por economias diversificadas e homogêneas compreende-se aquelas em que o aparelho produtivo apresentava um parque industrial não-especializado, em que a técnica atinge de forma mais ou menos uniforme o conjunto global da economia. Já aquelas especializadas e heterogêneas são as de aparelho produtivo restrito, vinculados a um tipo específico de produção. Além disso, a técnica não se espalha de forma uniforme, mas apenas nos setores produtivos vinculados a economia de exportação, resultando na formação de sociedades heterogêneas, que passavam a conviver com o atraso e o moderno.

A introdução da técnica apenas num setor específico da economia da periferia tem como resultado o fenômeno do subemprego estrutural. Isto acontecia, pois, as populações das áreas atrasadas, no geral da zona rural, ao migrarem para as zonas desenvolvidas provocavam um

excedente de mão-de-obra. A abundância de trabalhadores nas áreas urbanas tinha como consequência a diminuição dos salários e o aparecimento do desemprego. As zonas urbanas e produtivas das periferias eram incapazes de absorver toda a mão-de-obra disponível.

Imagem – 1



Diante desses diagnósticos, os intelectuais da CEPAL chegaram à conclusão de que se estas economias permanecessem à mercê das forças do mercado, não conseguiriam atingir o desenvolvimento desejado, uniforme e homogêneo. Assim, compreendendo o subdesenvolvimento como um processo histórico a qual estava inserido a América Latina, defendiam a tese de que o desenvolvimento econômico na região deveria ser orientado pelo Estado. O debate da CEPAL centrava-se na questão a respeito do nível de generalidade das teorias econômicas. Os cepalinos insistiam na ideia de que o desenvolvimento é um processo histórico, portanto, não regulado através de leis e teoremas gerais. Em síntese, criticavam a tese de que planejamentos aplicados nos centros pudessem se reproduzir na periferia.

Como dissemos acima, no Brasil, a CEPAL foi a principal referência dos nacionalistas, especialmente em relação ao conceito de subdesenvolvimento. Mas a tese de que a economia brasileira, desde a sua origem, era uma economia apenas complementar ao sistema capitalista se

fazia presente já nos anos 1930 com os estudos de Caio Prado Jr. Como outros intelectuais da sua geração, entendia que o Brasil do século XX ainda não havia superado as estruturais coloniais com a sua independência em 1822. Assim, o Brasil Contemporâneo ainda era marcado por traços do período colonial.

Em passagem emblemática contida em *O Sentido da Colonização* Caio Prado Jr. dizia que a economia brasileira, tinha na sua origem uma vinculação com o exterior. Nossa existência resumia-se em fornecer ao mercado internacional produtos como açúcar, tabaco, algodão, ouro, diamante , entre outros. Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil* (1959) reforçava a tese de Caio Prado Jr. A ideia era basicamente a mesma, mas com um ingrediente a mais, a categorização da economia como subdesenvolvida.

Sendo o desenvolvimento econômico um processo histórico, Celso Furtado buscava identificar qual foi momento de formação do subdesenvolvimento. Sua tese é que a condição de periferia se estabeleceu no início do XIX, quando se verifica um expansão vertiginosa do capitalismo em escala mundial. Sob aquela conjuntura, a economia brasileira encontrava-se debilitada, diante da queda nas exportações entre a passagem do XVIII para o XIX. Os países que haviam realizados suas revoluções industriais conseguiram aquela época, constituir seus mercados internos. Já outros constituíram logo em seguida, após participaram da expansão do capitalismo através da exportação de matérias-primas. No caso do Brasil, a crise econômica impedia a sua inserção.

Os dados apresentados em *Formação Econômico do Brasil* buscavam explicar a tese de Furtado de que durante o período das rápidas transformações das estruturas dos países mais avançados, o Brasil vivia uma grave situação de crise, impedindo a sua inserção neste processo. A economia brasileira começou a registrar novo crescimento a partir da segunda metade do século XIX quando se verifica a expansão da economia cafeeira no sudeste do país.

O resultado deste processo foi à formação de uma economia subdesenvolvida subordinada ao mercado externo. Em síntese, estabeleceu-se um processo de alienação em que a economia brasileira passava a ser condicionada pelas forças externas. Obviamente que esta situação acontecia desde o início da colonização no século XVI. Mas a questão era compreender como uma nação independente, que havia sido liberada do jugo colonial português, ainda permanecia colonizada pelo capital externo. Daí a formulação da noção de economias semicoloniais que independentes

juridicamente, permaneciam subordinadas economicamente.

Imagem - 2



Retirantes nordestinos — Tragédia secular de famílias que se decompõem, como efeito da miséria e onde as mulheres acabam ficando para trás, carregadas de filhos menores a esmolar. Ver o texto da página 72. (Foto "Mundo Agrário" — 20-5-958)

A principal contribuição teórica da tese do subdesenvolvimento era a ideia de singularidade. No debate econômico rejeitavam-se as teses universalistas em economia. O procedimento metodológico proposto de analisar as estruturas econômicas contemporâneas numa perspectiva histórica fez com que os economistas da CEPAL questionasse o modelo tradicional de investigação centrado na aplicação de fórmulas generalizantes – dos ditos economistas de gabinete. No campo da história a teoria rivalizava com as interpretações de tipo marxista que compreendiam o desenvolvimento histórico e também econômico a luz de etapas. Daí a insistência de alguns intelectuais do marxismo em afirmar que o Brasil, em início, era feudal – buscavam ali inserir a história do país num processo comum a todas as nações.

Afirmando que o desenvolvimento econômico possuía uma dimensão histórica, a CEPAL juntava-se a um conjunto de intelectuais brasileiros e latino-americanos que buscavam interpretar a história da região tendo como princípio básico a ideia de que a nossa trajetória se diferenciava de alguma maneira das demais. Ao invés de buscarem alinhar a nossa história a marcha da civilização, adotaram o caminho de investigar nossas origens com o intuito de orientar qual percurso deveríamos seguir. Em síntese, o que pretendiam era entender como se deu o nosso desenvolvimento econômico, para a partir daí, construir um plano de ação correspondente a nossa situação histórica.

Analisando o movimento nacionalista no Brasil temos a dimensão da repercussão das teses da CEPAL no país. A teoria do subdesenvolvimento obteve boa circulação entre os intelectuais e a opinião pública, principalmente aquela vinculada ao nacionalismo. A luta do movimento era para efetivar a ideia dos cepalinos de que o desenvolvimento econômico deveria estar desvinculado do capital estrangeiro e do imperialismo, que mesmo promovendo a industrialização, mantinha o país na condição de semicolonial. Pode-se dizer que de alguma maneira o nacionalismo no Brasil resultou do trabalho intelectual desenvolvido pela CEPAL.

NACIONALISMO E ALIENAÇÃO

Nossa hipótese é que aqueles considerados os ideólogos do movimento nacionalista brasileiro tiveram que teorizar sobre uma estrutura já em movimento. Quando o ISEB inicia o seu primeiro ano em 1956 já havia uma organização, mesmo que prévia – formulação dos núcleos, frentes, estabelecimento de união entre instituições.

O ISEB⁴⁶ iniciou as suas atividades oficialmente em 14 de maio de 1956, no auditório do Ministério da Educação e Cultura com a aula inaugural do professor do departamento de filosofia Álvaro Vieira Pinto⁴⁷. Naquele momento, os membros de instituto esclareciam quais eram os objetivos da instituição,

⁴⁶ Decreto nº 37.608, de 14 de Julho de 1955 Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências. (Texto completo nos anexos)

⁴⁷ Ressalto aqui o importante trabalho de Norma Côrtes a respeito do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. CÔRTEZ, Norma. *Esperança e democracia. As idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001 (tese de doutorado)

Senhores, muito devemos esperar da instituição cuja atividades hoje se iniciam .Se chegar realmente a unificar um pensamento definido e claro sobre o que é e o que deve ser o Brasil; se pela força persuasiva das diretrizes que aconselhar, puder mover a inteligência dos homens das classes dirigentes, políticos, empreendedores industriais e diretores técnicos, orientando-lhes a ação no rumo da iniciativa racional; se, pela verdade intrínseca da ideologia que ajudar a construir, vier a identificar-se aos anseios das massas, terá então contribuído para dar existência histórica a um Brasil que até agora não ousamos senão imaginar. ⁴⁸

O professor Álvaro Vieira Pinto começava o seu discurso mencionado as mudanças estruturais que vinham acontecendo na sociedade brasileira, especialmente o aumento populacional e a migração dos trabalhadores do mundo rural para o urbano. Segundo ele, aos intelectuais caberia acompanhar todas as mudanças à luz da ciência e da técnica, com o intuito de orientar o desenvolvimento nacional. Sendo o Brasil um corpo em crescimento, deveríamos elaborar uma teorização em diálogo com a realidade, caso contrário, caminharíamos como as grandes massas asiáticas – ao encontro do pauperismo. Em síntese, Vieira Pinto afirmava que não seria possível formular uma interpretação sem antes estruturar categorias analíticas prévias.

A ideia em Vieira Pinto exercia um papel central, pois segundo o filósofo “toda mutação de cena, todo avanço histórico, é necessariamente produto das ideias que a cada instante do tempo humano são possuídas por um grupo social, e por isso mesmo inspiram certo projeto de futuro.”⁴⁹ Antes de tudo, faz-se necessário aos homens prudentes elaborar um projeto, para daí então, executar uma ação. A tese apresenta na primeira aula do ISEB ia de encontro com a seguinte argumentação: “sem a ideia, não vemos mais que a sucessão empírica, privada de sentido e de inteligibilidade”⁵⁰.

A execução deste projeto de futuro – de subordinar os fatos históricos a interpretações prévias – apresentava-se ao país de uma maneira distinta nos anos 1950, pois segundo o filósofo do ISEB, aquela época era um momento de tomada de consciência da realidade. Segundo Vieira Pinto, praticávamos no país a velha sociologia, que segundo ele apresentava duas características marcantes. A primeira, estaria vinculada a sua condição de ciência alienada. A segunda, na sua insistência em relacionar o projeto de futuro com os anseios das classes dominantes.

A compreensão do conceitos de alienação em Vieira Pinto estava intimamente relacionada a

⁴⁸ VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: MEC, 1956. p.53

⁵⁰ Idem.

teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. O ISEB, ao apropriar-se das teses cepalinas estendeu o conceito de economia reflexa ou alienada ao campo da cultura e da consciência. Com isso, os intelectuais isebianos compreendiam que, se a economia era alienada, a cultura e a consciência também eram.

O categorização da sociologia como velha e alienada está relacionada com a noção de que os conceitos até então utilizados haviam sido elaborados, tendo como base empírica, outras realidades históricas não correspondentes com as nossas. Para Vieira Pinto, alienar-se era, "compreender a realidade histórica munidos de uma aparelhamento conceitual recebido de fora, usado pelos que nos observavam como objeto, e, por isso, impróprio para ser utilizado pelos que não são os objetos, mas os sujeitos desse processo⁵¹".

Segundo o professor de filosofia uma economia reflexa, alienada e dependente, geraria em consequência, um todo social que comportava-se como objeto e não como sujeito. O par de conceitos cepalinos de centro-periferia foram modificados pelos de sujeito-objeto. Aqueles países em que persistia o status colonial era considerados como objeto – ou o não-ser. A superação deste estágio está intimamente ligada com o desenvolvimento nacional e a tomada de consciência da realidade. Armados de categorias próprias as suas realidades, estes países poderiam elaborar seus projetos de futuros com fins de alcançar a posição de sujeitos de sua própria história.

A velha sociologia, segundo Vieira Pinto, além de adotar conceitos e categorias estranhas a nossa realidade, formulados justamente por aqueles que nos consideravam apenas como objeto, cometiam outro erro, de considerar que a consciência social estaria sediada exclusivamente nas elites. Nesta leitura, eles compreendem que sendo as massas incultas, viviam numa estágio de puro inconsciente coletivo, ou seja, não possuíam consciência de classe.

Para o filósofo, a nova sociologia caminhava em sentido oposto, pois considerava que a consciência social estaria justamente nas massas. Porém, com o desenvolvimento nacional ainda por se fazer, elas estariam num momento de consciência nascente, denominado de protoconsciência. Em linhas gerais, passavam por uma fase considerada de pré-cultas, ou seja, período em que a consciência poderia ser potencializada mediante a intensificação do processo de desenvolvimento nacional. Em síntese, a alienação estaria superada a partir do momento em que houvésemos iniciado a fase de transformação da economia – de objeto para sujeito, – ou seja, de reflexa e

⁵¹ Ibidem, p.32

alienada para independente.

Sendo a nova sociologia assentada sobre o protagonismo das massas, Viera Pinto esclarecia que o desenvolvimento nacional em marcha, era antes de tudo, uma reivindicação das classes trabalhadoras que lutavam por melhores condições de vida. Era elas as responsáveis pela situação histórica da tomada de consciência. A ideologia do desenvolvimento era um reclamo das massas. Assim situava os intelectuais e os políticos em relação as novas classes,

Compete aos sociólogos, na ordem teórica, e aos políticos, na ordem prática, é fazerem-se arautos dessa verdade, recolhê-la a suas legítimas origens e interpretá-la com o auxílio do instrumento lógico-categorial que devem possuir, sem distorcê-la, sem violentá-la, sem mistificá-la.⁵²

Em síntese, a discussão acerca da consciência *versus* a alienação, sobre a virada de paradigma na sociologia e do papel das massas na ideologia do desenvolvimento nacional, buscava dar sustentação a tese daquela aula, "sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional"⁵³. Segundo Viera Pinto, "não há, pois, ato progressivo algum que não postule uma ideia ou, afinal, uma teoria. Pois, "fora disso, é deixarmos ir ao sabor dos movimentos eventuais das improvisações de curto alcance."⁵⁴

Neste primeiro momento de vida do ISEB, seus membros estavam alinhados com o pensamento da CEPAL de planejamento econômico. Logo depois, numa segunda fase, entre os anos de 1960 e 1964, percebe-se um relativo abandono das ideias cepalinas e uma maior aproximação com ideologias mais radicais, como aquelas do Partido Comunista Brasileiro. Naquele momento, Vieira Pinto e outros isebianos, viam com bons olhos a plataforma de governo de Juscelino Kubitschek, apoiada sob um plano setorial que estipulava metas a serem atingidas por cada setor da economia. Era a primeira vez que em política usávamos e abusávamos das ideias de planejamento. A ideia de formular um projeto de futuro, pelo menos de início, caminhou junto com o plano de Metas de JK. No final da década os isebianos perceberam que a industrialização do país não havia provocado as mudanças estruturais necessárias para a superação do status colonial e nem mesmo proporcionado uma melhoria de vida as massas.

Nota-se que em aula inaugural do curso regular do ano de 1956, Álvaro Vieira Pinto, defendia a tese de que seria preciso formular, primeiramente, o desenvolvimento no plano das

⁵² Ibidem, p.39.

⁵³ Ibidem, p 33.

⁵⁴ Ibidem, p 34.

ideias, para só então, partimos para a situação prática. Além disso, este projeto de futuro deveria ser, antes de tudo, um anseio das massas, pois diferentemente do passado, em que as ideologias estavam a serviço dos interesses das classes dominantes, ali, interessava-lhes sobretudo atender as necessidades daquele novo sujeito histórico, as massas trabalhadoras⁵⁵.

A conjuntura dos anos 1950 é um momento em que as ciências sociais no Brasil passam a compreender as massas sob um novo prisma. Se entre a década de 1910 e 1930, elas eram tidas como ingênuas e carentes de uma educação que lhes pudesse preparar para uma vida melhor no futuro, em 1950 elas passam a ser consideradas como o elemento central da ideologia do desenvolvimento nacional. Mesmo incultas e analfabetas, eram uma classe em potencial, próximas de atingir a plena consciência de classe em meios as transformações que viam ocorrendo no seio da sociedade brasileira.

Ao longo da primeira aula do ISEB, o professor Vieira Pinto, mencionou a necessidade de elaboração de uma ideologia do desenvolvimento nacional, sem em momento algum citar o nacionalismo. Pelo menos no pensamento de Álvaro, a ideologia que buscava, ainda não havia se transmutado para o nacionalismo. Mais tarde, em 1960, quando publica *Consciência e Realidade Nacional*, o nacionalismo já aparece como a ideologia responsável pela tomada da consciência autêntica de um país em vias de superar a sua condição de subdesenvolvido.

NACIONALISMO E COSMOPOLITISMO

No final de 1958 o ISEB publicou *Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, de Hélio Jaguaribe. Aquela altura, o movimento nacionalista brasileiro já contava com uma estrutura organizacional bastante elaborada. Além do instituto damos destaque para a Frente Parlamentar Nacionalista, Movimento Nacionalista Brasileiro (UNE), jornal "O Semanário". Naquele anos os nacionalistas havia se dedicado as eleições de 58, considerada uma prévia da corrida presidencial em 1960.

Se na aula inaugural de Álvaro Vieira Pinto não houve qualquer menção ao nacionalismo, em 1958, ele é peça fundamental no pensamento de Jaguaribe. Logo no prefácio, o autor esclarece a

⁵⁵ O uso termo massa em Álvaro Vieira Pinto difere daquele empregado a partir dos anos 1960, que pretendia associar os trabalhadores a ausência de consciência de classe.

sua motivação com a obra, “o problema do nacionalismo, com todas as suas implicações, constitui a questão fundamental com que ora se defronta o Brasil, cujo futuro será decisivamente condicionado pelas opções que adotar, ante as várias alternativas que nessa perspectiva se abrem para o país.”

Com uma estrutura organizacional em ação, os nacionalistas se apresentavam em 1958, como um grupo político sólido, e isto, intensificou o debate no ano das eleições. Sua força pode ser exemplificada nesta reflexão de Jaguaribe,

De todos os movimentos ideológicos que procuram configurar a vida pública brasileira e lhe imprimir orientação própria, o nacionalismo se destaca, ao mais superficial exame, como a tendência dotada de raízes mais profundas e de repercussão mais ampla. Explícita ou implicitamente, o nacionalismo constitui a mais importante linha divisória de todos os debates que se travam no Congresso, na imprensa e no próprio âmbito do governo e da administração. As tendências que o representam ou que nele se apoiam superam as divisões partidárias, a distinção entre os blocos do governo e da oposição e até mesmo os conflitos de classe.⁵⁶

Nas análises de Jaguaribe, “as duas grandes posições políticas em que se divide a opinião pública brasileira, cortando transversalmente todas as estruturas sociais, são a do nacionalismo e a do “entreguismo”⁵⁷. Mas a posição nacionalista a seu ver constituía-se numa “ideologia vaga, sem formulação teórica e carregada de contradições”⁵⁸. Isto porque, segundo o autor, o nacionalismo era um movimento heterogêneo, composto de indivíduos que ocupavam as mais variadas posições políticas e sociais – da extrema esquerda a movimento de propensão fascistas. Além disso, a agenda nacionalista caracterizava-se “mais como um negação de certas políticas do que como a afirmação de outras o leva a confundir-se com reivindicações específicas e o reduz a um plano essencialmente tópico.”⁵⁹

O diagnóstico de Jaguaribe era de que diante de bases heterogêneas, o movimento nacionalista seria “incapaz de atingir uma formulação mais geral e consistente.”⁶⁰ O quadro de desordem exigia um esforço de esclarecimento acerca da sua real significação. A confusão, segundo o autor, acontecia pois, “o nacionalismo surgiu antes de sua própria teoria, dinamizou-se antes de caracterizar seus fins e tornou-se uma força operante antes de haver organizado seus planos de

⁵⁶ JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1958. p. 11

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Ibidem, p.13.

⁶⁰ Idem.

ação.⁶¹

A primeira tese de *O nacionalismo na atualidade brasileira* diz respeito a falta de consistência teórica do movimento, devido a sua composição heterogênea. O problema circunscrevia-se a seguinte questão: “ou alcança uma formulação mais consistente e suficientemente elaborada, e determina o curso subsequente de nossa história, ou malogra, desaparecendo, com seu insucesso, a condição mesma de o povo brasileiro realizar uma história nacional⁶²”.

Jaguaribe dizia que antes de ser uma “ideologia racionalizadora do comportamento político⁶³”, o nacionalismo era um fenômeno histórico-social. Sua origem estaria vinculada ao aparecimento dos estados modernos, que para além dos contornos jurídicos precisavam construir os laços de preservação e de pertencimento. Ou seja, nacionalismo era uma espécie de alma das nações, era o conjunto de sentimentos capazes de construir uma grau de solidariedade nos indivíduos pertencentes aquela unidade jurídica.

Segundo o autor existem dois tipos de nacionalismo, o integrador e o imperialista. O primeiro é aquele que transforma comunidades em nações. Sua origem é do século XVIII, quando verificam-se a formação dos estados nacionais na Europa e na América do Norte, com os Estados Unidos. Sua atuação se faz presente também no século XX, na América Latina, Ásia e África, quando eclodem os processos de descolonização. Na América Latina as independências ocorreram no século XIX, mas de uma maneira geral, os intelectuais compreendiam que aquela libertação se deu apenas no plano político, pois continuávamos subjugados economicamente, daí a figuração dos países latino-americanos ao lado dos asiáticos e africanos. Portanto, o nacionalismo brasileiro do século XX, segundo Jaguaribe era um movimento de integração com fins de nos elevar a condição de nação independente.

O segundo nacionalismo era de tipo imperialista. Nesta fase “o estado-nação não constitui mais um enquadramento adequado, porque seu desenvolvimento econômico e cultural já extravasou daquela área e requer um âmbito mais amplo para lhe dar suporte e espaço de realização⁶⁴.” O nacionalismo imperialista era uma realidade das nações europeias do século XX, que após realizarem a fase de integração passaram a disputar a hegemonia dos novos mercados. Após a

⁶¹ Idem.

⁶² Ibidem, p.14.

⁶³ Ibidem, p.17.

⁶⁴ Ibidem, p.22.

análise do nacionalismo numa perspectiva histórica, Jaguaribe concluía com a seguinte definição, “o projeto nacionalista é algo que, fundado na necessidade de assegurar, mediante um adequado ordenamento político-jurídico, as comuns necessidades econômicas e de defesa, unifica, em dado território comunidades vinculadas pelos mesmos laços históricos-culturais⁶⁵”.

No caso do Brasil o autor explica que, em sentido histórico, o processo de formação da nação brasileira aconteceu desde a colonização, mas que apenas no século XX criaram-se as condições que imporiam ao Brasil uma configuração nacional. Isto porque, segundo Jaguaribe, os movimentos políticos da Independência em 1822 e da Proclamação da República em 1889 se realizaram num “plano meramente superestruturário”, ou seja, modificaram as formas institucionais, sem alterar a estrutura como um todo. Assim, mesmo no século XX o Brasil ainda convivía com práticas consideradas coloniais, como por exemplo, a política cartorial.

O Estado brasileiro, desde a colônia, tornou-se cartorial e assim persiste em nossos dias. Caracteriza-se o Estado Cartorial por ser o instrumento de manutenção de uma estrutura econômico-social fundada numa economia primária de exportação e nos privilégios de classe-elas correlatas. Sua nota distintiva reside no fato de que o serviço público, em lugar de consistir no atendimento das necessidades coletivas, é um mecanismo de manipulação das clientelas eleitorais destinado a perpetuar os privilégios da classe dominante, proporcionando, sem a contrapartida da prestação de serviços efetivos e socialmente necessários, empregos e favores à clientela dos grupos dirigentes.⁶⁶

O esclarecimento dos anos de 1950 segundo o autor, está intimamente relacionado com a superação do quadro de subdesenvolvimento cultural no país. Seguindo a linha de interpretação de Álvaro Vieira Pinto, Jaguaribe substituíu o conceito de alienação pelo de subdesenvolvimento cultural. Em síntese, ambos os conceitos referiam-se a um mesmo processo de subordinação da cultura num país periférico, que sem a devida autonomia, realizava a “transplantação mecânica de categorias e métodos oriundos de condições diversas e impróprias à compreensão das realidades para o entendimento das quais são transplantadas⁶⁷”.

A segunda tese de Hélio Jaguaribe diz respeito à constituição das condições de superação dos quadros coloniais no século XX. O nacionalismo integrador no Brasil estaria proporcionando ao país, finalizar o processo de formação da nação iniciado no período da colonização. No que tange ao movimento nacionalista dos anos 1950, o autor esclarecia que ele insurgia “vendo no

⁶⁵ Ibidem, p.29.

⁶⁶ Ibidem, p. 44.

⁶⁷ Ibidem, p.43.

imperialismo um fator de espoliação das riquezas naturais do país e um processo de agravamento de nossa dependência colonial⁶⁸.

Demonstrada as inconsistências teóricas do nacionalismo no Brasil e a sua trajetória histórico-processual do século XVIII ao XX, Jaguaribe passava a se ocupar do problema central de sua obra, da conceituação do movimento. Assim o definia,

O nacionalismo consiste, essencialmente, no propósito de instaurar ou consolidar a aparelhagem institucional necessária para assegurar o desenvolvimento de uma comunidade. Tal é o caso do nacionalismo brasileiro, suscitado pelas transformações experimentadas por nosso país, a partir dos anos 20, cujo desenvolvimento passou a exigir uma ordenação político-jurídica adequada.⁶⁹

Segundo Jaguaribe só é possível compreender o nacionalismo, quando se tem em mente as transformações iniciadas no país a partir de 1920. Sua ideia é de que o desenvolvimento do país é que proporciona o aparecimento do movimento nacionalista, que teria como objetivo acelerar e racionalizar este processo. Respondendo a indagação colocado no prefácio de *O nacionalismo na atualidade brasileira*, Hélio Jaguaribe esclarecia que o movimento era apenas um meio para atingir o fim, o desenvolvimento. Assim, deveríamos nos "utilizar de todos meios apropriados, seja qual for a origem dos agentes, desde que, nas condições concretas, se revelem os mais eficazes"⁷⁰.

Ainda em seu prefácio, o autor esclarecia que apresentavam-se ao país alternativas históricas de desenvolvimento, e que ali deveríamos optar por aquela que melhor nos atendesse. No plano ideológico, dizia, travava-se de uma disputa entre nacionalistas e cosmopolitas. Os primeiros defendiam uma forma pública de gestão da economia nacional, os últimos uma forma privada.

A tese de Jaguaribe era de que o debate clássico entre o capitalismo e o socialismo havia perdido qualquer sentido, pois segundo o autor, nenhum dos dois sistemas coincidiam mais com seus modelos tradicionais. Além disso, caminhávamos para uma grande convergência entre os sistemas. Segundo o autor de *O nacionalismo na atualidade brasileira*, "a rigor não há mais países capitalistas e países socialistas"⁷¹.

No caso do Brasil o debate se enfraquecia ainda mais, em função do nosso passado colonial e do presente subdesenvolvido. Segundo Jaguaribe, vivíamos um regime de "capitalismo possível",

⁶⁸ Ibidem, p.38.

⁶⁹ Ibidem, p.51.

⁷⁰ Ibidem, p.53.

⁷¹ Ibidem, p.87.

de acordo com as circunstâncias históricas. À burguesia brasileira abria-se a “oportunidade histórica de promover o desenvolvimento econômico-social do país⁷²” e de eliminar as estruturas do estado cartorial.

(...) E faz se mister que a burguesia brasileira logre conquistar a liderança da classe e a transformem numa classe de investidores e de empresários austeros e eficiente. E faz se mister que a burguesia brasileira logre conquistar a liderança das demais classes sociais, mobilizando os setores dinâmicos da classe média e do proletariado no sentido de nossa transformação econômico-social, conduzindo à rápida liquidação de todas as formas de privilégios parasitismo que mantêm vigentes a política de clientela e o Estado cartorial.⁷³

A tomada de consciência nos anos 1950, iniciada por volta de 1920 - quando se tem início o processo de industrialização do país -, chegava a um momento de maturação. Cedo ou tarde, uma classe assumiria a rédea deste processo e uma opção histórica se apresentaria – a capitalista ou a socialista. Segundo Jaguaribe esta oportunidade histórica deveria ser preenchida pela burguesia nacional, que independentemente dos meios a serem adotados, teria que intensificar o modelo de desenvolvimento capitalismo.

Se essas condições não forem preenchidas, pela atual geração, a burguesia brasileira perderá irremediavelmente sua oportunidade histórica. E a comunidade brasileira, sob o imperativo de realizar, a qualquer preço de qualquer forma, seu desenvolvimento econômico-social, será conduzida a optar pelo socialismo, de uma forma tanto mais radical e revolucionária quanto maiores hajam sido o tempo perdido e o malogro da burguesia no cumprimento de sua tarefa.⁷⁴

Vale ressaltar que é Jaguaribe havia dito anteriormente que o debate entre capitalismo e socialismo não fazia mais sentido, pois ambos os sistemas caminhavam em direção a uma grande convergência, mas o recado dado a burguesia é bastante claro, ou realiza-se a revolução pela via capitalista, ou ver-se-ia a configuração de movimentos radicais e revolucionários de orientação socialista. A terceira tese de *O nacionalismo na atualidade brasileira* pretende colocar a burguesia como a classe responsável pelo processo do desenvolvimento nacional. O texto de Jaguaribe insere-se num contexto de acirramento das disputas políticas, onde as opções revolucionárias – capitalistas ou socialistas – eram discutidas pelos intelectuais, políticos e a opinião pública. Os argumentos apresentados pelo autor caminham em direção a uma legitimação do papel da burguesia no processo histórico.

⁷² Ibidem, p99.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

O último ponto desenvolvido pelo autor – a Petrobras e o capital estrangeiro – foi motivo de grande repercussão. Hélio Jaguaribe entendia que o nacionalismo não poderia ser um mero movimento de repulsa ao capital estrangeiro. Já dissemos que segundo o autor, o nacionalismo era apenas um meio de atingir um fim: o desenvolvimento. No caso da Petrobras, esclarecia que os êxitos obtidos pela empresa ao longo dos anos descredenciava as teses cosmopolitas a respeito de um possível insucesso da empresa. Mas, mesmo diante dos bons resultados não deveríamos descartar os auxílios do capital estrangeiro. Aliás, segundo Jaguaribe, as teses “radicais de repúdio ou de defesa do capital estrangeiro caíram em descrédito⁷⁵”, pois seria claramente possível a convivência entre ambos, capital nacional e capital estrangeiro. Porém, as teses do autor não retratavam a realidade política bastante polarizada.

(...) Sustentam os cosmopolitas que em um país subdesenvolvido, caracterizado pela insuficiente taxa de capitalização e pelo fato de que o consumo tende a absorver a quase totalidade da renda, a despeito de esta se conservar em baixíssimo nível per capita, somente as poupanças externas, na forma de investimentos estrangeiros, podem elevar a capacidade nacional de investimento. Atribuem, assim, ao capital estrangeiro, a principal responsabilidade pela promoção do desenvolvimento nacional. Os nacionalistas, ao contrário, acentuando o fato de que resultado líquido do movimento dos capitais estrangeiros é negativo, os consideram fatores antes adversos do que benéficos, tanto mais que, além do devedor que apresentam em nossa balança de pagamentos, constituem, internamente, um fator de desnacionalização, que desloca o capital nacional do controle de nossas principais atividades econômicas e dificulta ainda mais a expansão econômica e o desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras.⁷⁶

A obra *O nacionalismo na atualidade brasileira* alcançou grande repercussão nos meios nacionalistas, como a UNE, a Frente Parlamentar e o periódico "O Semanário". A ideia de que o capital estrangeiro poderia contribuir com o desenvolvimento da Petrobras foi duramente criticada pelo movimento. No tocante ao ISEB, a publicação causou grande desconforto entre os intelectuais, principalmente aqueles mais a esquerda, como Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos. Instaurou-se no instituto uma verdadeira crise que culminou na saída de alguns membros no ano seguinte, destaque para o desligamento do próprio Hélio Jaguaribe e de Guerreiro Ramos

⁷⁵ Ibidem, p. 161.

⁷⁶ Idem.

NACIONALISMO E HISTÓRIA

Passado o período da crise, resultante da divulgação pelo ISEB, da obra de Hélio Jaguaribe, o ano letivo de 1959 teve início com a aula inaugural do professor do departamento de História Nelson Werneck Sodré, o tema da aula, *As raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. De orientação marxista, o historiador do instituto fazia uma leitura um pouco diversa de Álvaro Vieira Pinto e Hélio Jaguaribe. O texto da aula foi publicado originalmente na segunda edição (1958) de *Introdução à Revolução brasileira*.

A aula ministrada sobre o nacionalismo, foi na verdade uma aula sobre a história geral do Brasil. Seguindo a linha interpretativa de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, Sodré entendia que a descoberta e a conseqüente colonização do país resultava da Revolução Comercial na Europa. Assim, a história inicial do país encaixava-se num longo e extenso mosaico de acontecimentos. Segundo o historiador, a Revolução Comercial, é também uma revolução burguesa. Sodré compreendia que a vitória da burguesia foi restrita em alguns lugares, e que nestes locais, houve apenas um enfraquecimento do poder da nobreza, que em conjunto com a classe burguesa passariam a governar. No caso de Portugal, a revolução foi vitoriosa ao ponto dos portugueses serem os pioneiros na formação dos estados nacionais.

No caso do Brasil, a interpretação feita por Nelson Werneck Sodré é de que, por aqui, ainda não estávamos em vias de reunir as condições favoráveis a Revolução democrático-burguesa. A burguesia enquanto classe surgiu apenas no século XIX, num contexto em que a classe dos latifundiários ainda era soberana. De um modo geral, a luta de classes no país, segundo Sodré, foi quase inexistente nos três primeiros séculos de colonização. Ali, o poder dos senhores da terra e de escravos foi absoluto, ao passo que qualquer alteração na estrutura política do país dependia do seu apoio.

A Independência política em 1822 foi resultado de dois fatores: numa escala internacional está relacionada com a Revolução Industrial – e a necessidade da revolução de eliminar os monopólios comerciais – e numa escala local com a predisposição dos donos da terra e de escravos em dar apoio o movimento de emancipação. O movimento político em nada alterou a estrutura de classes no país, assim Sodré entendia que 1822 representava pouco no tocante ao real processo de emancipação nacional, que continuava mantendo a estrutura da época colonial.

A proclamação da república em 1889 aconteceu num momento inicial de reorganização nas relações de classe no Brasil. Ao longo do século XIX as modificações da economia haviam possibilitado o aparecimento da classe média e da classe burguesa. Ainda sem condições de por fim ao monopólio político dos latifundiários, as novas classes passaram a influir significativamente nas questões referentes a política nacional, tanto é assim que, a República foi um movimento sustentado pela classe média. Mas, mesmo diante de novos elementos, no plano superestruturário, a República não deve ser entendido como um movimento revolucionário.

(...) a Independência e a República, com efeito, foram tarefas progressistas, mas não foram tarefas revolucionárias: a classe dominante permaneceu a mesma, embora, no segundo caso, tivesse, depois da mudança do regime repartido o poder com a nascente burguesia, continuando hegemônica. Agora, trata-se de liquidar, definitivamente, a classe latifundiária, tornada anacrônica pelo desenvolvimento do país. Trata-se de substituí-la. Trata-se, ainda de quebrar a aliança que a vincula ao imperialismo, derrotando também a este e barrando-lhe a ingerência no processo nacional.⁷⁷

Segundo Sodré só é possível falar em revolução nos contextos em que ocorrem uma transformação nas relações de classe. Diante disso, entendia que até 1930, ainda não havíamos vivido nenhum momento revolucionário, mas apenas situações de avanços progressistas. Mas, apesar de 1822 e 1889 representarem momentos de permanência das estruturas colonias, em cada nova fase ocorria a germinação do novo, pois a história é alimentada pelo movimento diatético – entre aquilo que está nascendo e o que está morrendo, entre aquilo que é velho e o que é novo, entre aquilo ficou no passado e transformou-se em futuro. A revolução brasileira, tendo início em 1930, é um resultado dos eventos ocorridos no passado, que paulatinamente foram preparando terreno. Antes de prosseguir, devemos apresentar a definição de revolução segundo Sodré.

Como Revolução Brasileira, entendemos o processo de transformação, que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e de estar incompleta a revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico. Tal processo, que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda se antepõe em parte, ao desenvolvimento do país. Discriminando as origens das forças interessadas no processo nacional, e mostrando o que existe ainda de negativo no quadro brasileiro, procuramos realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo, que tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático, de um lado, e a solução nacionalista dos problemas de exploração econômico das nossas riquezas, de outro lado.⁷⁸

⁷⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. ed.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p.204

⁷⁸ *Ibidem*, p.9.

Na perspectiva do historiador do ISEB, o nacionalismo inseria-se no contexto da Revolução brasileira, que a partir de 1930, passava a criar as condições favoráveis para a destituição dos poderes da classe latifundiária vinculada ao imperialismo, e que conseqüentemente resultaria na eliminação daquilo que ainda existia de feudal em nossa formação. Basicamente, o processo histórico no Brasil respeitava as seguintes etapas: semi-feudal, colonial e por fim nacional.

A etapa de vigência das práticas semi-coloniais corresponderia ao período da descoberta até o processo da independência, pois ali, havia ocorrida a transplantação das estruturas feudais para cá – monopólio da terra, domínio despótico dos senhores da terra, ausência de liberdades econômicas. O período colonial estende-se do momento da Independência até o início da Revolução Brasileira em 1930. Esta conjuntura é marcada pela permanência das estruturas semi-feudais em contexto de Independência política – a manutenção do poder pela classe dos senhores da terra e de escravos e a permanência de uma economia voltada para o mercado externo. A fase nacional corresponde ao momento de profundas transformações na estrutura social, política e econômica – início do processo de industrialização, perda de poder das classes latifundiárias, amadurecimento político da classe média e o aparecimento da classe trabalhadora.

Aos críticos, Sodré esclarecia que o nacionalismo brasileiro em nada se assemelhava-se aos contextos da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler. Ou seja, não havia qualquer grau de parentesco entre as experiências, pois aqui ele representava a superação do colonialismo. O caso da Alemanha e da Itália, inseria-se num contexto em que a ordem capitalista estava plenamente instalada. Ainda segundo o marxista, “as forças econômicas que ajudaram o nazismo e o fascismo são as mesmas que se opõem, aqui ao surto do nacionalismo”⁷⁹.

Numa perspectiva histórica, o nacionalismo brasileiro era um movimento político característico de uma país de passado – e também de presente – colonial. Com uma trajetória de formação distintas dos países da Europa – em que a burguesia realizou suas revoluções nacionais e que as classes trabalhadoras, com a intensificação da industrialização, adquiriram consciência de classe –, o Brasil, ainda pré-capitalista, não experimentava a luta de classes à moda europeia. Por aqui, tratava-se de eliminar, primeiramente, os inimigos da Revolução: as classes latifundiárias associados ao imperialismo. Segundo Sodré o nacionalismo brasileiro corresponderia ao momento em que os países europeus, no alvorecer da Idade Moderna, eliminaram as estruturas do feudalismo.

⁷⁹ Ibidem, p.181.

“O que, para eles, eram as relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós tudo o que reflete ainda o passado colonial. O nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação.”⁸⁰

Assim, o nacionalismo correspondia a uma etapa histórica em que o povo brasileiro, unido, lutaria contra os resquícios do passado colonial. Em síntese, era um momento em que a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora se reduziria ao mínimo para o enfrentamento do imperialismo. A base do movimento era o povo brasileiro, que a partir de 1930 encontraria condições propícias para a tomada do poder. Até o início da Revolução, segundo o historiador-marxista, o Estado no Brasil estava a serviço de uma classe: dos latifundiários. A partir de 30 não mais, pois ele passava a representar o conjunto da sociedade brasileira, portanto exigia-se a constituição de um Estado neutro, abstrato e subjetivo.

Mas quem era o povo no Brasil segundo Sodré? Segundo o historiador era preciso ter em mente que o conceito de povo vinculava-se as condições reais de um tempo e de um lugar. Por exemplo, o povo do Brasil no século XX não era o mesmo daquele do século XIX, o povo do Brasil no século XX não era o mesmo que dos Estados Unidos neste mesmo período. O povo é um conjunto de “classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive”⁸¹.

(...) As classes são produtos da história, e o lugar que ocupam é também historicamente condicionado. A história humana não passa do desenvolvimento das classes, das lutas e das mudanças nas relações entre elas. Em cada fase histórica, pois, em condições determinadas, certa classe, ou certas classes, agrupam-se num conjunto que se conhece como povo, e só válido para tal fase.⁸²

Portanto, sendo o povo o conjunto das classes interessadas nas soluções objetivas do desenvolvimento, excluía-se deste contexto as classes dominantes, interessadas apenas na manutenção dos *status quo* – no Brasil, a classe dominante até 1930 era classe dos latifundiários, que opunha-se a qualquer medida que prejudicasse seus interesses. Mas numa espécie de falseamento da realidade, a classe dominante, obscurecendo a luta de classes, apresentava-se como sendo uma representante do povo. Numa composição social em que ela era numericamente inferior, fazia-se necessário adotar esta estratégia como forma de sobrevivência. Assim, colocava seus interesses como sendo de todos, quando na verdade, era a única a ser beneficiada.

⁸⁰ Idibem, p.180.

⁸¹ Ibidem, p.191

⁸² Idem.

Mas segundo Sodré, a supremacia de uma única classe vinha chegando ao fim, pois na medida em que ocorriam as modificações na estrutura social, com fins de eliminação dos resquícios feudais, o povo brasileiro adquiria, em meio a vida democrática, a consciência de classe. Assim a Revolução Brasileira era antes de tudo, uma revolução popular, pois segundo o historiador, “só é nacional aquilo que é popular”. Mas, quais eram as classes sociais no Brasil que compunham o povo em 1930?

(...) Povo, no Brasil, hoje, assim, é o conjunto que compreende o campesinato, o semiproletariado, o proletariado, a pequena burguesia e as partes da alta e da média burguesia que tem seus interesses confundidos com o interesse nacional e lutam por este. É um força majoritária inequívoca. Organizada, é invencível. Para organizá-la, entretanto, para permitir que seus componentes tomem consciência da realidade, superando o concentrado bombardeio da propaganda imperialista, arrimada em poderosos recursos materiais e detentora do aparelho de difusão do pensamento, de reunião e de associação.⁸³

A Revolução brasileira, diferentemente das demais, não se caracterizaria, segundo Sodré, num domínio da minoria sobre a maioria, como era de costume. Isto porque, terminado a etapa revolucionária, a burguesia não teria meios de se tornar uma classe hegemônica. “Em termos políticos, trata-se de uma Revolução democrático-burguesa, mas de tipo novo, em que a componente burguesa não terá condições para monopolizar os proventos da revolução.” Ainda segundo o historiador “as possibilidades de operar o desenvolvimento material e cultural do Brasil para proveito apenas da burguesia estão encerradas.”⁸⁴

Em síntese, o nacionalismo em Sodré, era sobretudo, um movimento a favor da democracia. Pois é somente num ambiente de liberdade política que as classes revolucionárias – burguesia e especialmente os trabalhadores – teriam condições de adquirir consciência de classe. Aliás, o amadurecimento da democracia só era esposada pelas “classes em ascensão, que necessitam da liberdade como o organismo humano de oxigênio, que vivem do esclarecimento da opinião, que precisam discutir e colocar de público os problemas nacionais”⁸⁵.

As raízes históricas do nacionalismo brasileiro trazia uma perspectiva analítica distintas daquelas apresentadas por Álvaro Vieira Pinto e Hélio Jaguaribe – principalmente na orientação teórica, pois aqui não há referências ao conceito de subdesenvolvimento da CEPAL. Tendo o

⁸³ Ibidem, p. 208.

⁸⁴ Ibidem, p.210.

⁸⁵ Ibidem, p.181.

marxismo como formação, Sodré buscava analisar o movimento nacionalista no Brasil a partir da lógica da Revolução democrático-burguesa. O nacionalismo nada mais era do que um episódio – de reunião das classes revolucionárias, porém antagônicas –, na história do desenvolvimento da luta de classes no país.

NACIONALISMO E CONSCIÊNCIA

Lotado no departamento de filosofia do ISEB, Álvaro Vieira Pinto publicou, em 1960, *Consciência e Realidade Nacional*, obra considerada como a mais madura do autor, pois ali, segundo os críticos, ele desenvolvia as teses elaboradas em *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*. Se no texto de 56 Álvaro se referia a necessidade de formular uma ideologia do desenvolvimento sem mencionar o nacionalismo, em 60 ele se constitui-se como elemento central na formação da consciência crítica. De uma maneira geral, esta obra tem como fundamento estabelecer um programa para o movimento nacionalista, que segundo seus opositores, era incapaz de formular uma agenda política. “A tarefa principal da inteligência brasileira consist(ia) neste momento em definir o conteúdo concreto do nacionalismo no campo econômico e cultural para as condições da nossa atual existência⁸⁶”. Porém, antes da apresentação do programa, o diretor do ISEB faz um balanço teórico-conceitual.

Na leitura de Álvaro Vieira Pinto, a ideologia nacionalista possui duas fases distintas, a primeira teve início ainda no período colonial indo até o pós-independência, a segunda começou no século XIX e se estendia a até a década de 1960. Num primeiro momento, tratava-se de um nacionalismo de caráter emocional, característico de um momento em que buscava-se interpretar a realidade nacional, exprimindo-lhes sentimentos coletivos. Tratava-se de uma fase “marcada pelo cuidado em preservar os aspectos exteriores do país, em valorizar os atributos decorativos, em cultivar os vínculos da etiqueta internacional”. Em termos conceituais, Vieira Pinto classificava-o como sendo romântico, literário, subjetivo. O segundo momento é tido como a etapa do nacionalismo racional, que atrelado as transformações da sociedade, tentava, através do “conhecimento das leis naturais e sociais”, conduzir o desenvolvimento nacional. Fomentado num período de relativa autonomia em relação ao imperialismo, o nacionalismo desta fase era lógico,

⁸⁶ VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e Realidade Nacional*. A consciência crítica. 2Vol. Rio de Janeiro: MEC, 1960. p.311

técnico, objetivo – deixando de lado a mera preocupação com os contornos estéticos nacionais.

Considerar o nacionalismo como um movimento histórico não era uma exclusividade de Vieira Pinto. Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodr e e mais tarde, Osny Duarte Pereira tamb em haviam compreendido o movimento desta mesma maneira. A constru o de uma narrativa histórica em torno do nacionalismo era uma estratégia de seus ideólogos, que buscavam responder as críticas de que o movimento seria dotado de puro sentimentalismo. Cada um ao seu modo, tentou explic -lo tendo como base o processo histórico brasileiro. Se em Nelson Werneck Sodr e, o movimento inseria-se na história da forma o das classes sociais no Brasil, em Vieira Pinto o nacionalismo apresentava-se como um fen meno de constitui o de uma consciência nacional.

A consciência era a compreensão que lutávamos naquele momento, pela soberania econômica nacional. Ainda segundo o filósofo, "são os problemas da nossa emancipa o econômica os que dominam a fase histórica". No pensamento de Vieira Pinto, um pa  subordinado economicamente, seria necessariamente um pa  subordinado culturalmente, daí a ideia de que a primeira fase do nacionalismo seria marcado como o momento da aliena o, porque, "a consciência alienada, em vez de ser o reflexo do seu mundo objetivo,   o reflexo de um reflexo". Em síntese, "todas as manifesta es de aliena o cultural e ideológica tem por base e causa a aliena o econômica".

No segundo momento, marcado pelo período da crescente autonomia econômica, o nacionalismo apresentava-se como a antítese da aliena o.   com base no desenvolvimento econômico de bases autóctones que se formulava uma consciência crítica acerca da realidade nacional. Constituída a economia nacional, abria-se caminho para a forma o de uma cultura genuinamente brasileira. Quem compartilhava destas mesmas ideias de Vieira Pinto, era o diretor do ISEB, Roland Corbisier. Em *Brasília e o Desenvolvimento Nacional* (1960), referia-se assim ao problema da aliena o.

Globalmente alienado, porque vivendo em fun o do "outro", o pa  colonial   periférico do ponto-de-vista geográfico e econômico, e tamb em no que se refere   cultura, pois sua vida cultural não   aut noma, mas puramente reflexa. Já tivemos ocasião de observar, em trabalho anterior, que na colônia não há propriamente cultura mas apenas essa forma alienada da cultura que   a erudi o. Pois, enquanto a cultura consiste no esforço pelo qual procuramos elaborar respostas e solu es próprias aos problemas e desafios que nos são apresentados pelo pa  em que efetivamente vivemos, a

erudição consiste em consumir passivamente os produtos culturais elaborados pelos outros.⁸⁷

A tese de Roland Corbisier é de que “como tudo é colonial na colônia, tudo é subdesenvolvido no país subdesenvolvido⁸⁸.” Ambas as publicações, *Brasília e o Desenvolvimento Nacional* de Corbisier e *Consciência e Realidade Nacional* de Vieira Pinto, partilhavam teses bastante parecidas, como a ideia da transmutação do plano da alienação ao da consciência – mediante a intensificação do desenvolvimento nacional – a existência de dois *brasis* – um arcaico e outro moderno – e a noção de que estávamos vivendo uma momento histórico de transição.



Corbisier entendia a transferência da capital para o interior como uma forma de germinar, sobre um solo em estágio de atraso, a semente do futuro, pois, ao “caminharmos do litoral para o interior não nos deslocamos somente no espaço, mas empreendemos também uma viagem através do tempo⁸⁹”. A fundação da nova capital em meio ao sertão era de “decisiva importância na correção desses desníveis históricos, contribuindo para arrancar o interior do século XVII, em que ainda se encontra(va), e incorporá-lo às formas de civilização e de cultura características do século XX⁹⁰”. A noção de dualidade entre sertão e litoral tinha como base a tese da CEPAL do subdesenvolvimento, que caracterizava a periferia como sendo uma região estruturalmente desigual. Como a introdução

⁸⁷ CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: MEC, 1960. p, 28.

⁸⁸ *Ibidem*, p.27.

⁸⁹ *Ibidem*, p.61.

⁹⁰ *Ibidem*, p.62.

da técnica aconteceu apenas nos setores mais desenvolvidos, ou seja, naqueles vinculados à produção dos bens primários voltados ao mercado externo, a outra parte da periferia, vivendo apenas com base na subsistência, permaneceu com uma estrutura econômica praticamente inalterada ao longo dos séculos. A periferia, ao contrário dos centros – de estrutura homogênea – são regiões onde prevalecem a heterogeneidade estrutural – em resumo, o arcaico e o moderno, o sertão e o litoral.

Brasília, segundo Corbisier, era a fina flor do desenvolvimento nacional. Representava a nossa capacidade de superar os quadros da natureza, fundando, em meio ao sertão, uma cidade voltada para o futuro. *Brasília e o Desenvolvimento Nacional*, publicado em 1960 era resultado de uma série de conferências proferidas pelo então diretor do ISEB, sendo a última, às vésperas da inauguração da cidade em 21 de abril de 1960. Porém, nem todos os isebianos demonstravam o mesmo entusiasmo com a nova capital, Nelson Werneck Sodré por exemplo, externou a seguinte opinião.

Vejo na construção de Brasília uma afirmação de confiança, um gesto para o futuro, uma iniciativa pioneira que reafirma o papel do Estado nos países subdesenvolvidos. Tenho pelos que trabalham para aquela construção a maior e mais calorosa admiração, do presidente, que manteve a ideia com pertinência indomável dos artistas e técnicos que aí deixaram a sua marca inapagável, dos trabalhadores, os “candangos”, que constituíram a base de tudo e sem os quais nada se teria feito. Brasília é, assim, uma obra de brasileiros, para o Brasil, numa etapa em que o nosso país trava a luta pela sua emancipação. Nos momentos de festa, em que tudo aparece em sua grandiosidade, cabe a interrogação fundamental, para que surja, finalmente, o traço característico do que é novo no Brasil: que fará a cidade pelos “candangos”?⁹¹

A fundação da nova capital era para Corbisier, o marco de um novo tempo, era a finalização de um processo de transição – do atrasado ao moderno, do semi-colonial ao nacional, do subdesenvolvido ao desenvolvido – que havíamos iniciado por volta de 1930, quando se têm início o processo de industrialização – ou da revolução brasileira numa perspectiva sodreniana. A ideia do novo estava intimamente relacionada com a noção de tomada de consciência, como explica Roland Corbisier,

Verificamos hoje que a tomada de consciência dessa dicotomia e da situação de subdesenvolvimento, como categoria totalizadora e englobante das demais, – no caso a estrutura social e o atraso científico e tecnológico dos países pobres –, é o acontecimento mais importante, do ponto de vista ideológico na vida atual das regiões periféricas. Essa tomada de consciência está na raiz, é o ponto de partida, dos

⁹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p.125

movimentos e das lutas de emancipação nacional, implica a ruptura do complexo colonial e torna possível a formulação de um juízo crítico sobre a cultura correspondente à situação de dependência.⁹²

Diante da noção de que os países subdesenvolvidos estariam vivendo uma fase de transição, Álvaro Vieira Pinto criticava as teses do Partido Comunista em relação a luta de classes na periferia. Enquanto que para os isebianos, a luta de classes acontecia no âmbito internacional, ou seja, do nacionalismo *versus* imperialismo, os comunistas diziam que a luta era dos operários contra a burguesia, pois os interesses nacionais não eram os mesmos da classe operária. Além de Vieira Pinto, Sodré defendia a mesma tese, de que durante a fase de transição – da superação dos quadros coloniais ou subdesenvolvidos – a luta de classes deveria ser minimizada, pois sendo o inimigo o imperialismo, as classes trabalhadoras e a burguesia nacional teria que estabelecer uma união em prol dos interesses nacionais. Discordando do ISEB, o Partido Comunista afirmava que a sua luta era apenas a luta dos operários, pois os interesses de proletários e burgueses seriam sempre antagônicos.

A ideia da tomada de consciência, tese central da obra de Vieira Pinto, era sobretudo um esclarecimento político das massas populares. Na distinção entre o nacionalismo dos séculos XVIII e XIX e do XX, o filósofo do ISEB, esclarecia que, enquanto o primeiro era um movimento das elites, o segundo tinha como sustentáculo as massas trabalhadoras. O nacionalismo, enquanto um movimento de consciência é um processo de esclarecimento político das massas.

(...) Estavam incluídas na nação, mas não tinham nacionalidade, pois não possuíam consciência do convívio existencial num grupo humano dotado de destino próprio. Eram incapazes de participar de um projeto de existência autônoma, e muito menos de concebê-lo. Vivendo ao sopé da história, não tendo ainda iniciado a escalada, não formavam o substrato demográfico de uma nação, eram apenas semoventes em um vasto território, onde obtinham duramente os escassos meios de subsistência. Seria irrisório, é claro, falar delas como portadoras de um sentido de destino nacional. Tal estado de coisas, porém, passou. Em nossos dias vivemos situação completamente diferente. Em consequência de se haver alterado o processo de produção, do incremento desta e da mudança nas relações de produção, pois em grandes áreas do país, só agora se vai extinguindo o sistema de relações feudais, substituído pelo capitalista, as massas brasileiras urbanas e camponesas estão começando a assumir aceleradamente posição de predomínio histórico.⁹³

A dimensão deste processo, segundo Álvaro, era exemplificado pelas eleições de 1960. Se no pleito de 1955 o debate circunscrevia-se entre legalistas e não-legalistas, em 60 centrava-se entre

⁹² Corbisier, R. 1960, p.26.

⁹³ VIEIRA PINTO, A. 1960, p.336.

os nacionalistas e entreguistas. Em 1960, eram as massas trabalhadoras, a base do nacionalismo, que introduzia na arena política suas reivindicações. A mudança de paradigma correspondia a crescente tomada de conscientização política dos trabalhadores. O filósofo do ISEB, compartilhava com o historiador Nelson Werneck Sodré, a ideia de que o nacionalismo era, antes de tudo um movimento conduzido pelo povo. Assim, tendo como base uma coletividade em vias de tomada de consciência política, caracterizava-se também, como um movimento de raízes democráticas, pois a construção da consciência de classe só poderia acontecer em meio a liberdade política. Daí a denominação do nacionalismo como um movimento popular e sobretudo democrático.

Mas, lembrava Vieira Pinto, as massas nos países subdesenvolvidos sofriam com a “carência de educação”, processo que prejudicava a formação da consciência crítica. Formar consciências, era, antes de tudo, educar os indivíduos para a democracia. A educação era uma exigência da vida moderna. Já o analfabetismo não era, segundo o isebiano, um estado inicial, natural do ser humano, pelo contrário, era um processo pelo qual eram submetido certos indivíduos. Da mesma maneira que havíamos constituído processos de letramento, estabelecíamos também o inverso, o analfabetismo.

O analfabetismo não é um estado inicial, natural do ser humano, pois não tem sentido dizer-se que uma criança em idade pré-escolar é analfabeta. A criança torna-se analfabeta, em virtude do particular processo de educação que a sociedade pobre lhe destina. O analfabeto não possui como essência o ser analfabeto, mas é o resultado, o termo de um processo educacional, tal como o letrado. O analfabeto é educado pelas condições da sociedade para se tornar analfabeto, não nasce tal. Alfabetizar e analfabetizar são duas formas de educação que a sociedade está constantemente destinando a duas classes de seus infantes, de acordo com a situação de trabalho e de nível econômico que lhe oferece.

Publicada em 1960, a obra de Vieira Pinto sinalizava para as mudanças estruturais que vinham acontecendo na sociedade brasileira. A insistência quanto ao papel das massas está estreitamente relacionada a crescente participação dos trabalhadores na política, seja através das eleições ou da organização de greve e manifestações contra o aumento dos custos de vida. Naquele ano, o movimento nacionalista disputava a sua primeira eleição com o candidato General Teixeira Lott, militar oriundo do movimento legalista de novembro de 1955. Sobre as críticas de que os nacionalistas eram incapazes de construir um programa político, Vieira Pinto, rebatia apresentando os “pontos principais de uma política do desenvolvimento nacional em bases nacionalistas”: ampliação da participação das massas no processo político, repressão ao capital privado estrangeiro,

reforma agrária, educação popular para o desenvolvimento.

NACIONALISMO E IMPERIALISMO

Publicada em 1960 sob a autoria do desembargador do Estado Guanabara Osny Duarte Pereira, *Estudos Nacionalistas* possuía uma natureza distinta das demais até aqui analisadas. Isto porque, no momento de sua publicação, Osny não compunha os quadros do ISEB. Sua entrada se deu apenas em 1961, com lotação no departamento de Ciência Política. Assim, *Estudos Nacionalistas* foi publicado pela editora *Fulgor* e não pelo MEC como todas as obras produzidas pelo ISEB. Além disso, não possuía natureza acadêmica, pois compunha-se de inúmeros textos e artigos publicados – entre os anos de 1957 e 1960 – no jornal “O Semanário”, e de fotografias publicadas originalmente nas revistas “O Mundo Ilustrado”, “Manchete” e “Visão”.

Mesmo não compondo o quadro docente do ISEB, Osny era uma importante figura do movimento nacionalista. Sua atuação se dava, principalmente, através das colunas escritas quase que semanalmente ao “O Semanário”, que segundo o desembargador era “um dos grandes órgãos de opinião pública do país”⁹⁴. Demonstraremos mais a frente que o movimento nacionalista brasileira ia além dos círculos intelectuais do ISEB. O instituto de nível pós-universitário era um dos pilares do nacionalismo, que passou a apresentar a partir de 1956 uma estrutura de organização bastante eficaz, que se estendia a inúmeros setores da sociedade, como a União Nacional dos Estudantes, a Frente Parlamentar Nacionalista, as ligas, núcleos e frentes nacionalistas, e jornais, como a Última Hora e “O Semanário”. Osny dedicava a sua obra *Estudos Nacionalistas* a Frente Parlamentar Nacionalista “pela lista já longa de serviços prestados ao país, no trabalho de esclarecimento aos demais membros do Congresso Nacional⁹⁵” e à Juscelino Kubitschek de Oliveira, “o presidente campeão da liberdade na América do Sul, em cujo governo o povo brasileiro atravessa, um período sem presos políticos, e em que pode realizar debates amplos e francos, como só contidos neste livro⁹⁶”.

O texto que compõe a introdução de *Estudos Nacionalistas* foi publicado originalmente em 4 de abril de 1959, sob o título, *A Magistratura e o nacionalismo*. Ali, apresentava o autor os

⁹⁴ PEREIRA, Osny Duarte. *Estudos Nacionalistas*. Considerações à margem do Brasil Contemporâneo – vol.1. São Paulo: Editora Fulgor, 1960. p.5.

⁹⁵ Ibidem, p.7

⁹⁶ Idem.

principais debates circunscritos ao nacionalismo, tanto por parte de seus opositores como pelos adeptos ao movimento. Logo de início, Osny denunciava a estratégia adotada pelo imperialismo nos países subdesenvolvidos,

Temos salientado inúmeras vezes que o mais poderoso fator para conservar tranquila e sem obstáculos a exploração injusta das riquezas dos países subdesenvolvidos pelos trustes internacionais, é manter os povos desses países na mais completa ignorância de como se processa o saque. Como o ladrão que se cerca das cautelas de luzes apagadas, de horas de sono e de repouso das famílias, para assaltar com maior eficiência, do mesmo modo o Imperialismo trata de controlar a imprensa e todos os meios de publicidade, com o propósito de manter os povos submetidos à sua espoliação, inertes e passivos.⁹⁷

Além da publicidade, que buscava convencer os brasileiros de que as empresas estrangeiras realizavam o trabalho solidário de impulsionar o progresso dos países subdesenvolvidos, utilizavam-se da técnica de associar seus opositores a imagem dos comunistas. Pode-se dizer que nas décadas de 1950 e 1960 construiu-se, em meio a opinião pública, a imagem que os comunistas eram indivíduos “subversivos”. Sua marginalização se deu também nos meios políticos, quando o partido foi posto na ilegalidade pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). Em síntese, os setores contrários as políticas nacionalistas, buscavam a todo instante, associá-los a uma imagem de pouco prestígio no imaginário político brasileiro.

Mas, segundo Osny esta tática só obteve sucesso “quando ainda era total a ignorância nos meios intelectuais⁹⁸”. Agora, diante da tomada de consciência que é o nacionalismo, onde “forma-se uma consciência nacional de que a pátria está subjulgada economicamente a grandes companhias estrangeiras⁹⁹”, as práticas imperialistas perderam espaço diante deste grande movimento de esclarecimento da inteligência nacional. *Independência, Abolição, República e Nacionalismo* um dos sub item do texto de introdução nos dava uma dimensão de como os nacionalistas compreendiam aquelas circunstâncias históricas, “em realidade, desenvolve-se em todo o país um movimento popular que se assemelha às lutas pela libertação do jugo português, às lutas pela abolição da escravatura, às lutas pela instituição do regime republicano¹⁰⁰”.

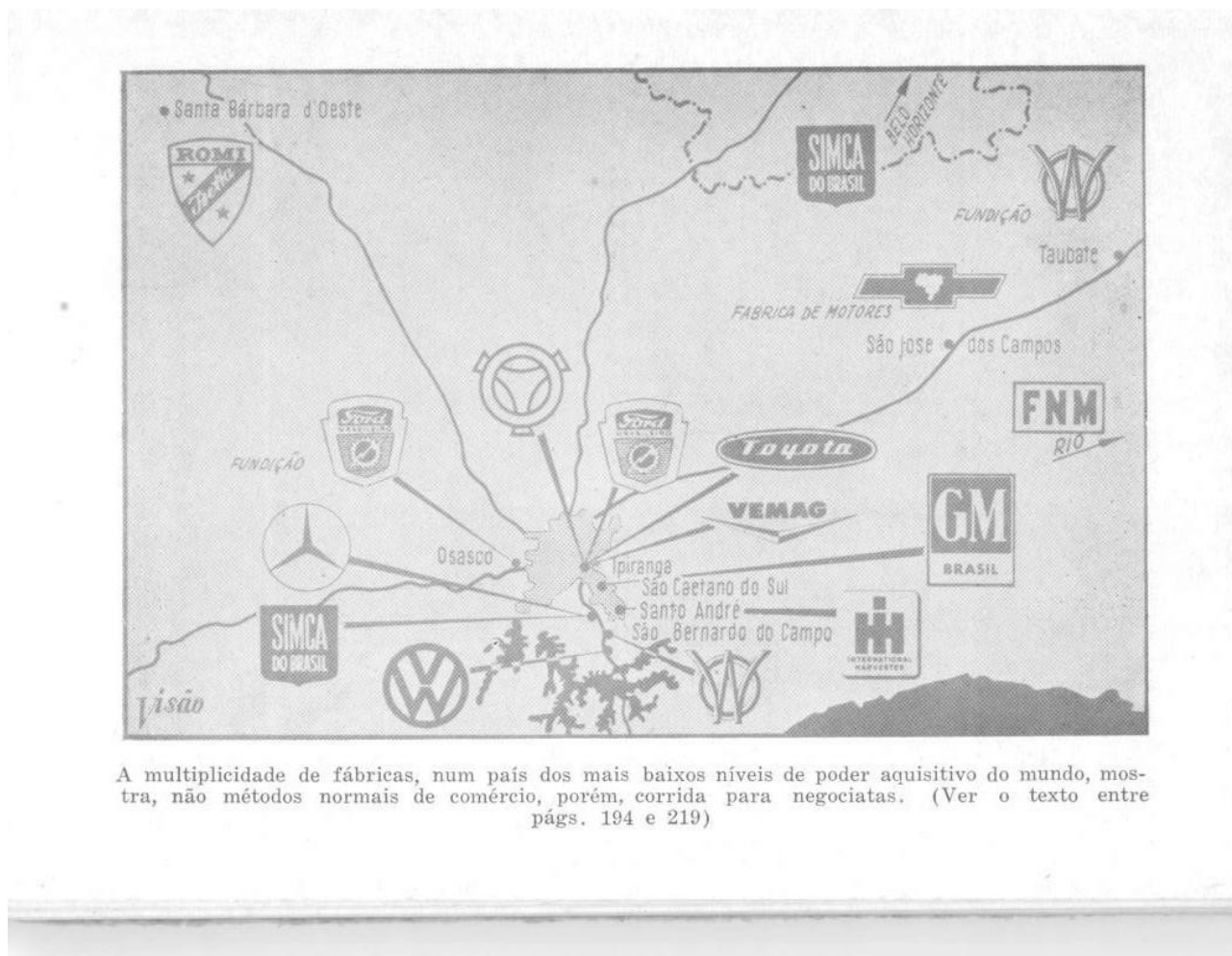
⁹⁷ Ibidem, p.9.

⁹⁸ Ibidem, p.12.

⁹⁹ Ibidem, p.11.

¹⁰⁰ Ibidem, p.13.

Imagem - 4



A multiplicidade de fábricas, num país dos mais baixos níveis de poder aquisitivo do mundo, mostra, não métodos normais de comércio, porém, corrida para negociatas. (Ver o texto entre págs. 194 e 219)

Ainda segundo o desembargador, este momento de formação da consciência nacional, não se reduzia ao contexto brasileiro, pois a campanha do nacionalismo abria-se a todos os países subdesenvolvidos, ou seja, ainda em vias de completar suas independências políticas através da libertação do jugo do imperialismo. A tese de Osny e dos demais nacionalistas, entre eles Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, era que o nacionalismo teria como fun o conduzir o Brasil   sua emancipa o econômica. Era um sentimento comum, de conservadores e nacionalistas, que o Brasil era uma na o subdesenvolvida. A divergência entre eles acontecia em razão dos meios a serem adotados – se uma industrializa o com base no capital estrangeiro ou apenas com aqueles disponíveis no país. Assim, a no o de incompletude, construída ainda no século XIX, era bastante forte nos anos 1950 e 1960. Daí a compara o do nacionalismo com os eventos de 1822, 1888 e

1889, que representavam, de alguma maneira, um processo de libertação.

Segundo Osny Duarte Pereira, a luta política nos anos 50 e 60 circunscrevia-se a dois grupos, que reuniam em seu interior, classes sociais detentoras das mesmas carências e aspirações. O bloco composto por camponeses, operários urbanos, pequena e média burguesia, - pertencentes ao movimento nacionalista – correspondiam, segundo o censo da época, cerca de dezoito milhões de pessoas economicamente ativas. Contrários a eles estavam a grande burguesia, latifundiários, capitalistas burocráticos e capitalistas estrangeiros que almejam conduzir o país segundo as regras até então vigentes, de auferir lucros as elites nacionais e estrangeiras.

A ideia de Osny era demonstrar o nível de concentração de renda estabelecido no país. Caso a estrutura social do país não fosse alterada, teríamos a manutenção de um sistema de distribuição com altíssimo grau de disparidade econômica,

Temos, pois, de um lado dezoito milhões de brasileiros economicamente ativos e mais suas respectivas famílias, aglomerados em três classes (operários, camponeses e pequena burguesia), perfazendo 86% da população. As demais classes, inclusive as quatro pequenas classes de interesses contrários às três primeiras, correspondem apenas 14% da população economicamente ativa. Aqueles 86% constituem os que desenvolvem esforço direto e pessoal para a formação da riqueza pública. É a gente que trabalha utilmente para o povo. Os restantes, colocam-se na posição de intermediários entre a produção e o consumo, auferindo suas rendas, da atividade daqueles que participam do trabalho nacional.¹⁰¹

Segundo os dados apresentados, em 1957 a renda nacional havia atingido 900 bilhões de cruzeiros. Dessa quantia, 360 bilhões (40%) ficou nas mãos de apenas 5% da população economicamente ativa. A outra parte, correspondente a 95% da população ficava com apenas 60% da renda que sobrava. Outras estatísticas apresentadas retratavam as condições precárias sobre as quais vivia a classe trabalhadora no Brasil. Dos 4.142.318 alunos matriculados nas escolas primárias em 1953, apenas 243.652 terminaram o curso primário. Naquele mesmo ano em Minas Gerais, a percentagem de analfabetos era de 74%. Sobre o poder de compra de produtos alimentícios a situação também era alarmante. Em 1955, um operário brasileiro precisava trabalhar 6 a 8 horas para comprar um quilo de café e um operário norte-americano apenas de 60 a 90 minutos.

Na avaliação do desembargador, a culpa de toda esta situação miséria do operário brasileiro

¹⁰¹ Ibidem, p.20.

estava relacionada ao imperialismo no país. Isto porque, as empresas instaladas almejavam apenas grandes lucros, assim sua tática era pagar baixíssimos salários ao trabalhador, com isso a riqueza produzida, ao invés de ser partilhada entre aqueles que a produziram, era transferida diretamente para os bancos estrangeiros. Além disso, todo o mercado de alimentos, transportes, vestuários, eletricidade, controlados pelos imperialistas, não praticava preços justos com os trabalhadores. Controlavam a produção de produtos, como por exemplo do trigo, como forma de garantir o melhor valor de mercado. Assim, tudo era cuidadosamente calculado para gerar lucros aos imperialistas. Segundo o jornal *Última Hora* (29-08-57) o frigorífico Wilson obteve lucros de 128% em 1957. Em contrapartida, os trabalhadores precisava enfrentar filas que se formavam ainda de madrugada para comprar um pedaço de carne. Em texto intitulado "*Paus de arara*" vendidos como animais, Osny definia assim o imperialismo,

O capitalismo desenvolveu-se dentro das fronteiras de certas nações, como as raízes que crescem dentro de vaso. Em dado momento, consumiu todo o humus da terra incluída no dito envólucro. A planta estacionou e sentiu a irresistível necessidade de sair daquele recinto fechado em busca de novo suco nutritivo. Entrelaçou-se, ou teve que disputar a sobrevivência, com outras raízes. Esse desdobramento do capitalismo gerou o imperialismo, isto é, a influência e o domínio de potentes concentrações de capital sobre fontes de riqueza existentes em outros países ocupados por povos débeis, ignorantes e hospitaleiros. Apresentou-se como uma planta frondosa, cujas raízes distribuíram-se por diferentes vasos. Esses outros recipientes, entretanto, se saturam, não conseguem proporcionar mais seiva, para as raízes que engrossaram tremendamente e a planta do imperialismo principia a entrar em colapso. Vasos saturados foram a China, a Indonésia, algumas nações árabes, Cuba, Gana e outras em via de emancipação. O exame de exploração imperialista nesses países e do verdadeiro estado de inanição a que foram conduzidos esses povos é algo aterrador. Não se compreende, como seja possível sugar o trabalho de vastas camadas de populações e conduzidas, sem nenhum estremecimento, sem nenhuma piedade, ao desgaste a que chegaram. Fenômeno idêntico se desenvolve na América Latina, onde assistimos já patrícios nossos ("*paus de arara*") serem vendidos como animais, etapa a que ainda não havíamos descido.¹⁰²

¹⁰² Ibidem, p.25.



O amanhecer entre pessoas que passaram a noite dormindo em fila sôbre o passeio, na porta de açougues, para conseguir comprar carne. Outros membros da família virão render a êstes, na espera. Em 1956, o Frigorífico Wilson obteve lucros de 128%. (U.H. de 29-8-957) e em 17-2-960 (UPI), James D. Cooney, presidente, informou aos sócios "um progresso considerável na Argentina e no Brasil, em 1959." (Foto Manchete, 14-11-959)
(Ver o texto de págs. 110 a 114 e 135 a 138)

Numa luta desigual, em que os grandes capitalistas estrangeiros aliavam-se aos setores – ainda dominantes – do latifúndio, quase tudo era controlado pelos monopólios do imperialismo. Na imprensa, ou associavam-se aqueles com que nutriam os mesmos interesses, ou criavam-se novos veículos a serviço de seus interesses. A tática, segundo Osny, era investir maciçamente em publicidade – criando assim uma imagem positiva das empresas, tida como auxiliadoras do desenvolvimento nacional – ainda segundo o desembargador, despediam-se grandes quantias na indústria do entretenimento, com a finalidade de distrair o trabalhador, que alienado, não compreendia o modo como se realizava o saque das riquezas nacionais.

Estudos Nacionalistas dedica inúmeros textos ao problema da intervenção do Estado na economia. O principal alvo dos imperialistas era a Petrobrás, pois pretendiam obter o controle da principal empresa do país. Desde a sua fundação, em 1953, os imperialistas realizavam uma "furiosa investida desfechada pela imprensa", sempre com o intuito de desqualificar a gerência por parte do

Estado. Diziam que não havíamos desenvolvido tecnologia suficiente para sustentar empresas de grande porte, como uma petrolífera. Além disso, argumentavam que a prosperidade econômica nos Estados Unidos era resultado da não-intervenção do governo na economia, lá tudo caminhava conforme as regras da livre concorrência.

Discordando dos imperialistas, Osny demonstrava que o intervencionismo nos Estados Unidos era bastante significativo. Chegava a citar inúmeros exemplos, como energia, controlada pela estatal *Tennessee Valley*, da produção da aveia e outros cereais, controlados pelo Ministério da Agricultura, entre outros. “Poderíamos prosseguir citando, caso houvesse espaço, uma infinidade de episódios demonstrativos de que o estatismo, a intervenção do Estado na América do Norte é bastante maior que o Brasil¹⁰³”. Sobre a acusação de que os nacionalistas – ao defenderem a intervenção do Estado na economia – eram agentes a serviço de Moscou dizia, “pelo critério dos defensores da livre empresa no Brasil, a sovietação dos EUA é já desesperadora¹⁰⁴”.

A infiltração imperialista acontecia também na política, ali buscavam aliar-se aos setores historicamente vinculados com o capital estrangeiro, como forma de manutenção dos privilégios herdados desde a época colonial. Trazendo o contexto das eleições de 1960, o desembargador mencionava a existência de três forças políticas: 1) os nacionalistas, compreendendo a classe operária esclarecida, Forças Armadas, estudantes e outros intelectuais independentes e os industriais atingidos em seus negócios pela competição do capital estrangeiro; 2) Os grupos norte-americanos de eletricidade e automóveis, aliados ao governo e interessados na reeleição do presidente Juscelino, com o que poderiam concluir na montagem de seus empreendimentos e a coleta dos frutos; 3) Os grupos norte-americanos da Associação Comercial, do petróleo, borracha, cimento, alimentação, telecomunicações e demais interessados no alijamento do general Lott e instauração de um governo do tipo Frondizi, em aliança com os fazendeiros de café.

As eleições no Brasil, segundo Onsy eram um verdadeiro negócio, despediam-se fabulosas quantias nas campanhas pelo país a fora. Ao todo, os custos giravam em torno de um a três bilhões de cruzeiros. Somente os imperialistas poderiam “gastar quantias tão elevadas, para as recuperarem nos privilégios, depois da eleição¹⁰⁵”. Assim, a apresentação de uma candidatura por parte dos nacionalistas era um desafio, pois o movimento não dispunha de recursos tão volumosos. Com isso,

¹⁰³ Ibidem, p.29

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Ibidem, p.104.

enfrentavam o seguinte dilema: "apresentar candidato próprio ou apoiar nome ligado a algum setor do imperialismo ianque, menos nocivo ao país, como aconteceu nas eleições, sufragando JK e não Juarez Távora". Diante deste quadro pouco favorável ao movimento nacionalista, refletia o desembargador,

Como se vê, cada vez mais, a escolha do Presidente da República representa, em nosso regime, um jogo de grupos econômicos dispostos a comprar cabos eleitorais, eleitores e órgãos de publicidade, com que aliciar massas incautas e sem esclarecimento, para, muitas vezes, depois conduzi-las a um jogo, como aconteceu na Argentina de Fronzini. Isto é democracia? Fidel Castro não teria razão quando disse que as eleições em nossos países eram um mito?¹⁰⁶

A questão da democracia no país, segundo Osny era um problema pois, além da forte influência exercida pelo imperialismo, que tornava as eleições um negócio caro, negávamos o direito de voto aos analfabetos. Citando a questão da reforma agrária, demonstrava o desembargador, que o referido problema não teria solução enquanto não déssemos a esta grande massa de trabalhadores brasileiros residentes no campo o direito ao sufrágio. Só " o voto do analfabeto trará para o poder a outra metade do povo brasileiro que presentemente não participa da elaboração das leis, não obstante ser a mais diretamente interessada no problema¹⁰⁷".

Ao término desta reflexão sobre o nacionalismo no ISEB, é possível sustentar a ideia de que o instituto foi o local onde se formulou o pensamento nacionalista no país. Em termos cronológicos, temos como hipótese que existiu no Brasil, entre os anos de 1956 e 1964 um movimento político de orientação nacionalista, aqui denominado de Movimento Nacionalista Brasileiro. Como mencionamos, suas referências teóricas foram, basicamente, os estudos desenvolvidos pela CEPAL acerca do subdesenvolvimento. Talvez, Nelson Werneck Sodré seja exceção, pois não chega a mencionar o conceito de subdesenvolvimento. Mais a frente, faremos uma análise detalhada do movimento, descrevendo a sua organização, suas agendas políticas e seus adversários. Seja através do marxismo ou da teoria econômica da CEPAL, o que buscavam aqueles intelectuais era interpretar a realidade nacional, tida como arcaica, alienada, semicolonial, semifeudal, subdesenvolvida.

CONCLUSÃO

No que se refere aos questionamentos colocados no início do capítulo, a respeito de uma

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Ibidem, p.253.

possível definição do que vinha a ser o nacionalismo entre 1950 e 1960, propomos uma orientação. É possível apontar a organização de um movimento político de matriz nacionalista a partir de 1956, como demonstraremos mais a frente. Porém, como já mencionamos, 56 pode ser considerado uma segunda fase, pois a partir dali, à causa da PETROBRÁS incorporaram-se outras demandas. Com isso, o movimento nacionalista deixou de ser algo além da defesa do monopólio estatal na exploração do petróleo. Como bem disse, Lucília A. N. Delgado, o nacionalismo, foi também uma espécie de substrato temporal entre a conjuntura de 1930 e 1960. Em síntese, observa-se nestas décadas o uso de linguagens políticas relacionadas ao termo nacionalismo.

Sobre os atores políticos envolvidos, consideramos que o nacionalismo não foi um movimento de raízes populares, ao contrário, ele surge nas nascentes universidades, instituições de pesquisa, na imprensa, entre outros espaços. Acontece que a intelectualidade passou a considerar a classe trabalhadora como um sujeito histórico potencial. Em outros termos, admitia-se que os trabalhadores brasileiros, urbanos ou rurais, estavam em processo de tomada de consciência da realidade brasileira. As transformações ocorridos no país, a industrialização, o crescimento das cidades, o restabelecimento da democracia, entre outros, estariam produzindo um tipo de cidadão inédito na história brasileira. Era como se, muito em breve, a capacidade de mudança da sociedade brasileira descolaria-se das elites para o povo. Em síntese, a consolidação da democracia e do desenvolvimento econômico alterariam as relações de classe no Brasil.

Paralelamente ao advento do movimento nacionalista, estabeleceu-se um movimento de natureza contrária, interessado na manutenção da estrutura social brasileira, são os chamados entreguistas. Associados ao latifúndio e a capital estrangeiro, lutavam contra a expansão dos direitos políticos e sociais. Ao longo das décadas de 50 e 60 estes projetos conflitaram entre si, mais a frente veremos como se deu a atuação do nacionalismo. Ao fim da disputa, o projeto entreguista e colonizador acabou se efetivando. Em resumo, consideramos que uma análise mais pormenorizada das décadas de 1950 e 1960 não nos permite compreender que os agentes históricos que ali atuaram, cometeram alguma espécie de erro na condução da dita *Revolução Brasileira*. Não se trata de um possível erro teórico, a derrota se estabeleceu no plano prático. Nosso objetivo aqui é, mesmo que de forma apressada, recontar um pouco desta história a partir da perspectiva daqueles que lutaram em prol de um país democrático e de justiça social.

CAPÍTULO 2 – O NACIONALISMO EM MOVIMENTO

O ISEB EM AÇÃO

“Os enciclopedistas e escritores clássicos da burguesia francesa já tinham solapado as estruturas feudais, quando os valorosos parisienses conseguiram tomar a odiada Bastilha.¹⁰⁸” No caso do Brasil dos anos 1950 haveria de se desenvolver a mesma lógica. Antes de tudo seria preciso determinar a ideologia específica do desenvolvimento nacional. A regra básica era analisar para compreender, compreender para lutar.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) compunha uma parte estratégica do movimento nacionalista brasileiro, aquela destinada a elaboração das idéias orientadoras dos agentes envolvidos com a ação prática - mas isto não os caracteriza apenas como homens de gabinete. Pelo contrário, colaboravam ativamente nas ações práticas do movimento, tais como a participação nos núcleos de atuação, como as frentes, cursos e palestras. No que se refere à elaboração da ideologia do desenvolvimento nacional, compreendemos que a sua formulação não aconteceu à margem da ação prática. Pelo contrário, estabeleceu-se uma recíproca relação entre ambos, de tal modo que, movimento e ideologia surgem num mesmo momento. Designado como aquele que seria responsável por determinar uma ideologia específica, Álvaro Vieira Pinto, membro do Departamento de Filosofia do instituto, tinha como tarefa teorizar sobre uma ação "em movimento".

Na perspectiva do ISEB o trabalho intelectual não se distinguia daquele desenvolvido pela militância nacionalista, nem ao menos do trabalho dos operários na fábrica. Todos estavam envolvidos na tarefa do desenvolvimento nacional e da emancipação econômica. Aos intelectuais, cabia “captar as forças configurativas da realidade sócio-econômico do país e teorizar, em linguagem acessível num trabalho de esclarecimento capaz de pôr à disposição das diferentes classes sociais os instrumentos de análise da situação brasileira¹⁰⁹”. Na visão de Vieira Pinto, o intelectual, naquele momento, em que o país se debatia na batalha do desenvolvimento nacional, deveria deixar-se integrar emocionalmente no processo do desenvolvimento, irmanado com a massa que luta pela satisfação de seus interesses. Na perspectiva de seus formuladores, a ideologia do

¹⁰⁸ SEMANÁRIO: Os intelectuais e o nacionalismo. Ano 1957. ed.80. p.6

¹⁰⁹ Idem.

desenvolvimento nacional deveria estar à disposição de todas as classes envolvidas na luta pela emancipação econômica nacional, pois, só seria atuação política mediante a tomada de consciência da realidade.

Como dissemos acima, a formulação da ideologia do desenvolvimento nacional aconteceu paralelamente a atuação dos sujeitos identificados com o nacionalismo. Não há neste movimento uma separação entre as etapas de elaboração teórica e ação prática. No caso do movimento nacionalismo ambas se estabelecem de forma concomitante. Assim, o ISEB juntava-se ao "O Semanário", a Frente Parlamentar Nacionalista, o Movimento Nacionalista Brasileiro, e a União Nacional dos Estudantes, entre outros, a frente do nacionalismo brasileiro.

A história do ISEB pode ser dividida em duas etapas, a primeira compreende o período de 1955 e 1959, e a segunda de 1960 até o seu fechamento em abril de 1964. A primeira fase caracteriza-se, como sendo aquela de formulação da ideologia burguesa do desenvolvimentismo. Segundo Osny Duarte Pereira – membro integrante da segunda fase do instituto – é a ideologia da burguesia que gerou o aparecimento do ISEB. Naquele momento, a classe burguesa buscava consolidar o espaço adquirido durante a Segunda Grande Guerra. Assim, foi nos anos de 1950 que a classe burguesa buscou-se legitimar através da formulação de uma ideologia que pudesse sustentar as conquistas da década anterior. A segunda fase do instituto é o período de crítica e de reorientação teórica. O desenvolvimentismo aplicado pelo governo de Juscelino Kubitschek resultou num crescimento econômico que sustentava as desigualdades entre as classes. Ou seja, até aquele momento apenas a classe burguesa havia colhido os frutos. Percebendo a permanência de um cenário desastroso para a classe trabalhadora, tratou o ISEB de adotar uma postura mais radical. Passaram a apoiar as reformas de base como sendo as únicas capazes de provocar mudanças estruturais e também movimentos como a Revolução Cubana, compreendida como uma vitória latino-americana sobre o imperialismo.

A crise de 1958 é o principal evento da primeira fase do ISEB. Os desentendimentos entre o instituto e os demais membros do movimento nacionalista aconteceram após a publicação de "O nacionalismo na atualidade brasileira" de Hélio Jaguaribe. Aquela altura, o nacionalismo lutava, basicamente, por um modelo de desenvolvimento sustentado pelo capital nacional. Ou seja, buscava-se alcançar uma industrialização distante dos volumosos investimentos do imperialismo. Assim até 1958, o debate centrava-se na seguinte questão: Qual era o papel do capital estrangeiro

no desenvolvimento nacional? Para os ditos nacionalistas, sua atuação deveria ser ao máximo minimizado, e os setores que viessem a recebê-lo, deveriam empregá-los em setores de menor porte. O interesse dos imperialistas era obter o controle da produção e da exploração de petróleo no Brasil. Para isso, tentavam de toda maneira atacar a Petrobrás, e principalmente, o movimento nacionalista que defendia o monopólio estatal para assuntos referentes a questão petrolífera.

A crise de 1958 caracteriza-se como sendo um momento em que um dos principais núcleos do movimento nacionalista brasileiro, o ISEB, publicava uma obra acadêmica defendendo a incorporação do capital estrangeiro na Petrobrás. A tese de Hélio Jaguaribe era que política nacionalista do petróleo poderia ser realizada pela *Standard*, ou por qualquer outra empresa, desde que, concretamente, na situação presente do país, essa fosse a forma mais eficaz de explorar o petróleo brasileiro. Estas ideias caíram como uma bomba no meio nacionalista. "O Semanário" e a UNE criticaram com veemência a obra, que rapidamente passou a ser classificada como sendo um livro a serviço do entreguismo. Além da crítica a pessoa de Jaguaribe, questionava-se também a posição do ISEB, que havia editado, publicado e posto em circulação o livro. Logo que o público nacionalista tomou conhecimento do conteúdo de "O nacionalismo na atualidade brasileira", passaram a cobrar publicamente um posicionamento dos demais membros do instituto quanto as teses entreguistas.

Para "O Semanário", nascia um novo Jaguaribe¹¹⁰, agora vinculado aos imperialistas recém-instalados no país. Se até aquele momento ele havia adotado uma postura de profissional liberal independente em relação a grupos econômicos estrangeiros, – desde suas publicações na revista *Cadernos de Nossos Tempos*, do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), defendia os princípios do nacionalismo –, após a publicação de 1958, tornou-se um membro pertencente a direita. A ideia de que o nacionalismo brasileiro era algo "tópico, confuso e desorientado¹¹¹", era compreendida pelo jornal como uma tentativa de "escamotear o caráter antimperialista do nacionalismo contemporâneo. Segundo o jornal "como intelectual de centro-esquerda, o Sr. Hélio Jaguaribe, ao que tudo indica, está com sua carreira encerrada¹¹²". (...) Resta-lhe, "no entanto, grande espaços a explorar, ao lado de D. Jaime e de outros, como sistematizador e doutrinador do pensamento da direita, neofascista, no Brasil.¹¹³"

¹¹⁰ SEMANÁRIO, *Um novo Hélio Jaguaribe*. Ano. 1958. ed. 141. p. 4.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

Diante dos reflexos da crise Roberto Sá Turnino Braga, diretor da Associação dos Diplomados do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ADISEB)¹¹⁴, renunciou ao cargo da instituição logo no início de 1959. Na carta de renúncia, o diretor esclarecia que os posicionamentos adotados pelo ISEB não mais correspondiam com suas convicções individuais e que, como desdobramento da crise, a esquerda perderia espaço no interior do instituto, que passaria a adotar a partir daquele momento posições próximas à direita.

Segundo circulava na imprensa a crise de 58 foi um resultado de desavenças pessoais entre Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. A notícia era de que este último havia entregado uma cópia da obra a UNE antes mesmo da publicação oficial e de que, naquele momento, havia alertado os estudantes a respeito do conteúdo da obra, com a finalidade de causar um mal estar de Jaguaribe com os setores nacionalistas. A UNE ateu-se apenas ao conteúdo do livro, e declarava publicamente, que o relacionamento interpessoal entre os membros do ISEB não deveria ser motivo de especulação. Interessava-lhes apenas o trabalho intelectual desenvolvido por cada um deles.

Logo depois do natal de 1958, Guerreiro Ramos desligou-se do instituto. O professor de sociologia afirmava que até aquele momento, havia se dedicado de forma integral as atividades no ISEB, e que as divergências teóricas prejudicavam o trabalho do instituto. Concluía dizendo que "somente um ISEB ideologicamente saneado poderia oferecer-me as garantias de que necessito para continuar a desenvolver o departamento de sociologia tal como entendo."¹¹⁵ (...) Desligo-me do ISEB para continuar a elaborar o que estava elaborando - um pensamento sociológico, científico, brasileiro¹¹⁶".

Passado o período da crise - de outubro de 1958 a janeiro de 1959 - o instituto registrou a saídas de alguns professores, destaque para o desligamento de Guerreiro Ramos, um dos principais expoentes da sociologia brasileira. Se a perda das eleições em 1960 representa um momento de encolhimento do movimento nacionalista em geral, no ISEB, a crise de 1958, colocou o instituto em evidência, especialmente em relação às hostilidades vindas dos setores reacionários da sociedade brasileira. Entre 1955 até a crise 1958, o instituto vivenciou um período relativamente tranquilo, mas, a partir de 1959 passou a conviver com ataques na imprensa, proibição de palestras

¹¹⁴ A instituição era composta pelos ex-alunos dos ISEB.

¹¹⁵ SEMANÁRIO, *Guerreiro Ramos se demite e Corbisier interpreta – O Iseb deterioriza-se cada vez mais – a questão transforma-se em Filme do Pato Donald – Ponto final dos estudantes*. Ano, 1959. ed. 142 p. 11.

¹¹⁶ Idem.

consideradas subversivas e até com corte de orçamentos. Começava ali a ofensiva reacionária.

Em 1959 o ministro da marinha e os oficiais gerais proibiram os sargentos do exército, marinha e aeronáutica de participarem do curso "Problemas Nacionais", ministrado pelo ISEB¹¹⁷. Já em 1960, Roland Corbisier teve a sua conferência "Educação e Desenvolvimento"¹¹⁸ proibida pelo secretário de educação do estado da Guanabara, Celso Cunha, sob a alegação de que o referido isebiano, nacionalista e esquerdista, feria os princípios de imparcialidade que orientavam as ações do governo. A partir de 1959 os setores reacionários passaram a associar a imagem do instituto com o comunismo. O "Jornal Brasil" havia publicado em 1960, em matéria de capa, um telegrama de Washington, "informando que o subchefe do serviço secreto militar-norte americano enviara ao senado dos Estados Unidos uma representação contra o ISEB acusando-o de comunista"¹¹⁹.

Em 1960 teve início o processo de sucessão na diretoria do instituto. Roland Corbisier renunciou ao cargo para disputar as eleições no estado da Guanabara. Cândido Mendes era o mais cotado para assumir a vaga, mas a sua candidatura passou a ser contestada pelos nacionalistas, principalmente pela UNE e "O Semanário"¹²⁰ que haviam recebido informações de que Mendes era advogado do *Grupo Light*, empresa estrangeira residente no país. Após a crise de 58, os nacionalistas tornaram-se vigilantes atentos, que buscavam a todo custo proteger a imagem do movimento. Receosos com uma nova crise, em que o nacionalismo viesse a ser associado ao capital estrangeiro, rejeitam a candidatura de Mendes. Diante da pressão, ele renunciou a indicação ao cargo de diretor executivo. Em seu lugar nomearam como diretor Álvaro Vieira Pinto, do departamento de filosofia.

A nova gestão do ISEB assumia num período considerado como a segunda fase do instituto (1960-1964). A segunda etapa apresenta algumas características, como por exemplo, a reorientação teórica dos isebianos e a comunização do instituto pela opinião pública de oposição. No tocante ao quadro teórico, estes intelectuais passaram a compreender que o processo de industrialização em andamento, não alterara o quadro estrutural da sociedade brasileira, e que seria preciso a organização de um plano de ação que pudesse provocar rupturas na ordem vigente. A respeito da comunização, este era um, entre outros atos da ofensiva reacionária iniciada a partir de 1959. Logo

¹¹⁷ SEMANÁRIO. *Brasilianas*. Ano 1959, ed. 177 p.2.

¹¹⁸ SEMANÁRIO. *Celso Cunha proíbe palestra nacionalista de Corbisier*. Ano 1960 ed. 214. p.2

¹¹⁹ SEMANÁRIO. *Provocações dos colonialistas ianques*. Ano 1960. ed. 196. p.2

¹²⁰ SEMANÁRIO. *Nós e a direção do ISEB*. Ano 1960 ed. 239. p.3

no início de sua gestão, Álvaro Vieira Pinto, visitou a sede do Movimento Nacionalista Brasileiro no Rio de Janeiro. Recentemente ele havia finalizado o seu estudo acerca do problema da consciência nacional e aguardada a aprovação do orçamento do instituto para o ano de 1961 para dar início aos trabalhos e edição e de publicação da obra.

O início da nova gestão do ISEB foi marcado pela falta de verba. Em maio de 1961 "O Semanário"¹²¹ denunciava que desde janeiro os funcionários não recebiam seus vencimentos, além disso, faltava dinheiro para tudo, edição e publicação de livros, como também, o básico para o início dos cursos regulares e extraordinários. O orçamento da instituição deveria ser tido aprovado ainda na gestão de Juscelino Kubitschek, algo que não aconteceu. Para o jornal, a omissão do governo de Jânio Quadros levava a crer que eles estavam cedendo a pressão de opositores, como a CONCLAP e "O Globo".

De acordo com o artigo 15, do decreto n.45.811, de 15 de abril de 1959, as atividades do ISEB passaram a ser custeadas com contribuições consignadas nos orçamentos da união, estados, municípios, entidades paraestatais e sociedades de economia mista; contribuições provenientes de acordos e convênios com entidades públicas privadas, donativos, contribuições e legados de particulares. Em 1956 o instituto dispunha de um orçamento na ordem três milhões de cruzeiros, entre 1957 e 1959 de oito, e em 1960 de dez milhões de cruzeiros. Para "O Semanário", o sumiço do dinheiro referente a 1961 poderia estar ligado a mudança "atropelada" da capital para Brasília.

Roland Corbisier – agora deputado federal pelo PTB do Estado da Guanabara – apresentou um projeto de lei a assembleia legislativa da Guanabara, com fins de liberação de crédito para as atividades essenciais do instituto. Logo após a iniciativa do deputado, o presidente Jânio Quadros autorizou o Ministério da Educação e Cultura a repassar a quantia de três milhões de cruzeiros para quitar "os compromissos mais urgentes com o pessoal docente e administrativo". Os transtornos relativos à questão do orçamento impediu que o ISEB realizasse em 1961 o curso regular. As atividades restringiram-se aos cursos extraordinários e as palestras¹²².

O curso voltou a funcionar em abril de 1962, e naquele ano, os intelectuais participaram ativamente da campanha de apoio a Revolução Cubana. Nelson Werneck Sodé, Álvaro Vieira Pinto, Alberto Latorre de Faria, Osny Duarte, Wanderley Guilherme dos Santos, entre outros, assinaram

¹²¹ SEMANÁRIO. *Pela sobrevivência do ISEB*. Ano 1961. ed.271 p.8

¹²² Idem.

um abaixo-assinado cobrando do governo de João Goulart uma posição acerca do bloqueio militar imposto a Cuba, que segundo eles, colocava em perigo a autonomia dos povos latino-americanos.

Em 1963, a congregação do ISEB enviou um telegrama ao ministro do exterior, Sr. Hermes Lima "expressando veemente repulsa a seu propósito de dificultar a realização do congresso continental de solidariedade a Cuba¹²³". Considerado como gesto arbitrário e totalitário, diziam que a atitude do ministro contrariava as posições adotadas pelo governo de João Goulart. Assinavam o documento, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Osvaldo Gusmão, Demar Campos e Vanderlei Guilherme dos Santos.

A segunda fase do ISEB configurou-se como um momento em que seus professores passariam a se pronunciar publicamente a respeito dos assuntos políticos relevantes da época. Isto, obviamente, expunha-os aos ataques dos oposicionistas. Em 1963 o secretário-geral da ADISEB, o Sr. Amadeu Rocha prestou, na rádio Mayrink Veiga, "alguns esclarecimentos sobre a campanha que as áreas da reação" vinha movendo contra a instituição e o diretor Álvaro Vieira Pinto. Os ataques vinham principalmente de "O Globo", "Diários Associados" e do deputado Raimundo Padilha¹²⁴.

A PEDAGOGIA NACIONALISTA

O movimento nacionalista brasileiro, enquanto um movimento político organizado, surgiu a partir de 1956, quando se verifica a criação de instituição que darão base ao nacionalismo, como a Frente Parlamentar Nacionalista, o Movimento Nacionalista Brasileiro em parceria com a União Nacional dos Estudantes, o periódico "O Semanário" e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Criado em 1955 pelo então ministro da educação e da cultura Cândido Mota Filho, o ISEB apresentava-se como um instituto de nível pós-universitário, que entre outras atribuições tinha por finalidade "o ensino e a divulgação das ciências sociais, particularmente a economia, a sociologia, a política, a história e a filosofia, com o fim de aplicá-las ao conhecimento da realidade brasileira e à promoção do desenvolvimento nacional¹²⁵". O ISEB tinha sede na rua das Palmeiras, 55, Botafogo, Rio de Janeiro.

¹²³ SEMANÁRIO. *Iseb condena o gesto totalitário de Hermes*. Ano 1963, ed. 326 capa.

¹²⁴ SEMANÁRIO, *Iseb com o povo*. Ano 1963, ed. 348. p.(? *não consta o número da página)

¹²⁵ SEMANÁRIO, *Políticos, industriais, intelectuais, trabalhadores e estudantes defendem o Iseb*. Ano 1959. ed. 188 p.8

O instituto dividia-se nas seguintes funções, edição e publicação de obras originais e a tradução de estrangeiras, realização de cursos e palestras – entre 1956 e 1959 o ISEB havia editado vinte e três livros. Individualmente, os isebianos exerciam atividades paralelas, Hélio Jaguaribe era gestor numa imprensa de grande porte, Nelson Werneck Sodré, além da carreira militar, colaborava em jornais escrevendo críticas literárias.

Como instituição pós-universitária, o ISEB oferecia cursos ao longo do ano. Dividiam-se em duas categorias, os regulares e os extraordinários. O curso regular compreendia aulas e seminários, que poderiam ocupar o período integral – manhã e tarde. Aqueles que frequentavam os cursos eram denominados de estagiários. Com a conclusão do primeiro ano letivo, o instituto formou a sua primeira turma, que no ano seguinte, fundou a Associação dos Diplomados do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ADISEB). O programa de curso estruturava-se a partir de três eixos:

- * Criar uma consciência homogênea no que se refere a essas ciências – filosofia, história, política, sociologia e economia –, mediante uma introdução sistemática e histórica a cada uma delas.
- * Armados das categorias e dos métodos adequados, tentamos interpretar o mundo em que vivemos, procurando compreendê-lo do ponto de vista econômico, social, político e cultural.
- * Constitui objetivo próprio dos diversos cursos, tentamos a compreensão e a análise crítica da realidade nacional. Nessa tarefa, procuramos compreender o processo histórico e social de nosso país dos diferentes pontos-de-vista já referidos, e diagnosticar os seus problemas, porque entendemos que a formulação desse diagnóstico é a condição indispensável à formulação de uma política nacional autêntica.¹²⁶

A tese isebiana era que “sem teoria do desenvolvimento não haverá desenvolvimento”. Afirmavam que o ISEB realizaria no plano da consciência, “um trabalho paralelo e complementar ao de todos aqueles que, no plano econômico, estão criando a riqueza nacional e o mercado interno”. A ideia era que desenvolvida a economia, desenvolvia-se a cultura.

Dispomos dos dados referentes ao número de alunos em cada turma, o nome das turmas e o paraninfo escolhido para a formatura no período de 1956 e 1959.

¹²⁶ Idem.

TABELA I

Discriminação dos dados referentes aos cursos regulares (1956-1959)¹²⁷

Ano	Nº de alunos	Nome da turma	Paraninfo
1956	45	Barão de Mauá	Juscelino Kubitschek de Oliveira
1957	45	Roberto Simonsen	General Teixeira Lott
1958	45	Tiradentes	Clóvis Salgado
1959	52	-	-

Para se inscrever nos cursos era preciso preencher algum dos seguintes requisitos: a) diploma de conclusão de curso superior; b) exercício de função de chefia no serviço público ou empresa privada. O curso regular tinha duração de sete meses úteis de trabalhos escolares, era composto de aulas expositivas, trabalhos em grupo e visitas técnicas a estabelecimentos industriais do país, como Volta Redonda e Petrobras. Ao fim do curso o estagiário deveria desenvolver um estudo monográfico. A temática oferecida a cada ano variava conforme os estudos em desenvolvimento pelos professores de cada departamento. Em 1960, por exemplo, os cursos versavam sobre a Formação histórica do Brasil; As revoluções nacionais pelo desenvolvimento nacional; Estrutura dos recursos naturais; O programa de metas e o desenvolvimento nacional; Problemas sociológicos do desenvolvimento. O curso desenvolvia-se no interior da sede do ISEB, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro.

Já os cursos extraordinários eram, em sua maioria, oferecidos sob a forma de parceria com instituições interessadas nos temas desenvolvidos pelos intelectuais isebianos. Tinham uma duração média de três meses e aconteciam por todo o país, sempre com a participação de pelo menos um professor. Abaixo apresentamos um quadro referente às atividades de 1959.

TABELA II

Programa de curso extraordinário patrocinado pela Confederação Nacional dos

¹²⁷ Idem.

Trabalhadores na Indústria – de agosto a outubro de 1959 (toda quinta-feira)¹²⁸

Conferencista	Temática
Prof. Gilberto Paim	A Economia Brasileira
Prof. Josué de Castro	Reforma Agrária
Prof. Sérgio Magalhães	Capitais Estrangeiros
Prof. Roland Corbisier	Cultura e Desenvolvimento
Prof. Nelson Werneck Sodré	Formação da Sociedade Brasileira
Prof. Álvaro Vieira Pinto	Desenvolvimento Brasileiro
Prof. Neiva Moreira	Movimento Sindical e Política
Prof. Cândido Antônio Mendes de Almeida	Nacionalismo e Desenvolvimento
Líder sindical Ari Campista	Movimento Sindical e Realidade Brasileira

TABELA III

Programa de Curso extraordinário patrocinado e realizado nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro¹²⁹

¹²⁸ SEMANÁRIO. *Ótima iniciativa da CNI*. Ano 1959. ed. 184 p.11

¹²⁹ SEMANÁRIO. *Curso de conferências do Iseb em Niterói*. 1959. p.6

Conferencista	Temática
Deputado Fernando Santana	Relações com o Leste
Ézio Távara	Formação e Estrutura da Economia Brasileira
Deputado José Joffily	Colonialismo e Nacionalismo
Prof. Álvaro Vieira Pinto	A Consciência Nacional e o Processo do Desenvolvimento
Deputado Gabriel Passos	O Petróleo Boliviano
Prof. Roland Corbisier	Cultura e Desenvolvimento

Em 1961, o ISEB, em parceria com a ADISEB, ofereceu um curso de "Cultura Brasileira". As atividades tiveram início com a conferência do professor e diretor Álvaro Vieira Pinto que discursou sobre a questão da "Elaboração da Cultura Nacional". O curso tratou de temas como pintura, literatura, educação, teatro, rádio, cinema, televisão, imprensa, arquitetura, música e perspectivas da cultura nacional, entre os conferencistas estavam Di Cavalcanti, Anísio Teixeira, Nelson Werneck Sodré, e outros. Os encontros aconteciam todas as quartas-feiras, às 20:30 no auditório do ISEB em Botafogo¹³⁰.

Além dos cursos, realizavam-se palestras e estudos técnicos com elaboração de gráficos e tabelas relativas a economia nacional. As atividades da instituição eram bem recebidas nos meios nacionalistas. Para onde iam os nacionalistas isebianos encontravam um público participativo e interessado nos assuntos abordados. Ao que tudo indica apenas em 1961 as atividades tiveram um recuo, devido a falta de orçamento. Naquele ano funcionaram apenas os cursos extraordinários, que aconteciam em parceria com outras instituições. Em 1964, as inscrições para o curso regular foram até o dia 31 de março, mas a ascensão dos militares interrompeu os trabalhos.

O ISEB foi o principal expoente do movimento nacionalista brasileiro. Aos olhos da militância e também dos opositores, era na Rua Palmeiras, em Botafogo, que se elaborava a

¹³⁰ SEMANÁRIO. *Curso sobre cultura brasileira*. Ano 1961. ed. 182 p.8

ideologia do desenvolvimento nacional. Como dissemos acima, os isebianos compreendiam o seu trabalho como algo paralelo e complementar aquilo que acontecia nas assembléias legislativas, nos sindicatos, nas frentes e núcleos nacionalistas. No geral, tanto no ISEB quanto em outras repartições do movimento nacionalista, registra-se a partir de 1960 um endurecimento da oposição. A situação fica crítica a partir do retorno ao presidencialismo no início de 1963, que fortaleceu o papel do executivo, que pôde a partir daquele momento, levar a cabo as propostas das reformas de bases. O Comício da Central, em 13 de março de 1964 reuniu cerca de cento e cinquenta mil pessoas que ali ouviram da boca do presidente João Goulart, o anúncio de medidas consideradas centrais ao movimento nacionalista, como a reforma agrária, a reforma política e a proteção da Petrobras. Mas aquela altura, o movimento encontrava-se em desvantagem, os Gorilas e Tubarões já estavam pronto para ascender ao poder.

“O SEMANÁRIO”, A VOZ DO NACIONALISMO!

Em sua última edição, número 374, ano de 1964, o jornal “O Semanário” informava aos seus leitores que não haveria circulação na próxima semana, de 2 a 9 de abril, devido ao feriado da paixão. Porém, se comprometeu a retornar na semana seguinte, com uma edição especial, em comemoração aos oito anos de serviço as causas populares e de libertação do país. Mas, com a deposição do presidente João Goulart e o cerceamento da liberdade política, os “gorilas” e “tubarões”, agora no poder, trataram de suspender a circulação do jornal.

O início de suas atividades se deu em 1956, sob a direção de Oswaldo Costa¹³¹. A primeira edição de “O Semanário” cobriu os acontecimentos da semana de 5 a 12 de abril. Numa coluna denominada de “Profissão de Fé”, a direção esclarecia que “um jornal não é, ou não deve ser, uma simples alusão ou referência aos acontecimentos quotidianos, é um documento para a história. Um repositario de fatos, mas também um transmissor de ideias.” Além disso, afirmava que não era objetivo do jornal empreitar escândalos e sensacionalismos. Dizia ainda que não fariam da profissão um negócio, ou seja, recusariam recursos vindos de empresas contrárias aos interesses nacionais. A coluna terminava dizendo que o único auxílio a ser recebido seria do povo, nada mais.

Em 1956, ano de inauguração de “O Semanário”, o mercado jornalístico brasileiro

¹³¹ Não conseguimos encontrar maiores informações a respeito da biografia de Oswaldo Costa.

demonstrava-se bem aquecido, portanto não seria fácil uma colocação num meio tão concorrido. Além disso, já havia na praça, impressos destinados a defender as causas populares. O jornal "Última Hora", dispunha de uma coluna "Fala o povo na UH." Neste espaço seus leitores, em sua maioria das classes populares, reclamavam dos maus serviços prestados na saúde, educação, segurança pública, etc, sendo todos eles defendidos com bastante eloquência. O jornalista Samuel Wainer era o dono do jornal, de orientação getulista, nacionalista e comunista. Wainer era estrangeiro, nascido na Bessarábia, era filho de pais pobre e judeus que vieram para o Brasil e se instalaram no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Sua primeira grande empreitada foi a criação da revista "Diretrizes" em 1938, de tendência comunista, mas basicamente antifascista. Com o término da guerra, encerraram-se também as atividades da revista. Retomou novo projeto em 1951. Depois de cobrir exaustivamente um período de 84 dias de campanha de Getúlio Vargas, o jornalista foi agraciado pelo presidente com a criação de um periódico, o "Última Hora". Joelle Rochou, em artigo sobre a trajetória de Samuel Wainer¹³², se pergunta qual seria a motivação de Vargas: apenas um prêmio pelos serviços prestados, ou a intenção de ter um jornal colaboracionista, uma vez que a prática de boicote ao seu governo era bastante comum.

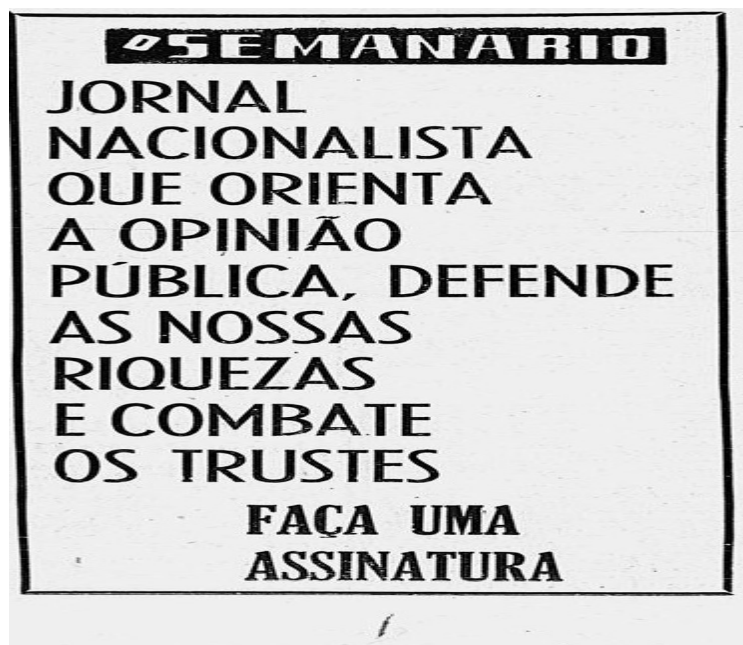
Além do UH, o "Semanário" disputava com os outros jornais, "O Dia" e "Luta Democrática", o título de representantes das causas populares. Porém, uma característica tornava-o distinto dos demais: a pouca cobertura de fatos policiais. Os três periódicos concorrentes, resumiam-se, segundo Villas-Bôas Correa a três palavras, em especial "O Dia": cadáver, macumba e sexo".¹³³ Samuel Wainer não era adepto das coberturas policiais, mas teve que ceder, mediante o potencial comercial deste tipo de fato. Em suma, estes jornais eram um misto de acontecimentos sensacionalistas intercalados com anseios e reivindicações das classes populares. Além da concorrência entre seus pares, "O Semanário" teria que disputar com outros grandes periódicos, como a Tribuna da Imprensa, jornal declaradamente anti-getulista e vinculado ao Partido União Democrática Nacional (UDN), que tinha na figura de Carlos Lacerda, o seu principal expoente; "O GLOBO", liderado por José Roberto Marinho também de oposição, anti-getulista, anti-comunista, de estreitas relações com o capital estrangeiro.

¹³² ROUCHOU, Joelle. *Samuel Wainer: Memórias entre jornalismo e política*. IN: Lúcia Maria Bastos P. Neves, Marco Morel, Tania Maria Bessone da C. Ferreira (organizadores). *História e imprensa : representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: AP&A, 2006. p.359

¹³³ SIQUEIRA, Carla. *Sensacionalismo e retórica política em Última Hora, o Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas (1951-1954)*. IN: Lúcia Maria Bastos P. Neves, Marco Morel, Tania Maria Bessone da C. Ferreira (organizadores). *História e imprensa : representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: AP&A, 2006.p.416.

Para termos uma ideia do mercado jornalístico, do qual passava a fazer o parte o nosso jornal, traremos em número as tiragens dos principais periódicos vespertinos cariocas em 1955, um ano antes de sua fundação: Última Hora (92 mil exemplares); Tribuna da Imprensa (40 mil exemplares); O Globo (110 mil exemplares); A Notícia (60 mil exemplares); Diário da Noite (90 mil exemplares)¹³⁴. Em sua primeira edição, "O Semanário" chegou a 50 mil tiragens distribuídas em todo o país. Em 1960 registra-se uma queda acentuada de *A Notícia* e *Diário da Noite*, o número de tiragens cai pela metade daquela registrada no início da década de 1950. Em contrapartida, *O Globo* registrou uma tiragem superior a 200 mil exemplares anuais. Já "O Semanário", conforme apurado, não registrou grandes oscilações em termos de tiragens.

Imagem - 6



¹³⁴ Ibidem. p. 423.

Imagem 7 – Locais de distribuição do "O Semanário"

O SEMANÁRIO

AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 502 - 8º andar - Tel.
23-3711 - RIO DE JANEIRO - BRASIL

Agentes no Brasil:

Alagoas:	Distribuidora de Jornais e Revistas Ltda. Rua Prof. Domingos Moeda nº 50 - Macció
Amazonas:	Livraria Escolar Ltda. Rua Henrique Martins nº 177/181 - Manaus
Bahia:	Distribuidora de Publicações SOUZA S.A. Rua Saldanha da Gama n 6 - Salvador
Ceará:	J. A. Albuquerque & Cia. Praça do Ferreira nº 621 - Fortaleza
Espírito Santo:	Alfredo Copollilo Rua Jerônimo Monteiro, 361 - Vitória
Goiás:	Agrício Braga Rua Anhanguera nº 78 - Goiânia
Maranhão:	Organização Ego & Cia. Rua José Bonifácio nº 234 - São Luís
Mato Grosso:	Lima Couto Agência de Jornais e Revistas - Campo Grande
Mato Grosso:	João Roque Rodrigues Caixa Postal nº 416 - Campo Grande
Minas Gerais:	Carlos Scalzo Rua Tupinambás nº 119 - Belo Horizonte
Pará:	José Ribamar Darwick Rua Gaspar Vianna, 28 - Belém
Pará:	Agência Martins Rua Campos Salles, 28 - Belém
Paraíba:	Bartolomeu de Oliveira Rua Duque de Caxias nº 312 - João Pessoa
Paraná:	J. Ghignone & Cia. Rua 15 de Novembro, 423 - Curitiba
Pernambuco:	Luigi Presta & Filho Rua Benjamin Constant, 1029 - Teresina
Piauí:	Rua da Conceição, 76 - Recife
Piauí:	Josemar da Silva Cláudio Moura Tote Rua Coelho Rodrigues, 1189 - Teresina
Rio Grande do Norte:	Luís Romão Avenida Tavares de Lira, 48 - Natal
Rio Grande do Sul:	Salvador La Porta Rua 7 de Setembro, 723 - Porto Alegre
Rio de Janeiro:	Distribuidora Filiardo de Jornais e Revistas Ltda. Rua Baltazar Lisboa nº 60 - Distrito Federal
São Paulo:	Agência Riachuelo Ltda. Rua dos Estudantes nº 144 - loja - São Paulo
Sergipe:	Leonardo M. Ribeiro Rua João Pessoa, 127 - Aracaju
Santa Catarina:	Empresa Distribuidora de Revistas EDIR Ltda. Agência de Jornais e Revistas - Florianópolis

E mais 294 Agentes de Venda Avulsa em todo o Brasil

Agentes no Exterior:

Uruguai, Argentina, Bolívia e Chile: Livraria Monteiro Lobato
Calle Andes, 1415
Montevideo - Uruguai

Demonstrado, mesmo de que forma breve, o mercado no qual se inseria nosso jornal, passemos a análise dos dados que nos interessam, o debate em torno do nacionalismo. Nosso trabalho de pesquisa se deu através do site da hemeroteca digital, que disponibiliza digitalmente, todas as edições do jornal. O site possui uma ferramenta de busca que nos possibilitou identificar os textos que continham referências ao conceito de nacionalismo, com isso, não nos foi necessário realizar uma vistoria penosa de página por página, de cada edição. Feita a busca, o sistema registrou entre os anos de 1956 e 1964, período de vida do jornal, 1351 ocorrências do termo. Abaixo uma tabela discriminando o número de ocorrências por ano:

TABELA IV -

Número de ocorrências do termo nacionalismo no periódico "O Semanário", a partir de consulta no site da Hemeroteca Digital (1956 e 1964) (Total: 1351)¹³⁵

Ano 1956	Número de ocorrências 35
Ano 1957	Número de ocorrências 187
Ano 1958	Número de ocorrências 330
Ano 1959	Número de ocorrências 205
Ano 1960	Número de ocorrências 273
Ano 1961	Número de ocorrências 80
Ano 1962	Número de ocorrências 59
Ano 1963	Número de ocorrências 52
Ano 1964	Número de ocorrências 16

Na tabela IV podemos observar que o número de ocorrências é maior entre os anos de 1957 e 1960, tendo seu ápice em 1958. Os ano de 1956 e 1964 registram os menores índices. Isto acontece por dois motivos: a circulação do jornal começa no mês de abril, ou seja, foram apenas oito meses de publicação; em abril de 1964 o jornal encerra suas atividades mediante a supressão da liberdade política, com isso foram apenas quatro meses de atividade. Em relação aos altos índices

¹³⁵ Estes dados foram obtidos após um levantamento feito no site da Hemeroteca Nacional (*hemerotecadigital.bn.br*). Com o auxílio da ferramenta de busca, nos foi possível identificar o número de ocorrências em cada ano. Isto porque, o sistema de busca é bastante ágil. Por exemplo, basta digitar uma palavra, (nacionalismo), e aparece o número total de ocorrências e a sua discriminação em cada ano.

registrados, principalmente em 1958, justificam-se pelo envolvimento do jornal com as eleições para o senado, câmara, assembleias legislativas e governadores de onze estados. A edição 78 (3 a 10 de outubro) circulou exatamente há um ano do pleito eleitoral, trazendo em sua capa um editorial aos leitores destacando a importância daquela eleição e seus desdobramentos para a sucessão presidencial em 1960. Em linhas gerais, é possível afirmar que o jornal, entre 1957 e 1960, participou efetivamente do movimento nacionalista, principalmente na cobertura dos eventos relacionados a Frente Parlamentar Nacionalista. Compreendendo a importância daquelas eleições, 1958 e 1960, passou a cobrir exaustivamente tudo aquilo que estivesse ligado ao nacionalismo.

Entre 1961 e 1963 – deixemos 1964 de lado, ano de fechamento do jornal – observa-se o declínio de ocorrências relacionadas ao termo nacionalismo. A queda está intimamente relacionada a perda das eleições em 1960. Disputando a eleição presidencial com o candidato Jânio Quadros, apoiado pela UDN, o candidato nacionalista, General Teixeira Lott, perdeu as eleições com uma boa margem de votos. Porém, estes números não representam um distanciamento do jornal em relação ao movimento nacionalista. Ao contrário “O Semanário” continuou a cobrir e a publicar periodicamente textos e colunas relacionadas com o tema. Foi o próprio movimento que se contraiu mediante as vitórias da oposição. Abaixo, a tabela II discrimina o número de edições por ano que deram repercussão ao termo.

TABELA V

Número de edições relacionadas ao tema do nacionalismo a partir do periódico “O Semanário” (Por ano)¹³⁶

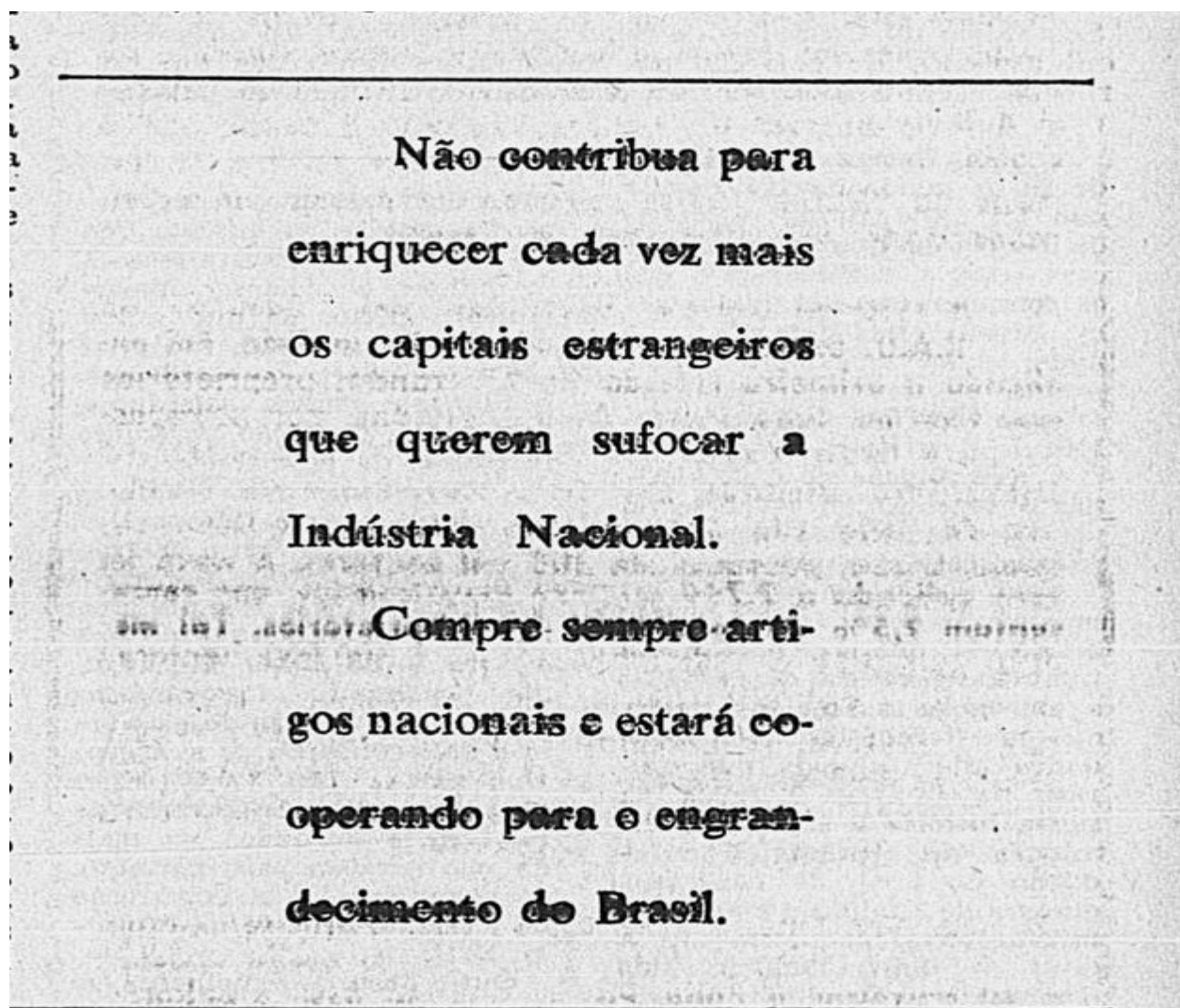
Total de edições entre 1956 e 1964: 374 exemplares

Ano 1956: 39 edições	Há referência em 24 delas.
Ano 1957: 49 edições	Há referência em 40 delas.
Ano 1958: 51 edições	Há referência em 51 delas.
Ano 1959: 48 edições	Há referência em 48 delas.
Ano 1960: 51 edições	Há referência em 51 delas.

¹³⁶ Estes dados foram obtidos após um levantamento feito no site da Hemeroteca Nacional (hemerotecadigital.bn.br). Com o auxílio da ferramenta de busca, nos foi possível identificar o número de ocorrências em cada ano. Isto porque, o sistema de busca é bastante ágil. Por exemplo, basta digitar uma palavra, (nacionalismo), e aparece o número total de ocorrências e a sua discriminação em cada ano.

Ano 1961: 35 edições	Há referência em 30 delas.
Ano 1962: 35 edições	Há referência em 30 delas.
Ano 1963: 49 edições	Há referência em 28 delas.
Ano 1964: 11 edições	Há referência em 8 delas.

Imagem - 8



A tabela V nos serve de complemento as observações relacionadas a anterior (Tabela IV). Nota-se, novamente uma concentração maior de referências nos anos de 1958, 1959 e 1960, período sitiado entre as duas eleições. Na verdade, em todas as edições destes três anos, há referências ao nacionalismo. Ou seja, durante 150 edições, ininterruptamente, publicou-se sobre o tema. Como afirmamos acima, os dados referentes aos anos de 61, 62 e 63 não representam um distanciamento do jornal e o movimento nacionalista. Partilhamos da ideia de que é o movimento que se contrai a partir de 1960. Pode-se dizer que do início ao fim "O Semanário" permaneceu fiel aos princípios advogados no ato inaugural em 1956.

O MOVIMENTO ORGANIZADO: AS FRENTES E NÚCLEOS

Entre as décadas de 1950 e 1960, organizou-se no Brasil um movimento de orientação nacionalista. Nossa hipótese é de que a criação da Petrobrás, em 1953, seja o estopim do nacionalismo. Obviamente que o conceito aparece em outros momentos, como na publicação de Alberto Torres, *A organização nacional*, em 1914. Porém, como movimento político articulado, e com capacidade de atuação, é a partir da década de 1950. Assim, compreendemos o nacionalismo como um movimento político de esquerda – demonstraremos a frente que os membros do movimento não se classificavam como pertencentes à esquerda, mas aqui adotaremos esta linha interpretativa, que será esclarecida logo a frente –, que tinha como uma de suas principais bandeiras, o monopólio da exploração do petróleo pelo Estado brasileiro. Porém, antes de analisar as pautas e de defini-lo melhor conceitualmente, faremos uma análise da organização do movimento.

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), União Nacional dos Estudantes (UNE), Frente Nacionalista Brasileira (FNB), Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB), jornais "O Semanário" e "Última Hora", Liga Ferroviária Nacionalista (LFN), Movimento Nacionalista Feminino (MNF), Movimento Nacionalista, Federação de Minas Gerais, Mocidade Nacionalista Brasileira, Liga Nacionalista Brasileira, são as instituições que compunham o chamado movimento nacionalista brasileiro, que perdurou no país até o golpe de 1964.

NÚMERO 155 ★ O SEMANÁRIO ★ ANO IV ●

VISITA DA FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA AO "O SEMANÁRIO"



Em nome e por delegação da Frente Parlamentar Nacionalista, estiveram nesta redação, para congratular-se conosco pela passagem do terceiro aniversário do nosso jornal, os Deputados Bento Gonçalves, presidente da Frente, Gabriel Passos, vice-presidente, Neiva Moreira, secretário geral, José Joffily, Almino Afonso e César Prieto. Recebidos pelo nosso diretor e pelo nosso gerente, Osmar Tôrres Machado, os ilustres representantes do povo manifestaram o seu júbilo pelo fato, que representa uma indiscutível vitória do movimento de emancipação brasileiro, prova que é de sua grande ressonância no seio das massas. A F.P.N. sempre contou — e contará — com o nosso decidido apoio, na defesa dos interesses do País, para a qual só e só fomos fundados e vivemos. No clichê, flagrante da honrosa visita que muito nos sensibilizou, vendo-se da esquerda para a direita Almino Afonso, Josué de Castro, Gabriel Passos, o nosso diretor, Bento Gonçalves, José Joffily e Neiva Moreira.

COMANDO NACIONALISTA NO ENGENHO DE DENTRO



Percorrendo todos os bairros do Distrito Federal, o Comando Nacionalista do MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO, patrocinado pelo jornal nacionalista O SEMANÁRIO, esteve, domingo, com a população de Engenho de Dentro, debatendo problemas da carestia e problemas do bairro. Os moradores do Engenho de Dentro participaram do Comando Nacionalista, através da palavra do sr. Narciso Cavalcante e do jovem Ubratan, que apontaram as necessidades locais e concitaram os presentes a se unirem em defesa dos moradores do bairro. Falaram, pela equipe do Comando Nacionalista, José Frejat, o universitário Leonardo Fróes e Erudito Barreto, estando ainda presentes Reynaldo Barros e Aloysio Filho, integrantes do Comando Nacionalista. Na foto, um aspecto do ato.

O ano de 1956 proporcionou as condições ideias para a organização do nacionalismo. O início das atividades do ISEB, com seus cursos e publicações, a inauguração do jornal "O Semanário" e a parceria da UNE com ambos, corroboraram para articulação do movimento. O ISEB, como um instituto de nível pós-universitário, organizava cursos e palestras, todos gratuitos, destinado a militares, políticos e graduados. Além disso, os professores que compunham o corpo docente publicavam, periodicamente, obras relacionadas a questão do nacionalismo no Brasil. "O Semanário" publicava, periodicamente, matérias a respeito do movimento, buscando a todo momento, trazer ao conhecimento do leitor as reivindicações dos nacionalistas. Sempre que possível, cobria a fundação de organizações nacionalistas pelo Brasil, a articulação de passeatas e palestras, além da divulgação de obras relacionadas à temática. A UNE, articulou passeatas, ciclos

de debate e ajudou a organizar importantes instituições, como o Movimento Nacionalista Brasileiro(MNB). Em sua edição 51, "O Semanário" relata que foi organizado na sua cidade de São Luís do Maranhão, a Semana Nacionalista, financiada pelo jornal "O Povo." Inúmeros eventos semelhantes a estes, aconteceram no ano de 1958.

Ainda em 1956 surgiu outra importante instituição, a Frente Parlamentar Nacionalista, com atuação no congresso, era composta de políticos pertencentes aos grandes partidos do cenário nacional, como Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrata (PSD), além da Frente Nacionalista Brasileira (FNB) e o Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB). A composição da FPN demonstra bem a abrangência do movimento, composto de udenistas, trabalhistas e pedetistas. A UDN e o PSD, eram considerados partidos de oposição ao PTB, este último em menor escala, pois ao longo da década de 1950, estabeleceu importantes alianças políticas, como por exemplo, a chapa Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB), no pleito presidencial vitorioso de 1955. Na verdade, eram as chamadas "alas moças" de UDN e PSD que participaram da FPN. Na sua maioria eram jovens políticos, como Gabriel Passos (UDN) que, distantes da velha política oligárquica, viam no nacionalismo um meio eficaz na condução da política de industrialização para o país.

TABELA VI

Parlamentares integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista.¹³⁷

Aarão Steinbruck (PTB)	Jacob Frantz (PTB)
Abguar Bastos (PTB)	Jarbas Maranhão (PSD)
Adahil Barreto (UDN)	João Lima Guimarães (PTB)
Almino Affonso (PST)	José Joffily (PSD)
Attilio Vivacqua (PR)	José Sarney (UDN)
Aurélio Viana (PSB)	José Silveira (PTB)
Bagueira Leal (UDN)	José Talarico (PTB)
Barbosa Lima Sobrinho (PSB)	Josué de Castro (PTB)

¹³⁷ PEREIRA, O.D. 1960, p.5

Bento Gonçalves (PR)	Lycio Hauer (PTB)
Bocaiuva Cunha (PTB)	Neiva Moreira (PSP)
Breno da Silveira (PSB)	Nelson Carneiro (PSD)
Campos Vergal (PSP)	Nelson Omegna (PTB)
Celso Brant (PR)	Nogueira da Gama (PTB)
Cid Carvalho (PSD)	Osmar Cunha (PSD)
Clidenor Freitas (PTB)	Oswaldo Lima (PTB)
Corrêa da Costa (UDN)	Ramon de Oliveira Neto (PTB)
Coutinho Cavalcanti (PTB)	Rogê Ferreira (PSB)
Dagoberto Salles (PSD)	Saldanha Derzi (UDN)
Dix Huit Rosado (UDN)	Salvador Losacco (PTB)
Djalma Maranhão (PSP)	Seixas Dória (UDN)
Domingos Velasco (PSB)	Sérgio Magalhães (PTB)
Estêves Rodrigues (PR)	Sílvio Braga (PSP)
Euzébio Rocha Filho (PDC)	Temperani Pereira (PTB)
Fernando Ferrari (PTB)	Último de Carvalho (PSD)
Fernando Santanna (PTB)	Unírio Machado (PTB)
Ferro Costa (UDN)	Valério Magalhães (PSD)
Gabriel Passos (UDN)	Waldir Pires (PSD)
Hélio Ramos (PR)	Waldyr Simões (PTB)
	Wilson Fadul (PTB)

A organização do Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB)¹³⁸ aconteceu na sede da UNE, no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro. Com a presença de representantes do Clube Militar,

¹³⁸ O Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB) era um órgão sob responsabilidade dos estudantes. Em outros momentos do texto, nos referimos ao Movimento Nacionalista Brasileiro, mas ali tratamos do nacionalismo em geral (1956-1964). Sempre que formos nos referir a agremiação dos estudantes usarem a sigla MNB, facilitando assim o entendimento.

Confederação Nacional da Indústria, membros da FPN e inúmeras entidades estudantis, realizou-se uma assembleia, na qual formou-se a comissão organizadora. Abaixo, a lista com os respectivos membros e colaboradores.

TABELA VII

Comissão organizadora do Movimento Nacionalista Brasileiro¹³⁹

Membros	Instituição
José Batista de Oliveira	Presidente da UNE
Primo Nunes de Andrade	Clube Militar
Nelson Trad	UME (União do Movimento Estudantil*)
Antônio Luiz Arauj	Presidente da Associação de Engenheiros de Petróleo
Clementino Matos Levy	Sindicatos dos bancários
José Ribamar e José Frejat	Ex-presidentes da UNE
A ser designado	Sindicato de Carris

TABELA VIII

Colaboradores do Movimento Nacionalista Brasileiro¹⁴⁰

Membros	Instituição
Carlos Ribeiro	Vice-presidente do Sindicato de editores e livreiros
Waldemiro Luiz da Silva	Sindicato dos trabalhadores em trigo
Edilberto Barros Correia e Adelino Cassio	Sindicato dos bancários
José Luiz Ramos	Sindicato dos alfaiates
José Jaime Gomes	Sindicato dos Marceneiros

¹³⁹ SEMANÁRIO. *Em marcha para a primeira grande convenção do Movimento Nacionalista Brasileiro*. Ano 1957. ed. 64 p.2

¹⁴⁰ Idem.

Waldemar Marques Pitanga	União dos operários municipais
José Lino Ramos	Comissão permanente dos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro
Nelson Rezende	CACO
Alberto Guerreiro Ramos e Roland Corbisier	Professores do ISEB
Renato Sampaio	Diretor do departamento econômico da Confederação Nacional da Indústria
Bento Gonçalves, Dagoberto Sales, Hermogenes Principe, Abguar Bastos, Frota Moreira, Roxo Loureiro, Roge Ferreira, Leonidas Cardoso e José Jofilly	Deputados

O objetivo dos membros da comissão era organizar, em novembro de 1957 a "Semana Nacionalista" que lançaria bases para a realização da "Grande Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro" no Rio de Janeiro. Além disso, anunciou-se a ocorrência de um ciclo de palestras preparatórias que teriam início em 27 de julho. Abaixo, a programação do evento.

TABELA IX

Programação do Ciclo de Palestras preparatórias para a Grande Convenção em Novembro¹⁴¹

Palestrante	Assunto
Prof. Guerreiro Ramos	Operários e estudantes na batalha do desenvolvimento
Dep. José Jofilly	Reforma cambial e desenvolvimento nacional
Prof. Hermes Lima	Nacionalismo e democracia
Cel. Janari Nunes	Petrobrás
Olimpio Guilherme	Nacionalismo e política externa
Dep. Nestor Duarte	Reforma agrária
Comandante Primo Nunes	Nova Cultura Brasileira

¹⁴¹ Idem.

Dom Helder Câmara	Ação social da igreja no processo de desenvolvimento econômico nacional
Dep. Aurélio Viana	Reivindicações da classe operária e desenvolvimento nacional
Prof. Hélio Jaguaribe	As instituições e o desenvolvimento nacional
Dr. Jesus Soares Pereira	Eletrobrás

As tabelas VI, VII, VIII e IX nos dão uma dimensão da abrangência do movimento nacionalista. De fato, haviam inúmeros setores da sociedade brasileira na militâncias pelas causas do nacionalismo. Estudantes, militares, professores universitários, operários sindicalizados, participaram da organização do movimento.

Em 06 de setembro de 1957¹⁴², as entidades universitárias, com o apoio da Frente Nacionalista Brasileira, organizaram uma passeata popular em frente ao Palácio do Catete, residência oficial do presidente Juscelino. Marcada para às 18 horas, a passeata pretendia entregar a JK um memorial de reivindicações nacionalistas, o documento continha, entre as propostas, a manutenção do monopólio estatal de exploração do petróleo.

Ainda em 1957 teve início a campanha eleitoral. Numa edição de outubro, "O Semanário" já publicava em editorial a importância da eleição de 58, que poderia representar um avanço nas conquistas dos nacionalistas. Pensando numa melhor organização do movimento, a Frente Nacionalista Brasileira convocou as frentes e núcleos dos bairros para uma reunião na sede da UNE, praia do Flamengo, Rio de Janeiro, no dia 3 de janeiro às 19 horas, para discutir uma possível fusão entre a FNB e o MNB. Após a reunião, decidiu-se pela unificação. Assim, a FNB incorporou-se a MNB. Portanto, a partir de janeiro de 1958, constitui-se uma importante instituição, o Movimento Nacionalista Brasileiro. O MNB era constituído de frentes e núcleos, alocados nos bairros e comunidades das cidades brasileiras. Em março de 1958, por exemplo, inaugurou-se um núcleo na rua Felipe Cardoso, bairro Santa Cruz, Rio de Janeiro. Paralelamente ao MNB, outras instituições surgiram, como por exemplo, a Mocidade Nacionalista Brasileira, que pretendia arregimentar a juventude para a luta pela emancipação econômica do país. Na localidade do Engenho de Dentro,

¹⁴² SEMANÁRIO. *Com JK encontro dos nacionalistas*. Ano 1957. ed. 73 p.3.

Rio de Janeiro, sob a supervisão da profa. Neda Alves, do Departamento de Seleção e Ensino da Estrada de Ferro Central do Brasil e do Sr. Mário Ferreira Campelo, fundou-se a União Nacionalista Ferroviária, com sede na avenida Amaro Cavalcanti, número 1871.

Além destas organizações, o "O Semanário", tornou-se o principal veículo de comunicação dos nacionalistas. Em sua capa trazia a seguinte slogan, "Um jornal que vale por livro," a partir de 1959, inclui mais um, "Órgão oficial da Frente Parlamentar Nacionalista". A credibilidade do jornal entre os adeptos ao movimento pode ser exemplificada neste caso. O sr. Klinger Ferreira, da Paraíba, encaminhou uma carta ao diretor do jornal, sr. Oswaldo Costa, relatando a ofensiva entreguista em seu estado. De postura independente e apartidária, o livro-jornal contava com a colaboração de seus leitores. Um pequeno comerciante nordestino, residente na cidade do Rio de Janeiro, de nome Pedro Afonso, doou uma quantia de dez mil cruzeiro. Segundo ele, sua ajuda era para que o "O Semanário" respondesse a campanha coordenada pelos "intriguistas" e "entreguistas" contra a Petrobrás e o general Teixeira Lott.

No que se refere a eventos de cunho acadêmico, apurou-se, em 1958, a realização da Semana Nacionalista em todo o país. Em Goiás, a semana teve o patrocínio da UNE, e contou com a participação do professor do ISEB Roland Corbisier, o economista Renato Sampaio, o professor Dermeval Trigueiro do Ministério da Educação, deputado Dagoberto Sales e o jornalista e redator do "O Semanário" Plínio de Abreu Ramos. Entre as conferências realizadas estavam, "Nacionalismo, perspectiva de desenvolvimento e soberania dos países coloniais, de Plínio de Abreu Ramos e "Nacionalismo e desenvolvimento de Roland Corbisier.

Em março de 1959, o MNB deu início as atividades dos Comandos Nacionalistas, objetivando debater diretamente com o povo a solução dos problemas que mais afligiam a população. Os comandos eram responsáveis pela promoção de debates relacionados aos problemas do cotidiano dos trabalhadores, tudo isso numa linguagem simples e de fácil assimilação. A ação aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, e o primeiro bairro a receber a equipe do comando foi o bairro de Padre Miguel, visitada em 22 de março. Logo em seguida, a Rocinha na zona sul, dia 29 de março e o Méier, na zona norte, dia 5 de abril receberam a visita do comando nacionalista.

Em 1959, surgiu também a LNB, sigla da Liga Nacionalista Brasileira, fundada pelo deputado da UDN, Gabriel Passos. O udenista era membro de outra instituição, a Frente Parlamentar Nacionalista. A motivação de Passos em criar um novo núcleo de atuação deve-se, em

parte, a possibilidade de maior flexibilidade de ação, uma vez a frente parlamentar tinha sua militância restrita ao parlamento. Segundo "O Semanário," a Liga disporia de inúmeros meios ao seu alcance, "a tribuna do parlamento, a imprensa livre, o comício, a conferência, o livro, o panfleto." A liga, como o movimento nacionalista em geral, colocava-se acima das organizações partidárias. Diziam que ela "é acima de tudo um bloco de classes destinado a defender os interesses comuns da burguesia, da pequena burguesia e do proletariado urbano e rural, ou sejam os interesses de conjunto da nação brasileira na luta pela sua emancipação econômica."¹⁴³

Registramos a fundação de um novo núcleo nacionalista apenas em 1963, o Movimento Nacionalista Feminino, em Brasília. Como dissemos acima, acreditamos que após a perda das eleições em 1960, houve uma retração do nacionalismo. Assim, explica-se um hiato de três anos em relação a ocorrência de novos núcleos e fundações. Fundada na recém-inaugurada capital federal Brasília, sob a presidência da Sra. Fernanda Santana, o movimento lutava pela maior participação das mulheres na política. Segundo a diretora do MNF, as mulheres constituíam mais da metade do eleitorado brasileiro, assim deveriam ter uma atuação efetiva. O MNF organizava-se a partir dos seguintes pontos¹⁴⁴:

- * Organizar politicamente a mulher brasileira, dar-lhe consciência da sua força, sem indignar de suas preferências políticas, da religião que professa ou da cor que traz na pele.
- * Lutar pelas reformas de base que abram novas e amplas perspectivas ao povo brasileiro.
- * Defender com o mais alto sentido patriótico nacionalista e emancipação econômica de nosso Brasil.
- * Lutar pela defesa da paz mundial.

Naquela altura, meados de 1963, importantes instituições de cunho nacionalista perderam força, o ISEB, por exemplo, já não dispunha do mesmo montante de verba daquelas dos anos JK. Além disso, intelectuais da envergadura de Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Roland Corbisier, deixaram o instituto a partir de 58. A ofensiva reacionária intensificou-se, diariamente a imprensa oposicionista atacava com veemência os isebianos. A Frente Parlamentar Nacionalista também perdeu o seu poder de atuação, segundo "O Semanário", o órgão tornou-se um lugar de vaidades

¹⁴³ SEMANÁRIO. *Todo apoio à Liga Nacionalista Brasileira*. 1959. ed.1958. p.2.

¹⁴⁴ SEMANÁRIO. *Entusiamos presidiu instalação do "Movimento Nacionalista Brasileiro"*. 1963. ed. 337. p.7

individuais. Em abril de 1964, quase todos os órgãos do movimento nacionalista, alguns de forma violenta, tiveram suas atividades encerradas, o jornal "O Semanário", a UNE e o ISEB.

O MOVIMENTO EM SI: O NACIONALISMO EM PAUTA

Após discriminar sua organização, através da fundação de ligas, frentes e núcleos, trataremos do movimento em si, fazendo uma análise das reivindicações dos nacionalistas. Identificaremos seus principais líderes e as estratégias de luta adotadas durante o período de atuação do movimento.

Nossa hipótese é que a formulação do nacionalismo, enquanto um movimento político, aconteceu, mediante a fundação da Petrobrás, em 1953. Porém, verifica-se desde a década de 1930, nos círculos acadêmicos, uma certa preocupação com a questão da emancipação econômica do país. Caio Prado Júnior e Roberto Simonsen, destacavam-se como os principais expoentes. Para o jornal "O Semanário", Simonsen, diretor da Confederação Nacional da Indústria foi um precursor entre os nacionalistas.

A criação da Petrobras em 1953, a campanha do "O Petróleo é nosso", a organização de círculos acadêmicos, como a revista Cadernos de Nosso Tempo e a morte de Getúlio Vargas em 1954, deram os elementos necessários à construção das pautas do movimento. Assim, a partir de 1956, quando começam a operar instituições caras ao movimento como o ISEB, "O Semanário", a Frente Parlamentar Nacionalista e o Movimento Nacionalista Brasileiro, estes formularam o seu campo de ação a partir do debate iniciado no pós-guerra pelos setores progressistas em atuação no país.

José Baptista de Oliveira Júnior, recém-empossado ao cargo de presidente da UNE, em discurso na Universidade Rural, disse que a sua gestão lutaria pela defesa dos minerais atômicos, consolidação da Petrobrás, reforma agrária e pelo reatamento das relações comerciais do Brasil com os países comunistas. Em editorial direcionado aos leitores-eleitores em 1957, "O Semanário" dizia que seria preciso inteirar-se sobre as posições tomadas pelos candidatos "diante de problemas como o da Petrobrás, o da Eletrobrás, o do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, o dos minérios atômicos, o da cessão de Fernando de Noronha, o do voto dos analfabetos, o da iniciativa privada, o da reforma agrária, o do projeto Sérgio Magalhães, e o da aposentadoria integral para os

trabalhadores”.

Para “O Semanário” o movimento nacionalista era um “bloco de classes”, composto de todos aqueles interessados na emancipação econômica do Brasil. Assim, poderiam compor o movimento a grande e pequena burguesia nacional, a classe média, os trabalhadores urbanos e rurais e também os militares. No que se refere as agremiações partidárias, entendiam que em todas elas existiam nacionalistas, até mesmo na UDN. Aliás, é de lá que vinha um dos integrantes mais atuantes, o deputado Gabriel Passos.

Em discurso proferido em 1957 no congresso nacional¹⁴⁵, Passos denunciava que a oposição promovia uma subversão da palavra nacionalista. Segundo ele, nos últimos tempos, os veículos de comunicação tentavam ludibriar a opinião pública, com conceituações que restringiam o nacionalismo ao mero sentimento patriótico da terra, um amor sem objetivo. Lembrava aos colegas parlamentares que o nacionalismo é sim um amor à terra, “mas amor objetivo, que se reflete nos cuidados, na atenção nos desvelos pelos problemas, pelas coisas naturais.” O tom de seu discurso era para demonstrar que a confusão das palavras era algo proposital. “Será um equívoco natural, surgente da ordem das coisas? A meu ver não. É um equívoco dirigido.”

Os equívocos atingiram também o ISEB. As posições assumidas por Roberto Campos, e principalmente Hélio Jaguaribe em “O Nacionalismo na Atualidade Brasileira”, livro editado e publicado pelo instituto em 1958, causaram certa desconfiança em relação à real posição do ISEB. Segundo “O Semanário” Roberto Campos escrevia que “qualquer atitude governamental que implique a rejeição da cooperação de capitais privados estrangeiros na exploração do petróleo tende a diminuir a capitalização total do país e, conseqüentemente, o seu ritmo possível de desenvolvimento econômico.¹⁴⁶” Corroborando com as ideias de Campos, Jaguaribe esclarecia que “a política nacionalista do petróleo poderia ser realizada pela *Standard*, ou por qualquer outra empresa, desde que, concretamente na situação presente do país, essa fosse a forma mais eficaz de explorar o petróleo brasileiro.¹⁴⁷”

A publicação da obra causou perplexidade entre os nacionalistas, pois em sua gênese, traía um dos principais pilares do movimento, o monopólio estatal na exploração do petróleo. Vale lembrar que os nacionalistas não rejeitavam a entrada do capital estrangeiro no país, ao contrário,

¹⁴⁵ SEMANÁRIO. *Os nacionalistas não recuaram sob pressão de ameaças*. 1957. ed. 88. p.4

¹⁴⁶ SEMANÁRIO. *O ISEB e a confusão nas fileiras do nacionalismo*. 1959. ed. 138.p.6.

¹⁴⁷ Idem.

este deveriam acontecer, mas não em áreas estratégicas, como a Petrobrás, Eletrobrás e exploração de minérios, que deveriam ser administrados e gerenciados sob o monopólio estatal. O deputado Sérgio Magalhães, pediu explicações ao ISEB. Já a Diretoria da Associação dos Diplomados do ISEB, reafirmaram “sua confiança e solidariedade à Direção do ISEB, em sua posição de defesa do nacionalismo brasileiro¹⁴⁸”, pois reconheciam que “as teses expostas no livro do professor Jaguaribe são de sua exclusiva e pessoal responsabilidade, e que muitas dessas teses contrariavam a orientação geral do ISEB. “O Semanário¹⁴⁹” também atribuía as ideias do livro apenas à Jaguaribe, mas cobrava do instituto um pronunciamento oficial, dizendo-se contrário as teses. Além disso, afirmava a necessidade de retirar de circulação “o calhamaço entreguista.”

Em entrevista dada já em 1959, ao jornal “O Metropolitano¹⁵⁰”, órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes e distribuído aos domingos pelo “Diário de Notícias”, Guerreiro Ramos, ex-membro do ISEB classificou a obra como “objetivamente entreguista”. Segundo ele, o texto estava em desacordo com as diretrizes que presidiram a fundação do ISEB e que, caso estas teses estivessem certas, não haveria mais razão para manter a instituição.

Nessa mesma entrevista, Guerreiro Ramos definia, ao seu modo o nacionalismo. Compreendia-o como um meio, de que se valiam no mundo os povos periféricos, com fins de alcançar o estatuto pleno da soberania, assim o movimento teria como princípio a independência econômica, política, social e cultural. Para Ramos “quando as nações periféricas subdesenvolvidas ultimarem as suas respectivas revoluções nacionais, o nacionalismo desaparecerá.”

Após um ano conturbado para o movimento nacionalista, 1959 começava com a celebração de uma nova obra, “As Razões do Nacionalismo”, de Dagoberto Salles e com intensificação da campanha presidencial. O General Teixeira Lott, candidato do movimento nacionalista, tornou-se uma figura prestigiada após a sua atuação nos acontecimentos de novembro de 1955. A vitória da candidatura de Juscelino-Jango (PSD-PTB) fez com que a UDN, através de Carlos Lacerda, organizasse uma tentativa de estabelecer no país um “regime de exceção”. Porém, o golpe foi frustrado, e o general Lott, em 11 de novembro de 55 garantiu a legitimidade do pleito. Depois disso, seu prestígio aumentou e sua figura foi associada a democracia e a defesa dos interesses nacionais, tornando-o um representante máximo do nacionalismo. Já como candidato em 59, Lott

¹⁴⁸ SEMANÁRIO. *Hélio Jaguaribe e o BNDE*. 1958. ed. 140. p.2

¹⁴⁹ *Idem*.

¹⁵⁰ A entrevista foi reproduzida pelo “O Semanário”. 1959. ed. 146. p.4.

encontrou-se com os integrantes da FPN, que lhe entregou um relatório para a campanha com os seguintes pontos:

- Política de petróleo baseada no monopólio estatal.
- Política exterior que se ajuste aos objetivos nacionalistas do desenvolvimento.
- Política de crédito e de capital estrangeiro, subordinada ao interesse nacional.
- Política de integração de áreas subdesenvolvidas no processo do desenvolvimento brasileiro.
- Política de abastecimento racional e de emergência para atenuar o custo de vida.
- Política de educação para o desenvolvimento.

Na ocasião o deputado Bento Gonçalves era o presidente da FPN. Dedicava todo apoio à candidatura de Lott, “a candidatura nacionalista do Marechal Henrique Teixeira Lott está tão definitivamente consolidada, como assegurada está indiscutivelmente, sua vitória. E com ela, teremos o advento de um governo de ordem, de segurança e, sobretudo, de absoluto respeito às liberdades, mas sem licenciosidades.” Abaixo reproduzimos na íntegra um discurso de 1960.

“O marechal Lott está fazendo apenas uma advertência, que todos os brasileiros devem fazer aos grupos que tem procurado infelicitar este país, conservando-o subdesenvolvido, apesar das riquezas imensuráveis que a natureza nos legou. A eles nós responderemos e eu responderei pelo Marechal Teixeira Lott e pelos nacionalistas, que não permitiremos mais isso e, se for necessário, iremos para as ruas, iremos para as praças públicas, iremos pregar até a revolução para que o patrimônio imensurável que a natureza proporcionou ao povo brasileiro seja usado em benefício dos filhos do Brasil e daqueles que para aqui queiram vir associar-se conosco nesta empreitada do desenvolvimento da Pátria brasileira. Se a interpretação for esta, eu estou com o Marechal Teixeira Lott, pois iremos até a guerra civil, para impedir que grupos monopolistas, que os grupos que constituem os trustes internacionais que tanto tem procurado impedir o desenvolvimento da nossa terra, queira continuar operando do mesmo modo. Nós os repeliremos e responderemos como respondeu Floriano Peixoto. Se continuarem tentando contra nossa emancipação nós responderemos: à bala.”¹⁵¹

O discurso de Bento Gonçalves nos dá uma dimensão do acirramento político em torno das eleições de 1960. A hipótese de uma revolução armada foi colocada pelo líder da FPN. Se entre os

¹⁵¹ SEMANÁRIO. *Bento Gonçalves, da frente parlamentar nacionalista sobre a máscara declaração do candidato brasileiro*. Ano, 1960. ed. 220, capa.

anos de 1956 e 1959, o movimento nacionalista restringiu-se apenas a via legal e democrática, em 1960, alguns de seus líderes perceberam que se preciso fosse, adotariam uma estratégia da oposição, o uso da força e da violência.

A eleição de 3 de outubro de 1960 tornava-se bastante representativa ao movimento nacionalista, pois era a primeira vez que participavam de uma sucessão presidencial. Era chegado a hora de colocar em xeque a militância política dos últimos quatro anos. Para Oswaldo Costa, diretor de "O Semanário" seria "a sucessão mais séria, mais difícil e mais responsável de nossos anais republicanos."¹⁵² Segundo ele, estavam em disputa dois projetos políticos, um "que, bem ou mal, com todos os seus erros, falhas e omissões, vos deu a Petrobrás, o salário mínimo, a lei orgânica de previdência social e o direito a greve, e outro, "constituído da fina flor dos cartolas, tubarões, granfinos e madamas do café-society"¹⁵³. Os ditos "inimigos da revolução de outubro, dos inimigos do nacionalismo, dos assassinos de Getúlio Vargas!"¹⁵⁴ Em carta-aberta direcionada aos trabalhadores brasileiros, Oswaldo Costa, advertia, "pobre não vota em candidato dos ricos, patriota não vota em cavalo de aluguel dos trustes estrangeiros."¹⁵⁵

Em "Mensagem ao Povo Carioca"¹⁵⁶, publicada na edição que antecedeu as eleições de 3 de outubro, a direção de "O Semanário" definia o pleito como "consagrador dos princípios nacionalistas". E que o resultado das urnas traria "a consolidação da independência política com a indispensável libertação econômica". Lembrava ainda que a luta pelo desenvolvimento nacional havia começado em 1930, e que desde então, o Brasil vinha crescendo. Reafirmava também a tese de que dois projetos estavam em disputa, o primeiro "é imobilista e não aceita reformas de base ou mudança no comando da vida social. Economicamente não compreende que o país deva romper as amarras do colonialismo, para entrar na posse de seu processo de desenvolvimento". O segundo "é transformista. É desenvolvimentista. Defende a reformulação dos partidos políticos a fim de serem efetivamente intérpretes da vontade popular".

O que se verifica em 1960 no Brasil é o acirramento da luta de classes. Partilhamos da ideia de que, a constituição de um movimento político organizado, incorporou a arena política novos segmentos, que até aquele momento eram marginalizados. O nacionalismo lhes possibilitou

¹⁵² SEMANÁRIO. *Carta-aberta aos trabalhadores brasileiros*. Ano, 1960. ed. 229. p.3.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

constituir suas pautas, organizar seus espaços de atuação, eleger seus líderes e participar ativamente das disputas eleitorais. Bem ou mal, este movimento representava uma parcela da sociedade brasileira nascida das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais por que passava a nação ao longo do século XX. Pode-se dizer que o movimento nacionalista lutava pela ampliação dos direitos políticos e sociais e pela melhoria de vida dos trabalhadores brasileiros.

Imagem - 10



Realizado o pleito eleitoral, o candidato adversário aos nacionalistas, Jânio Quadros venceu as eleições com o apoio do principal partido de oposição, a UDN. Tendo um total de 48, 26% (5.636.623)¹⁵⁷ dos votos, Jânio venceu o general Lott. Os nacionalista venceram apenas com João Goulart, que concorria como vice-presidente¹⁵⁸. Logo em seguida, o Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB) lançou um manifesto à nação¹⁵⁹ tentando explicar as causas da derrota eleitoral.

¹⁵⁷ LAFER, Celso. *JK e o programa de Metas*. (1956-1961). Processo de planejamento e sistema político brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 38 apud Daugherty et alii, 1965: 19.

¹⁵⁸ De acordo com as regras eleitoras vigente em 1960, a disputa pela vice-presidência era independente da presidencial. Assim, uma chapa poderia vencer a presidência, mas perder a vice, como aconteceu com PTB-PSD em 1960, que perderam com Lott, mas ganharam com João Goulart.

¹⁵⁹ O manifesto à nação foi publicado pelo "Semanário" na edição de 5 a 11 de novembro de 1960. ed. 253(?), pg.3

Analizando a campanha da candidatura Lott, concluíram que haviam problemas de natureza distinta, um específico, compreendido como um erro de estratégia, e outro estrutural, que fugiria do alcance dos nacionalista naquele momento. O primeiro diz respeito a cisão em relação a campanha, que possuía duas correntes, uma que pretendia vincular Lott aos interesses do povo, caracterizando-o em absoluto com os ideais do nacionalismo, e outra que anunciava-o como o continuador da política de governo de JK. O segundo problema, de natureza estrutural, diz respeito a composição do eleitorado brasileiro. A legislação vigente no país, excluía do sistema político os analfabetos e menores de dezoito anos. Quase metade da população do país não tinha idade suficiente para votar e uma outra parcela era analfabeta, com isso, o público votante restringia-se a classe média urbana e as classes latifundiárias. A contradição para o MNB estava justamente aí, “entre o corpo eleitoral e o povo brasileiro.” Concluindo, o movimento nacionalista não possuía sustentação diante do sistema eleitoral brasileiro.

Num breve histórico a respeito da composição do eleitorado brasileiro é possível observar que a situação pouco mudou da primeira para a segunda metade do século. Estima-se que “no período compreendido entre 1894 e 1926, a percentagem de votantes em relação à população total do país oscilava de 1,44% em 1906 a um máximo de 3,19% em 1910.”¹⁶⁰ Além disso, os presidentes eleitos registravam uma votação próxima dos 90% dos votos válidos, o que demonstra a vinculação do candidato com a classe votante.¹⁶¹ Entre o período de 1945 e 1960, a percentagem da população votante cresce de 13,4 para 17,7%, porém permaneceu baixa se compararmos com o número total de habitantes. Em 1960, por exemplo, apenas 12, dos quase 71 milhões de brasileiros votavam. Segundo o MNB, um das principais tarefas dos nacionalistas era lutar pelo fim da discriminação política, que excluía do sistema eleitoral quase que completo a população rural brasileira.

Em sua primeira edição de 1961, “O Semanário” fazia, através de seu diretor Oswaldo Costa, um balanço de 60 e as perspectivas para 61. Abaixo, o texto publicado no jornal, e novamente, vemos os nacionalistas colocarem como real a possibilidade de guerra civil, caso seja necessário.

Tivemos derrotas, sim, em 1960. Mas também tivemos vitórias, inclusive a maior de todas, que foi a de ver o nosso programa galvanizar cada vez mais a consciência do povo e, por pressão deste, cada vez mais impor-se aos quadros dirigentes do país. Se soubermos superar as grandes deficiências e debilidades de organização que infelizmente ainda se verificam em nosso movimento, isto é, se nos mostrarmos à altura das tarefas com esse fim a vitória definitiva, em que pesem as ameaças, partam

¹⁶⁰ LAFER, C. 2002. p. 31

¹⁶¹ Idem.

elas de onde partirem, virá em muito menos tempo do que seria de supor. Pelos meios pacíficos, como sinceramente desejamos. Por outros meios, se a isso nos obrigarem os imperialistas e seus agentes, saqueadores de nossa Pátria e exploradores de nosso povo. Nossa luta se desenvolve sob o signo da paz, da fraternidade e da concórdia. Não somos contra ninguém: somos a favor do Brasil. Mas, se quiserem a guerra, terão a guerra. Porque o nosso lema é fazer livre o nosso país, ou morrer por ele. É independência ou morte!¹⁶²

Como dissemos anteriormente, nossa hipótese é que a perda das eleições em 1960 tenha provocado uma retração do movimento nacionalista. Como observado acima, a vitória nas eleições era dada como certa, assim, a perda do pleito para o adversário Jânio Quadros foi um golpe duro para o nacionalismo. A derrota provocou um debate a respeito do modo de atuação do movimento nos últimos anos, principalmente na sua relação com o governo JK. O MNB apontava como uma das causas da derrota, a confusa orientação em relação à postura do nacionalismo quanto ao governo Kubitschek. Deveriam pegar carona na dobradinha infalível, PTB-PSD, que havia elegido todos os presidentes da nova era democrática, colocando-se apenas como um continuador das políticas de JK ou se comportariam como uma oposição à esquerda. A candidatura de Lott-Jango, formalizou-se a partir da aliança entre o PSD-PTB mas, mesmo sendo o candidato pedetista, o general não contou com grande apoio de seu partido. Juscelino Kubitschek, por exemplo, adotava a tese de que seria preciso uma alternância no poder. Para o presidente, era chegada à hora da UDN assumir o poder.

Mesmo diante da derrota, o movimento continuava a publicar importantes obras, como *Fundamentos do Nacionalismo*, de Aguinaldo N. Marques, com prefácio do diretor de “O Semanário”, Oswaldo Costa. Além de dedicar-se a escrita do prefácio, o mandatário do jornal negociava a uma nova parceria entre a FPN e seu periódico. Em reunião realizada em Brasília, no gabinete do Sr. Sérgio Magalhães, os parlamentares da frente elegeram o jornal “O Semanário” como o seu órgão oficial de comunicação. Assim, a partir da edição 247, o periódico passou a dedicar-se, semanalmente, à publicação das atividades da FPN no congresso nacional, que diante da mudança de governo, adotou as seguintes diretrizes: 1) Apoio integral às medidas que atendam às reivindicações nacionalistas; 2) Combate decidido a tudo que signifique traição à causa da liberdade nacional; 3) Segurança inviolável das liberdades públicas; 4) Solidariedade com as lutas dos povos oprimidos.

¹⁶² SEMANÁRIO. *Movimento nacionalista: balanço de 60 e perspectivas de 61*. Ano 1961, ed. 243, p.[?]

Findado o período conturbado das eleições de 1960, o movimento nacionalista buscava estruturar-se para as eleições de 62. Diante da perda das eleições e do diagnóstico de insuficiência organizacional, os nacionalistas buscavam uma auto-definição. Em texto publicado na edição 280 o "O Semanário" situava o nacionalismo como um movimento sem partido. Além disso caracterizava-o como não sendo nem de esquerda e nem socialista. Mas um movimento antimperialista, anticolonialista e patriótico, disposto a lutar pela emancipação econômica do país, pela defesa intransigente de seus interesses e pela afirmação de sua soberania no concerto das nações. Nota-se que ao longo de seus anos de atuação o nacionalismo buscou desassociar sua imagem das agremiações partidárias. Para os nacionalistas, os partidos sofriam com o desgaste dos conchavos políticos, que na maioria das vezes, impunha-lhes alianças com setores contrários a sua orientação. Com isso, propunha a constituição de um movimento uniforme, que reunisse os elementos progressistas de cada organização. Assim, a ideia era a formação de um movimento tido como um bloco de classes.

Os acontecimentos de 1961 anteciparam a disputa eleitoral que viria a ocorrer apenas em 1962. A renúncia de Jânio Quadro em agosto, desdobrou-se numa crise política que só teve fim em 1964. Agora, o país discutia sobre qual forma de governo deveria ser adotada, o parlamentarismo ou o presidencialismo. Um plebiscito seria realizado em 6 de janeiro de 1963 e a população era convidada a participar da escolha. Num editorial de dezembro de 1963¹⁶³, "O Semanário" explicava que não eram as formas exteriores dos regimes que importavam, mas "as modificações de substância na estrutura econômica-social". A luta real, advertia, era contra a velha e anacrônica estrutura. Mas, alertava que, deixando de lado o academicismo e o "puro plano teórico da doutrina política", a proposta de alterar a forma de governo para o parlamentarismo deveria ser veemente negada, pois ela tinha como objetivo limitar o campo de atuação de João Goulart.

Mal com Jango, pior com Lacerda. A vitória de Jango, no plebiscito, abre, pelo menos, perspectivas à realização das reformas. A vitória de Lacerda seria o fim de todas as esperanças. Não é, pois, academicamente, no puro plano teórico da doutrina política, que devemos colocar o referendo, mas no plano da ação prática, objetiva, concreta daquela que mais se ajusta às realidades e necessidades do momento crucial que atravessamos.¹⁶⁴

Carlos Lacerda foi ao longo dos anos o principal adversário do nacionalismo. Colocava-se sempre na contramão das propostas nacionalistas. Com o plebiscito não era diferente, defendia a

¹⁶³ SEMANÁRIO. *O plano trienal não vingará sem o apoio popular*. Ano, 1963. ed.318. p.3

¹⁶⁴ SEMANÁRIO. *Advertência dos trabalhadores a Jango: A coisa assim vai mal*. Ano, 1963. ed. 327. p.7

adoção do regime parlamentarista. O “sim” e o “não” das urnas poderiam ser substituídos respectivamente, pelos nomes de João Goulart e Carlos Lacerda. Nessa Jango venceu. Dez milhões de brasileiros decidiram pela manutenção do presidencialismo.

Para os setores conservadores, a vitória – de Jango – do sim, alertava sobre a possibilidade real de se efetivarem as tidas reformas de base – reforma agrária, reforma política, reforma universitária, etc. Para aqueles que permaneceram a frente do movimento nacionalista, a vitória do sim representava apenas, a manutenção de um governo disposto a ceder as pressões dos conservadores, prejudicando assim, os interesses da classe trabalhadora. O plano trienal, assinado pelo economista Celso Furtado, não despertou a simpatia dos nacionalistas. A derrota de 1960 resultou num encolhimento do movimento, mas tornou-o mais radical, sem disposição para ceder e negociar. Ivaldo Falconi em análise do Plano Trienal, alertava que, fazer oposição ao governo Jango, e principalmente ao plano era “fazer inconscientemente o jogo de *O Globo* e do Sr. Eugênio Gudin”. Segundo Falconi, um elemento positivo do documento de Celso Furtado era a adoção da ideia de um planejamento global da economia. Assim relacionava o movimento nacionalista ao plano trienal, “na hora atual, nacionalismo é programação econômica. Seria ingenuidade pensar em emancipar o Brasil, a não ser através do planejamento. Nacionalismo é petróleo, nacionalismo é reforma agrária, nacionalismo é a defesa da industrialização do país, mas sobretudo é programação econômica.” Mas a direção de “O Semanário” não demonstrava a mesma empolgação com o plano, e em sua edição número 323, de 21 a 27 de fevereiro de 1963, publicou “Advertência dos trabalhadores a Jango: a coisa assim vai mal.” Abaixo trechos da matéria.

Na entrevista com o CGT Jango ficou o pé na defesa do Plano trienal de Santiago-Furtado. Acontece, porém, que o Plano Trienal, como foi elaborado, é inaceitável pelas classes assalariadas. Em primeiro lugar, porque visa, fundamentalmente, à defesa dos interesses econômicos e financeiros da burguesia industrial: procura garantir o desenvolvimento, às custas de sacrifícios maiores para as classes assalariadas. Em segundo lugar, porque não enfrenta justamente aquilo que deveria enfrentar: o latifúndio, prevendo medidas para a reforma agrária radical e o imperialismo, que deveria combater frontalmente, eliminando a espoliação do Brasil pelos grupos econômicos internacionais e garantido a aplicação da lei que regulamentou a remessa de lucros. (...) Tudo dentro daquele esquema do Celso Furtado que, como afirmou, organizou um plano de governo e não um plano de revolução. *Mas, que diabo, não é exatamente de uma revolução que o Brasil precisa? Revolução no sentido de uma radical mudança de condições e não de luta armada*, é preciso que se diga, antes que deformem nosso pensamento. Até agora o desenvolvimento econômico foi financiado com o confisco salarial das

classes trabalhadoras.¹⁶⁵

O governo João Goulart era pressionado de todos os lados, conservadores e progressistas, direitistas e esquerdistas estavam insatisfeitos com as medidas até então adotadas. A luta de classes aquela altura intensificava-se de tal maneira, que solucionar a crise política pela via legal, parecia um caminho cada vez mais inviável. Em 1960 alguns nacionalistas já cogitavam a ideia de uma possível luta armada. Mas naquele momento, "O Semanário" colocava-se contrário a qualquer ato em prol da suspensão da democracia.

Em entrevista concedida ao jornal em março de 1964, o ex-membro do ISEB, Roland Corbisier, agora deputado pelo Estado da Guanabara, defendia a união dos nacionalistas contra o golpe e pelas reformas. O deputado considerava necessário a formulação de uma frente popular que tivesse como princípio "a luta contra o golpe de direita e defesa da legalidade, luta contra o processo espoliativo e pela nacionalização da economia brasileira, luta pelas reformas de base". Além disso, alertava para o erro cometido pelos setores progressistas ao atacar a figura de João Goulart. Enfaticamente, definia o governador da Guanabara, o Sr. Carlos Lacerda, como o principal inimigo das forças nacionalistas. Questionado sobre qual seria a orientação do movimento nacionalista, respondeu, "e de nós não depende estabelecer que a revolução se fará pacificamente ou pela violência. As circunstâncias mostrarão os caminhos. Até lá, entendo que devemos esgotar todas as possibilidades que a ordem democrática nos oferecem." Ao término da entrevista concluiu, "quer se tome o poder pelas eleições, quer se chegue a ele por movimento armado, tanto num caso quanto em outro, é indispensável ter perfeita consciência do que se vai fazer com o poder, e com que grupos e equipes se pretende realizar o programa da revolução."

NACIONALISMO, COMUNISMO, ESTATISMO E TRABALHISMO

Compreendido o modo como se organizava e suas principais atuações, faremos agora uma breve distinção conceitual entre nacionalismo e o "ismos" que circulavam pelo país entre as décadas de 1950 e 1960. Diante de inúmeras correntes políticas, os nacionalistas buscaram construir a sua identidade política, que segundo eles não era nem comunista, nem marxista, nem estatista e nem trabalhista. Começaremos com uma definição de nacionalismo apresentada pelo ex-diretor do Conselho Nacional do Petróleo, Plínio Catanhede, em uma entrevista concedida em 1956 ao "O

¹⁶⁵ Idem.

Semanário”.

Segundo Catanhede, o nacionalismo “não é isolamento político ou econômico. Não é temor da colaboração dos mais adiantados economicamente. Não se traduz pela recusa sistemática ou desinteresse permanente pela ajuda técnica ou financeira.¹⁶⁶” Guerreiro Ramos definia-o como um meio, pelo qual os países subdesenvolvidos buscavam alcançar o “estatuto pleno da soberania, isto é, para alcançar efetiva possibilidade de organizar-se econômica, política, social e culturalmente¹⁶⁷”. De um modo geral, pode-se afirmar que o nacionalismo pretendia advogar a favor de uma independência global dos países periféricos. Sua proximidade maior entre os “ismos” era com o subdesenvolvimentismo da CEPAL. Para os nacionalistas, as nações subdesenvolvidas ou periféricas eram semi-independentes, ou seja, havia estabelecido apenas uma soberania política. No plano econômico e cultural permaneciam colonizadas, alienadas e dependentes dos países tidos centrais. Assim, teoricamente vinculado aos princípios da CEPAL, os nacionalistas, numa perspectiva estruturalista, compreendiam que a contradição – a luta de classes – se estabelecia, primeiramente, entre as nações e só depois entre as classes. Com isso, o princípio do nacionalismo era a constituição de uma soberania nacional plena – cultural, social e econômica.

As teses estruturalistas da CEPAL e dos nacionalistas divergiam da interpretação do Partido Comunista Brasileiro, que reduzia a luta de classes ao âmbito nacional. Ou seja, compreendia que a contradição de interesses era algo inevitável no interior de uma nação. Assim, criticavam a ideia nacionalista de constituir um movimento de bloco de classes, que pudesse reunir indivíduos de classes distintas, o camponês, o operário, o pequeno burguês e a grande burguesia. Não acreditavam numa suspensão, mesmo que breve da luta de classes num dado país, principalmente em sociedades estruturalmente heterogêneas como as subdesenvolvidas.

Segundo Lúcio Gusmão Lobo¹⁶⁸, comunismo e nacionalismo são tendências opostas. “Uma é a negação da outra.” Para os comunistas, o nacionalismo é “apenas uma etapa na luta pela emancipação do proletariado,” cujo fim deverá ser a sua libertação das espoliações da burguesia. O Partido Comunista dizia que a luta não seria “apenas pela emancipação econômica e política do país. A sua função precípua é emancipar a classe operária”. Para Lobo, os nacionalistas compreendia o seu movimento como um fim, uma espécie de “plenitude ideológica”. Pode-se dizer que, o

¹⁶⁶ SEMANÁRIO. *Não toque na Petrobrás*. Ano 1956. ed. 15. p. 2

¹⁶⁷ SEMANÁRIO. *O nacionalismo é um meio*. Ano 1959. ed. 146. p.4

¹⁶⁸ SEMANÁRIO. *A luta no PC*. Ano 1957. ed.1961. p.2

comunismo entendia que a luta de classes, entre burgueses e proletários, não se restringia aos limites nacionais, e que promovendo a libertação da classe trabalhadora, promoveria-se a libertação nacional. Já os nacionalistas, entendiam que os países subdesenvolvidos, a mercê do imperialismo, primeiramente, deveriam lutar pela emancipação da nação, ou seja, realizar sua revolução nacional.

O nacionalismo buscava distanciar-se também do estatismo. Tendo como ideia-base a noção de que caberia apenas ao Estado gerenciar os ditos setores estratégicos da economia, como a exploração do petróleo e dos minerais e a eletricidade, em alguns momentos, estabeleceu-se uma conexão entre o nacionalismo e o estatismo. Mas segundo Gusmão Lobo, o estatismo seria “a exploração pelo Estado dos meios de produção e de consumo”, podendo ser uma intervenção total ou parcial. O que diferenciava, segundo Lobo, o nacionalismo do estatismo é que este último negava a propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, a iniciativa privada. Numa perspectiva estatista, “só o Estado está capacitado a explorar os meios de produção e de consumo”. Este caminho representaria uma espécie de “sovietização”, posição política contrária aos nacionalistas, que viam na iniciativa privada, seja ela nacional ou internacional, um importante auxílio em dadas circunstâncias.

O trabalhismo era considerado um movimento político associado a partidos como o PTB e PSP. Adhemar de Barros era tido como um exemplo clássico do trabalhista-populista, espécie de político carismático que tinha, como base eleitoral as massas trabalhadoras dos grandes centros, como por exemplo, São Paulo. Para os nacionalistas, tratava-se de um movimento político que, apesar de mobilizar as grandes massas e obter importantes vitórias eleitorais, possuía suas fraquezas práticas e teóricas. Era um movimento de uma única classe, as massas trabalhadoras.

Com exceção do trabalhismo, os demais “ismos”, comunismo e estatismo, ao serem assemelhados ao nacionalismo, pretendiam descaracterizar o movimento, associando-o a princípios do marxismo e do regime comunista em vigor na União Soviética. Isso era parte da estratégia adotada pelos adversários dos nacionalistas, relacioná-los a valores e práticas em certa medida, discriminados no interior da cultura política daqueles anos.

“GORILAS” EM PÂNICO, QUEREM DEPOR O PRESIDENTE!

Os opositores do movimento nacionalista eram, em sua maioria, políticos da ala

conservadora do PSD e da UDN, e órgãos da imprensa, como “O Correio da Manhã”, “O Globo”, “Tribuna da Imprensa” e “Diário Associados”, ligados aos interesses do capital estrangeiro. Conhecidos como “entreguistas”, adotavam a estratégia de estabelecer uma ponte entre o nacionalismo e o comunismo. Carlos Lacerda, um dos líderes da oposição, a todo o momento, disseminava esta ideia em seu jornal “Tribuna da Imprensa”. Dizia que não era “outra coisa senão comunismo, e dos brabos”. Denunciava a nação que slogans como “O Petróleo é nosso” e outros era enviados “de Moscou, via Mao Tse Tung.”

Além disso, outro cacoete, denunciado por Luiz de Eça¹⁶⁹ em “O Semanário” era atribuir aos udenistas a imagem de nacionalistas. “Em suas andanças pelo interior do Brasil, o sr. Carlos Lacerda proclamou-se nacionalista, o banqueiro Hebert Levy trabalhista e o sr. Juracy Magalhães amigo dileto de Getúlio Vargas.” E concluía, “o partido prossegue reacionário, antitrabalhista e anticomunista e que, portanto, o “realismo” udenista é um expediente demagógico e insincero.”

Quem também, com certa freqüência, tinha a sua imagem atrelada ao comunismo era o ISEB. A crise de 1958 foi uma porta de entrada para seus adversários. Principalmente a partir de 1959, quando em decorrência do fato, Roberto Campos e Hélio Jaguaribe, considerados de centro, deixaram a instituição. A renovação dos quadros docente da instituição foi interpretada como um processo de comunização do ISEB. O Sr. Jorge Bhering de Matos, em discurso no Centro Industrial do Rio de Janeiro em 1959¹⁷⁰, dizia que o instituto ensinava a seus alunos a teoria de Karl Marx e a doutrina comunista. “O Semanário” saiu em defesa do ISEB, esclarecendo que a entrada nos cursos regulares era gratuita e que a instituição disponibilizava a quem interessasse o conteúdo dos cursos, que eram gravados e datilografados. Ainda segundo o jornal, classificar um órgão como comunista apenas por abordar assuntos como a industrialização, reforma agrária, capitais estrangeiros, petróleo, energia elétrica, energia atômica, transporte, educação, chegava a ser ridículo.

Em 1961 “O Semanário¹⁷¹” denunciava a abertura de instituições ditas nacionalistas, mas que na verdade eram antidemocráticas, antipopulares e antinacional. Chegaram até a relatar a fundação de um Partido Nacionalista, sem existência eleitoral legal, mas de atuação a serviço do imperialismo. Entre as ações do tal partido estava a elaboração de um manifesto contra a Revolução Cubana. O periódico convocava os verdadeiros nacionalistas a ser precaverem contra as táticas de

¹⁶⁹ SEMANÁRIO. *O falso nacionalismo da UDN*. Ano 1957. ed. 81. p.4.

¹⁷⁰ O discurso foi veiculado pelo “O Globo” e o “Jornal do Comércio”.

¹⁷¹ SEMANÁRIO. *Nacionalistas em aspás*. Ano 1961. ed. 261. capa.

confusão adotadas pelos entreguistas que, “envergonhados de suas próprias vestes, disfarça-se m nacionalismo. É que já não pode ostentar impunemente o seu próprio nome”. Em 1963, Paschoal Lemme¹⁷², em texto publicado no mesmo jornal, buscava esclarecer ao público a real função do ISEB, da UNE e do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que segundo os opositores eram os responsáveis pela crise política que assolava o país. Segundo Lemme, naquela altura, essas três entidades estavam "sob o fogo da reação”.

Se os anos de 1956 e 1960 foram aqueles de crescimento e fortalecimento do movimento nacionalista, a partir da derrota de Lott, e principalmente entre os anos de 1962 e 1964, o nacionalismo recuou diante os bombardeios da oposição. Um texto publicado em fevereiro de 1964 nos dá a dimensão da questão.

Os fatos estão provando que temos razão quando nos batemos pela unificação de todas as forças progressistas, e não somente das forças de esquerda, para a luta pelas reformas de base e o combate ao golpe de direita. A verdade é que as forças antipovo estão unidas, enquanto as do povo permanecem desarticuladas, e isso devido ao sectarismo de alguns imaturos companheiros nossos em relação aos nossos aliados nessa guerra de vida ou morte pela emancipação econômica. (...) a falta de organização e de democracia interna que transformou nossos organismos de massas – à exceção do CGT e da UNE – em meros órgãos de cúpula, dominados pelo caudilhismo o vedetismo, como birô de propaganda pessoal de meia dúzia que se apossou de seus principais postos principais. (...) Essa incompreensão, principalmente no que toca à questão do inimigo principal, que para eles – por incrível que pareça – é Jango, e não Lacerda, evidenciou-se na reunião da Frente de Mobilização popular.”¹⁷³

Quando dissemos que o movimento nacionalista se retraiu a partir de 1960, referimo-nos substancialmente a perda de sua unidade. A derrota de Lott, fez surgir no interior do nacionalismo, uma ala mais radical que passou a criticar até mesmo o governo de Jango. A radicalização aconteceu num momento em que os setores reacionários uniram-se, principalmente a partir de 1963, para combater as reformas de base anunciadas pelo governo de João Goulart. Numa entrevista concebida ao “O Semanário¹⁷⁴” em março de 1964, Roland Corbisier, clamava pela “união das forças populares em defesa da legalidade, do nacionalismo e das reformas de base”. Aquela altura já era claro a ideia de que se fosse preciso, os reacionários tomariam o poder através de um golpe.

Em 13 de março de 1964 realizou-se o Comício da Central. Diante dos trabalhadores, o

¹⁷² SEMANÁRIO. *CGT-UNE-ISEB*. Ano 1963. ed. 357. p.3.

¹⁷³ SEMANÁRIO. *Arraes e a unidade do movimento nacionalista*. Ano 1964. ed. 370. p.2.

¹⁷⁴ SEMANÁRIO. *Corbisier: união contra o golpe e pelas reformas*. Ano 1964. ed. 375. p.7

presidente Jango anunciou as seguintes reformas.¹⁷⁵

- Reforma agrária com reforma da constituição, para que o Estado possa desapropriar terras e distribuí-las aos camponeses sem necessidade de indenização prévia e em dinheiro, pois a atual fórmula constitucional permitiria apenas um “negócio agrário”, e não a reforma agrária autêntica, como reclamam milhões de brasileiros.
- Reforma política, com a extensão do direito de votar a ser votado aos analfabetos, aos sargentos, cabos e soldados e a todos os cidadãos alistáveis, sem as odiosas discriminações políticas e ideológicas que ainda hoje mantêm à margem do processo eleitoral parcelas ponderáveis do povo e grupos representativos da opinião pública.
- Reforma universitária, com a abolição, da vitaliciedade de cátedra, que se tornou um fator de esclerosamento do ensino superior, “retirando-lhe o caráter de domínio arbitrário e irresponsável de campo do saber”.
- Delegação legislativa, para que possa acelerar o processo de elaboração de leis, que não mais atende à “rapidez das mudanças e transformações que a sociedade experimenta”.
- Soberania popular, para que o povo seja chamado a opinar num plebiscito sobre as reformas de base, numa consulta de que participem todos os brasileiros maiores de 18 anos, isto é, inclusive os analfabetos.

Diante das reformas anunciadas, os setores reacionários passaram a articular uma tentativa de votação de *impeachment* do presidente. Em reunião realizada no Rio, “o comando-geral dos trabalhadores recomendou a todos os sindicatos do país que se mantenham um estado de alerta, a fim responder com uma greve nacional à tentativa de *impeachment*.” O CGT alertava as organizações sindicais, que seria necessário um “caloroso apoio” ao programa apresentado ao Congresso pelo presidente.

¹⁷⁵ SEMANÁRIO. CGT *advert*e: “*impeachment*” será a senha para a greve geral. Ano 1964. ed. 376. capa.

SEMANÁRIO

Rio e Brasília
CR\$ 30,00
Outros Estados
CR\$ 40,00

N.º 376 — ANO VIII — UM JORNAL QUE VALE POR UM LIVRO — Diretor: OSWALDO COSTA — Rio de Janeiro, 19 de Março a 1.º de Abril de 1964

"Gorilas", em pânico, querem depor o Presidente

CGT VEM: "IMPEACHMENT" SERÁ A SETHA PARA A GREVE GERAL NACIONAL

Agora, a Reforma Constitucional!

Antes de mais nada queremos relembrar as homenagens de O SEMANÁRIO à atitude corajosa da senhora Maria Teresa Goulart, comparecendo ao lado de seu marido ao comício do dia 13, numa resposta severa e bem feminina às ameaças e provocações da UDN de Lacerda. Essa atitude da Primeira Dama do País, esposa de um líder popular, contrasta violentamente com a das mulheres dos "gorilas" do IBAD, que mandam para a tina de frente pobres senhoras de condições humildes (vide na quinta-página o tópico intitulado "A mulher mineira"), enquanto se deixam ficar em seus palacetes, preparando-se para o chá, o cinema e as estampannotas do "café-society".

"O Estado de São Paulo", em sua edição de sábado último estampava uma foto de um grupo de senhoras atobalhadas diante da Catedral da Sé, de capital bandeirante, "erguendo preces pela salvação do País, enquanto se realizava no Rio o comício de João Goulart". Em não procuramos distinguir, na foto, as esposas dos adonizes, álbens sócios e demais parados do antireformismo ibadiano, interessados na conservação dos privilégios do latifundismo e das "gangs" de negócios ligadas ao imperialismo. Nem mesmo o célebre fascinoso de Botafogo — Rússia Imperializante famosa, que acaba de expirar diz a gazeta — — condescendentes em descer do alto de suas aristocráticas tamancas de Marquês de Santos para misturar-se com aquelas modestas mães de família, evidentemente influenciadas pela propaganda propagandosa da contenda reacionária. Nem sequer a Concessão da Costa Neves! Tampouco uma "comidinha" que fosse do padre Calças — a sra. Sandra Cavalcanti, por exemplo — ou do padre Góndim Sinistrato — do Belo Horizonte, só gente do povo miúdo, do que os "gorilas" machos e fêmeas chamam de "gentilhina". Isso mostra como o obscurantismo político, utilizando-se do fanatismo religioso, explora a boa-fé e a ignorância das camadas mais atrasadas da população, transformando-as, com a covardia característica das "classes privilegiadas", em carne para canhão de seus planos subversivos. Enquanto as esposas dos adonizes populares, como a de Jango e a de Elizoi, vão para os campos de batalha ao lado de seus maridos, a "mulherzinha" do Pedro Aleixo do Bilac Pinto e do Abel Rafael assina manifestos que os "gorilas" escrevem para ela. Na hora do barafá, não são as senhoras (as casadas, como diz Pedro Aleixo) que vêm para as ruas: mandam as suas escravas.

Mas, isso vai acabar! O grande comício do dia 13, o maior que já se realizou entre nós em qualquer tempo, embora o "Estado" do Juliano Moreira, por entre duas pitadas de cocaína do "play-boy" Carlinho, tivesse dito que já "não foi ninguém", marcou o início de uma nova era da história das conquistas políticas, econômicas e sociais do povo brasileiro. Foi a réplica das muitas e muitas escotilhas de progresso e de justiça tanto aos "gorilas", que a todo custo se opõem às reformas, como aos divisionistas que, uns por vaidade "audhnessca", outros por estarem involuntariamente no serviço do imperialismo, se esforçavam por separar o povo do Governo e a lançar um contra outro bem comum, como continuam a fazer — o, que

nossas forças se ampliem e ganhem de novas áreas, se ponham em condições de desfechar no mais breve prazo o golpe mortal no adversário comum, o imperialismo, representado no Brasil pela torva e sinistra figura de Lacerda.

Medidas como a regulamentação da remessa de lucros, como o monopólio estatal das importações de óleo, o ano e encampação não apenas de Capuava, mas de todas as refinarias particulares, como os decretos da SUPRA e dos autôgrafos, como a alfabetização em massa, credenciam o sr. João Goulart ao posto que já agora ninguém poderá arrebatá-lo-lhe, de usar incônteste do povo brasileiro, nesta etapa decisiva de sua luta de libertação nacional, naturalmente se se abor conduzir-se até o fim como se conduziu até agora. Num ano abençoado de regime presidencialista, o sr. João Goulart não só tomou aquelas medidas, da maior importância, e para as quais soube, com tino e perspicácia, preparar psicologicamente a opinião pública — e esse foi um grande serviço que o nosso movimento lhe ficou devendo — como suportou com paciência e superotimidade as injúrias e até os insultos de falsos amigos e companheiros, que certos de sua derrubada pelo imperialismo, se encanajavam, feridos e troços, como os matadores de Inês, para lhe disputarem a herança, depois de haverem ajudado a destruí-la o cavalero Jango, para esses impacientes herdeiros do trono, era um conciliador, um indefinido, um comidista que "não queria nada". Mas, se era fraco, por que não fortaleceu no momento em que a reação se concentrava sobre ele, derramando sobre sua cabeça todos os fogos do inferno? Como se vê, a impaciência é irma da burocracia.

Não foram muitos os que, nas espaldas do nosso movimento, souberam fugir os fatos na sua justa medida, sem perder o senso da perspectiva histórica: O CGT e Governador Arnias. O SEMANÁRIO.

Os acontecimentos vieram provar que conosco estava a razão. Contornando habilmente as dificuldades, evitando atropelos inúteis e desnecessários, tocando, enfim, o barco com segurança por entre o mar encapado da reação imperialista, o sr. João Goulart mostrou ter, mais do que nenhum outro político, qualidades de comando que o credenciam à efetiva liderança popular. Agora, é legítima as vaidades e ambições sem horizontes que lhe atiravam casaca de banana no caminho, a fim de que, nelas escorregasse, para a alegria dos lacerdas, e todos nos unirmos em torno do Governo, como disse Arnias, porque a fase dura agora é que vai começar e marchar, com firmeza, para a reforma constitucional, porque uma Constituição que nega o direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados, que se refere de forma vaga e ambígua à elegibilidade dos sargentos, que exige pagamento prévio em dinheiro pelas desapropriações por interesse social, que transfere para os Municípios, isto é, para os coronéis de latifúndio, a cobrança do imposto territorial etc. nada mais é do que uma Carta Patente das Classes Privilegiadas e como tal não pode subsistir por incompatibilidade congênita e insanável com os imperativos do momento histórico de transformações substanciais que estamos vivendo.

Na destruição da velha estrutura, o decreto da SUPRA foi o primeiro passo. O segundo será dado pela reforma constitucional. Vamos a ela!



Jango no Congresso: chegou a hora de renovar a sociedade brasileira, através da votação de reformas fundamentais

Em reunião realizada no Rio, com a participação de dirigentes sindicais de todos os Estados, o Comando-Geral dos Trabalhadores decidiu recomendar a todos os sindicatos do País que se mantenham em estado de alerta, a fim de responder com uma greve nacional à tentativa de votação do "impeachment" contra o Presidente João Goulart, articulada abertamente pelos golpistas, que se encontram em pânico com os golpes assentados pelo Governo contra os latifundiários, através do decreto da SUPRA, e os grupos econômicos, através da encampação das refinarias particulares.

O CGT salientou a necessidade de "caloroso apoio" ao programa apresentado ao Congresso pelo Presidente, que propôs uma ampla renovação da sociedade brasileira, em sua mensagem anual. Nesse documento, em que expôs em minúcias as corajosas medidas anunciadas no histórico comício de 13 de março — a maior concentração já realizada no País — propôs o Sr. João Goulart:

1. reforma agrária com reforma da Constituição, para que o Estado possa desapropriar terras e distribuí-las aos camponeses sem necessidade de indenização prévia e em dinheiro, pois a atual fórmula constitucional permitiria apenas um "negócio agrário", e não a re-

forma agrária autêntica, como reclamam milhões de brasileiros;

2. reforma política, com a extensão do direito de votar e ser votado aos analfabetos, aos sargentos, cabos e soldados e a todos os cidadãos alistáveis, sem as odiosas discriminações políticas e ideológicas que ainda hoje mantêm à margem do processo eleitoral parcelas ponderáveis do povo e grupos representativos da opinião pública;

3. reforma universitária, com a abolição da vitaliciedade da cátedra, que se tornou um fator de esclerosamento do ensino superior, "retirando-lhe o caráter de domínio arbitrário e irresponsável de campo do saber";

4. delegação legislativa, para que se possa acelerar o processo de elaboração de leis, que não mais atende à "rapidez das mudanças e transformações que a sociedade experimenta";

5. soberania popular, para que o povo seja chamado a opinar num plebiscito sobre as reformas de base, numa consulta de que participem todos os brasileiros maiores de 18 anos, isto é, inclusive os analfabetos.

O programa apresentado pelo Presidente já começou a ser discutido pelos sindicatos, por determinação do CGT, para que os trabalhadores façam dele a sua grande bandeira de lutas. (Páginas 2, 3, 5, 6 e 8)

"O SEMANÁRIO" NÃO CIRCULA NA PAIXÃO

Como faz todos os anos, O SEMANÁRIO não circulará na próxima semana, em virtude dos feriados religiosos da PAIXÃO. Voltaremos às bancas no próximo dia 2 de abril, com uma edição comemorativa de nosso oitavo aniversário de existência — oito anos a serviço das causas populares e da libertação do Brasil.



A maior massa popular já reunida em qualquer manifestação política no País detona clara aos golpistas que os trabalhadores brasileiros não aceitam a miséria à que são lançados pelos tristes e pelos latifundiários e estão dispostos, a obter, a qualquer preço, as reformas de base. Ao contrário do que ocorreu em S. Paulo, onde os "gorilas", aliando em grupos fascistas, tentaram a manutenção contra o Sr. João Pinheiro Neto, os golpistas do Rio não se atrevem a perturbar o gigantesco comício.

OSWALDO COSTA

Resumindo, a vitória de Getúlio Vargas em 1950 "descabelou" a UDN. Veio o suicídio do

presidente e abriu-se, novamente, a possibilidade de assumir o poder e de por fim ao getulismo. Mas, numa dobradinha entre o PSD-PTB, a chapa de JK-Jango venceu as eleições com 36% dos votos. Para a UDN, uma vitória ilegível, acusaram a prática de fraude. Aliada aos setores anti-getulistas tentaram impedir a posse de JK. Tentativa frustrada, pois com o apoio do general Teixeira Lott, venceu a corrente da legalidade. Nas eleições de 1960 apoiaram Jânio Quadros e venceram as eleições. Porém, logo de início, as medidas adotadas pelo presidente desagradaram a UDN, principalmente a entrega de uma medalha de condecoração do cruzeiro do sul, ao então líder da Revolução Cubana, Fidel Castro. Jânio renunciou e numa tentativa desesperada de impedir a posse do “comunista” João Goulart, propuseram uma mudança de regime político, a adoção do parlamentarismo. Em consulta popular de janeiro de 1963 perderam novamente. O retorno ao presidencialismo tornava real a possibilidade de vitória das ditas reformas de bases, anunciadas por Jango no comício de 13 de março de 1964. Aquela altura os “gorilas” estavam em pânico, depuseram o presidente.

CONCLUSÃO

Ao longo da dissertação referimo-nos ao nacionalismo como um movimento político. Bem, consideramos que nos justificamos com a apresentação deste capítulo. “Movimento”, pois é possível observar o modo como se deu a organização e a atuação de várias instituições, como por exemplo, as ligas, comandos de ações, eventos universitários, cursos de capacitação, entre outros. Mesmo que por aqui tenhamos apenas citados todos eles, sem estabelecer uma análise mais pormenorizada, consideramos relevante que o nosso trabalho tenha apontado para a existência destes inúmeros meios pelos quais o “movimento” nacionalista se estabeleceu. Como já mencionamos anteriormente, talvez seja possível estender a corte cronológico para toda a década de 1950, incluindo assim, os eventos em torno da criação da PETROBRÁS. Porém, ressaltamos que a partir de 1956, com o funcionamento de instituições, como a Frente Parlamentar Nacionalista, o ISEB, o periódico “O Semanário”, possivelmente, a pauta nacionalista ampliou-se de forma considerável. Além disso, o que torna aquela conjuntura específica (1956-1964) é a introdução da teses cepalinas a respeito do subdesenvolvimento.

Por fim, salientamos que o nosso objetivo foi recuperar as disputas políticas ocorridas ao longo da década de 1950. De maneira alguma é possível conceber que aqueles sujeitos históricos, trabalhadores, estudantes e parlamentares de orientação reformista – afeito as reformas de base –

foram passivos ou omissos em relação aquilo que ocorria no país. Os novos estudos, e aqui me incluo entre eles, estão aí, demonstrando a mobilização deste sujeitos. Concluindo, consideramos que a tomada de poder pelos entreguistas em 1964 foi resultado da luta de classes estabelecida no país. As esquerdas, em especial, aqueles atrelados ao nacionalismo, formularam seus projetos políticos, porém, foram derrotados. A tradição e o passado impuseram-se sobre o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno do nacionalismo no Brasil foi ofuscado por duas vezes. A primeira, na década de 1970, quando se consolida a teoria do populismo na política brasileira. A segunda, a partir de 1990 com a construção do paradigma do trabalhismo. Ao longo da década de 1970, a produção intelectual dos nacionalistas, especialmente aqueles à esquerda do ISEB, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier, passaram a ser duramente criticada. A principal crítica dos populistas aos nacionalistas era em relação a condição da classe trabalhadora no Brasil. Afinal, como classificar os trabalhadores?

Ao longo do período de vigência do nacionalismo, a classe trabalhadora brasileira passou a ser vista como uma classe revolucionária. Em síntese, era a base da revolução brasileira. Se ao longo da primeira metade do século XX a intelectualidade brasileira havia considerado os trabalhadores como meros coadjuvantes, sob o argumento da pouca preparação para a vida democrática, a redemocratização em 1945, fez com que parte dos intelectuais passassem a identificar este novo segmento social como a gênese das transformações assistidas no país, em especial Nelson Werneck e Álvaro Vieira Pinto.

Com o golpe civil-militar de 1964, a esquerda brasileira, num exercício de auto-reflexão, passou a revisitar a história da classe trabalhadora brasileira. Ao fim concluíram, desde o início eram imatura, sem consciência de classe, ou seja, presas fáceis para os ágeis políticos populistas. No plano supraestruturário, a teoria do populismo passou a desqualificar também toda a conjuntura de 1950 e 1960. Assim, as lutas da sociedade civil em prol – da revolução brasileira – das transformações políticas, sociais, econômicas foram marginalizadas. Não compreenderam os ideólogos do populismo que a derrota de 1964 não resultara da imaturidade das classes trabalhadoras, mas do acirramento da disputa política, que tencionada no início da década de 1960, acabou resultando na vitória dos conservadores. Os grupos à esquerda não assistiram aos desdobramentos políticos daqueles anos de forma passiva, pelo contrário, lutaram, quase conseguiram, e só pararam quando se instituiu o uso da violência.

A segunda vez foi teve início nos anos de 1990, com a revisão da teoria do populismo. O trabalho de Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, deu início ao movimento de renovação que passou a revisitar a denominada República Populista. Rejeitando a tese de que a classe trabalhadora foi manipulada e cooptada na arena política, os novos estudos buscavam recuperar a história de suas lutas, através dos sindicatos, greves e associações civis. Em suma, os trabalhadores haviam voltado à cena, novamente como protagonistas.

De uma forma geral, a nova historiografia do Brasil República, tem como referência o

paradigma do trabalhismo –, perspectiva analítica centrada na figura de Getúlio Vargas e na atuação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em síntese, até o presente momento, a maioria da literatura tem tratado o nacionalismo como uma política de Estado – construída de cima para baixa – ou apenas como um substrato temporal.

Pode-se dizer que estes diagnósticos devem-se ao tipo de fonte utilizada, na sua maioria, a produção intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Aqui, optamos em analisar, além das fontes tradicionais, os periódicos da época, em especial o jornal “O Semanário”. A pesquisa no periódico nos possibilitou ter uma visão distinta do nacionalismo. Passamos a considerá-lo como um movimento político construído por setores específicos sociedade civil brasileira. Assim, a leitura se inverte, antes, de movimento de cima para baixo, agora tratamos como um movimento construído de forma democrática por intelectuais, estudantes, sindicatos e tanto outros – como os comunistas, trabalhistas e udenistas. Diante disso, não é possível sustentar a ideia que o nacionalismo no Brasil tenha sido somente um pensamento, foi sobretudo, um movimento político, aqui datado entre 1956 e 1964.

Como toda organização política, possuía suas pautas, entre elas, destacamos a intransigente defesa do monopólio estatal do petróleo. Desde 1953, ano de fundação da Petrobrás, os nacionalistas militaram insistentemente a favor da empresa. Tanto é assim, que a crise de 1958 no ISEB resultou das teses de Hélio Jaguaribe sobre a possibilidade da empresa *Stantard* “colaborar” com a Petrobras. No plano teórico, a teoria da CEPAL foi a principal referência do nacionalismo, com exceção ao trabalho de Nelson Werneck Sodré, de filiação marxista.

Porém a singularidade da conjuntura 1950 e 1960 estava, também, intimamente relacionada com certa tradição de pensamento no país. Acreditamos que o diagnóstico do atraso – semicolonial, semifeudal, arcaico, subdesenvolvido – identificado por aqueles intelectuais compunha certa tradição de pensamento no Brasil em vigência desde o final do século XIX.

ANEXOS -BIOGRAFIAS

Álvaro Vieira Pinto nasceu em Campos (RJ), no dia 11 de novembro de 1909.

Formado em medicina em 1932, pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, em 1934 ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista, liderada por Plínio Salgado. No campo profissional, dedicou-se aos estudos e pesquisas laboratoriais. Paralelamente, completou os cursos de física e matemática na Universidade do Distrito Federal (UDF). Alceu Amoroso Lima, então reitor da UDF, indicou-o para ensinar lógica matemática, disciplina pela primeira vez oferecida no país.

Mais tarde, passou a lecionar lógica na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil. Em 1941, tornou-se colaborador da revista *Cultura Política*, publicação que reuniu os mais expressivos intelectuais do Estado Novo, assinando a coluna "Estudos e pesquisas científicas".

Após passar um ano estudando na Sorbonne, em Paris, retornou ao Brasil em 1950, assumindo então a cadeira de titular de história da filosofia da FNFfi, disciplina que ministrava há vários anos, na qualidade de professor assistente. Em meados de 1951, afastou-se da pesquisa médica, à qual se dedicara praticamente desde a sua formatura, para se dedicar exclusivamente ao ensino e ao estudo da filosofia. Em 1955, a convite de Roland Corbisier, tornou-se chefe do Departamento de Filosofia do recém-criado Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), organizado no âmbito do Ministério da Educação e Cultura.

Na chefia do Departamento de Filosofia do instituto, lançou a coleção "Textos de Filosofia Contemporânea do ISEB" e publicou *Consciência e realidade nacional*, considerada sua obra filosófica mais sólida. Em 1962, assumiu a direção executiva do ISEB, tendo de enfrentar uma difícil situação financeira e uma permanente campanha difamatória movida pela imprensa conservadora, tendo à frente o jornal *O Globo*. A oposição ao ISEB tinha como motor o comprometimento do instituto com as reformas de base defendidas pelo governo do presidente João Goulart (1961-1964).

Com o golpe militar que derrubou Goulart (31/03/1964) e a repressão desencadeada a seguir, a sede do ISEB foi invadida e em 13 de abril os militares decretaram a extinção do instituto. Cassado pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), Álvaro Vieira Pinto se refugiou no interior de Minas Gerais e depois partiu para o exílio, primeiro na Iugoslávia e depois no Chile, onde trabalhou como pesquisador e professor no Centro Latino-Americano de Demografia, órgão ligado à Organização das Nações Unidas. Em dezembro de 1968, às vésperas da edição do AI-5, que marcou o endurecimento do regime militar, voltou ao Brasil. Nos anos 1970, traduziu obras de autores consagrados como Arnold Toynbee, Georg Lukacs, Noam Chomsky e Claude Lévy-Strauss, para a Editora Vozes, assinando sob diferentes pseudônimos. Em 1982, foi publicado seu livro *Sete lições sobre educação de adultos*, originalmente anotações de aulas ministradas no Chile, em 1966.

Álvaro Vieira Pinto faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de junho de 1987.

[Texto extraído do site CPDOC. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alvaro_vieira_pinto. (Acessado em 01 de dezembro de 2015.)]

Hélio Jaguaribe de Matos nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1923

Filho de Francisco Jaguaribe de Matos e Francelina de Oliveira Santos Jaguaribe de Matos. Em 1946 formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-RJ). Em 1949 tornou-se responsável pelo suplemento cultural semanal do *Jornal do Comércio*.

Em meados da década de 1950 iniciou um projeto de expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória, de sua família. A nova usina da Ferro e Aço foi concluída em 1961 e até 1964 Jaguaribe dirigiu esse empreendimento, quando renunciou à presidência da empresa.

Em 1952 passou a se reunir mensalmente com um grupo de intelectuais paulistas e cariocas no Parque Nacional de Itatiaia com a finalidade de estudar os problemas que a sociedade enfrentava. Em 1953, os cariocas do grupo de Itatiaia fundaram o Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia e Política (Ibesp), do qual Jaguaribe foi secretário-geral. Entre 1953 e 1956, o Ibesp publicou a revista *Cadernos de Nosso Tempo*, que buscava sintetizar o pensamento do grupo, reunindo ensaios sobre a sociedade e a economia.

Em 1955, os integrantes do Ibesp decidiram ampliar sua ação e criar um órgão por meio do qual pudessem influenciar nas decisões do poder relativas à orientação do desenvolvimento. Foi criado por decreto do governo de Café Filho o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), um dos núcleos mais importantes de elaboração da ideologia que ficou conhecida como nacional-desenvolvimentismo. Apesar da heterogeneidade das posições pessoais, os intelectuais que integravam o Iseb procuraram formular um projeto de desenvolvimento capitalista.

No fim de 1958, Jaguaribe publicou *O nacionalismo na atualidade brasileira*, desencadeando uma crise interna no Iseb por criticar o radicalismo de posições que transformavam o nacionalismo em símbolo de uma luta contra a participação de capitais estrangeiros no processo de desenvolvimento. O debate em torno do livro serviu de pretexto para acirrar uma disputa interna que polarizava o Instituto.

O então ministro da Educação, Clóvis Salgado, decidiu reunir o Conselho Curador e Consultivo para deliberar sobre a finalidade do Iseb. Apesar de o resultado da reunião ter sido favorável à posição de Jaguaribe, Roland Corbisier recorreu ao presidente Juscelino Kubitschek e ao ministro da Educação, conseguindo reformular a estrutura do Instituto, aumentando o poder do diretor sem que ficasse submisso ao Conselho Curador. Em 1959 Jaguaribe exonerou-se por discordar dessas mudanças.

Com o golpe militar de 1964 afastou-se do país depois de ter condenado a derrubada de João Goulart, indo lecionar sociologia nos Estados Unidos. De 1964 a 1966 lecionou na Universidade de Harvard; de 1966 a 1967 na Universidade de Stanford; e de 1968 a 1969 no Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Ao retornar ao Brasil em 1969, ingressou nas Faculdades Integradas Cândido Mendes, onde foi diretor de Assuntos Internacionais. Com a fundação do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes) em 1979, foi designado decano, função que continua exercendo.

Em 1985, coordenou o projeto Brasil 2000, encomendado pelo governo José Sarney. Os resultados foram publicados em 1986 com o título *Brasil 2000: para um novo pacto social*. A segunda parte do projeto foi lançada em 1988, com o título *Brasil: reforma ou caos*.

Em meados de 1988 participou da formação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com um

programa que defendia os princípios da social-democracia e o sistema parlamentarista de governo. Em 1992, renunciou aos cargos partidários para ser secretário da Ciência e Tecnologia do governo Fernando Collor de Mello, deixando o cargo quando foi aprovado o *impeachment* do presidente, em 29 de setembro, para dedicar-se exclusivamente à vida acadêmica.

A partir de 1994 passou a dirigir um projeto de pesquisa e análise da história universal — *A critical study of history*. O projeto liga o Iepes à Universidade de São Paulo e à de Buenos Aires, reunindo cientistas sociais e historiadores do mundo todo. Em 1983 a Universidade Johannes Gutenberg, de Mainz, Alemanha, conferiu-lhe o grau de doutor *honoris causa* em filosofia, por sua contribuição às ciências sociais e aos estudos latino-americanos. Casou-se com Maria Lúcia Charnaux com quem teve cinco filhos.

[Texto extraído do site CPDOC. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/helio_jaguaribe. (Acessado em 01 de dezembro de 2015)]

Nelson Werneck Sodré nasceu no dia 27 de abril 1911 no Rio de Janeiro

Filho de Heitor de Abreu Sodré e Amélia Werneck Sodré. Coursou a Escola Militar do Realengo de 1931 a 1933. No ano seguinte, foi destacado para o 4º Regimento de Artilharia Montada, em Itu (SP). Nesse período, escrevia para o *Correio Paulistano* duas vezes por semana e começava a despontar como escritor. Após a decretação do Estado Novo (10/11/1937), tornou-se ajudante-de-ordens do general José Pessoa, designado comandante da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, em março de 1938. Foi nessa ocasião, quando o Exército foi chamado a intervir em conflitos de terra entre grandes proprietários e agricultores pobres naquele estado brasileiro, que Sodré teria iniciado a sua rotação à esquerda, na direção do marxismo.

Ainda em 1938, publicou seu primeiro grande livro, *História da literatura brasileira*, uma análise das questões literárias a partir de das relações de propriedade e dos conflitos sociais. No início dos anos 1940, amigo pessoal de Graciliano Ramos, Jorge Amado e vários expoentes da literatura no período, já teria ingressado no Partido Comunista Brasileiro (PCB), então Partido Comunista do Brasil. Em 1944, iniciou o curso da Escola de Comando e Estado-Maior, concluindo-o em 1946. No ano seguinte, começou a lecionar na Escola, onde permaneceu até 1950 como chefe do Curso de História Militar.

Em maio de 1950, as eleições para a direção do Clube Militar foram ganhas pela chapa nacionalista, liderada pelos generais Newton Estillac Leal e Júlio Caetano Horta Barbosa. Participante entusiasmado da campanha nacionalista "O Petróleo é Nosso", Nelson Werneck Sodré foi convidado para dirigir o Departamento Cultural do Clube. Em represália, devido às suas posições políticas, foi transferido da Escola de Comando e Estado-Maior para o 5º Regimento de Artilharia, em Cruz Alta (RS), onde permaneceu durante quase cinco anos. Em 1956, de volta ao Rio, começou a colaborar com o vespertino *Última Hora*, onde escrevia a seção literária e os editoriais. Nesse período, passou a integrar a Comissão Diretora da Biblioteca do Exército e a colaborar com o jornal nacionalista *O Semanário*. Também foi, em 1955, que iniciou suas atividades como professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição que contava com a desaprovação dos militares conservadores.

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros (25/08/1961), apoiou a posse do seu sucessor legal, o vice-presidente João Goulart, que fora vetada pelos ministros militares. Por conta disso, foi preso e interrogado durante dez dias e destacado, contra a sua vontade, para servir em Belém. Insatisfeito, passou à reserva no início de 1962 na patente de general, pois possuía o curso de Estado-Maior.

Desde então, entregou-se totalmente à atividade intelectual de escritor e ao exercício do magistério no ISEB, onde passou a chefiar o Departamento de História. Foi nesse período que desenvolveu o único trabalho em parceria de sua carreira, *História nova do Brasil*. Após a deposição do presidente Goulart (31/03/1964) pelos militares, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Refugiado em uma fazenda de parentes em Fernandópolis (SP), foi preso no dia 26 de maio e enviado ao Rio de Janeiro, onde ficou detido durante 57 dias.

Como o regime militar havia tirado de Nelson Werneck Sodré o direito de ensinar, sua atividade passou a ser exclusivamente o estudo e a produção de novos livros. Um dos trabalhos em que continuou se empenhando foi *História militar do Brasil*, editado pela primeira vez em 1965. A última contribuição, e também sua 58ª obra, foi publicada em 1995: *A farsa do neoliberalismo*.

Faleceu em Itu no dia 13 de janeiro de 1999. Era casado com Yolanda Frugoli Sodré, com quem teve uma filha.

[Texto extraído do site CPDOC. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre. (Acessado em 01 de dezembro de 2015)]

Osny Duarte Pereira

Aos sete anos já redigia jornal manuscrito do grupo escolar. No ginásio criou um espaço para a discussão de problemas de interesse social e na Universidade Federal do Paraná, onde estudou Direito, foi candidato da Esquerda Universitária e eleito, em 1931, primeiro presidente do diretório acadêmico. Em 1932 participou da Revolução Constitucionalista e aos 19 anos foi promotor público no Estado do Paraná. Já advogado, fundou em 1934 o primeiro sindicato de operários do Vale do Rio do Peixe, no oeste de Santa Catarina.

Ingressou na magistratura de carreira do Distrito Federal em 1946, participou da fundação da Revista de Direito Contemporâneo, publicação voltada para a defesa das liberdades da América Latina. Na década de 50, integrou a Associação Brasileira de Juristas Democratas, da qual foi secretário e, depois, presidente. Integrou, ainda, a Associação Internacional de Juristas Democratas, com sede em Bruxelas, onde foi eleito Secretário para a América Latina. Solidarizou-se com os perseguidos políticos da América do Sul, participou de diferentes congressos em defesa das liberdades democráticas. Foi secretário-geral das Conferências Latino-Americanas do Rio de Janeiro e da Guatemala, em 1952 e 1953, e da Conferência pelas Liberdades Democráticas, em Santiago, em 1955. Participou de campanhas importantes como a “Campanha do Petróleo é Nosso” que levou a criação da Petrobras em 1953. Nesse mesmo ano, Osny Duarte foi um dos principais assessores da Missão Florestal da FAO- Agência das Nações Unidas para alimentação e agricultura.

Osny foi presidente da Associação dos Amigos do Povo Paraguaio e da Associação dos Amigos do Povo da Guatemala, participou de missões visando libertar presos políticos dos cárceres do Chile, Paraguai e Guatemala. Foi, ainda, secretário-geral do Instituto Cultural Brasil-Cuba, então presidido por Oscar Niemeyer. Nas décadas de 50 e 60, escreveu vários artigos para a imprensa popular. No meado dos anos 50 sofreu diversas penalidades impostas pela Corregedoria de Justiça, dentre as quais advertências e censura pública, por sua conduta pública de defesa dos interesses nacionais. Ao mesmo tempo recebeu moções de elogio do então presidente do Tribunal, demonstrando a diversidade de comportamentos dos membros da administração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e o embate de forças contrárias no seio da magistratura, tal como se desenvolvia no seio da sociedade, no mundo da “Guerra Fria”.

Nos anos 60, fez parte do corpo docente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Iseb, como chefe do Departamento de Ciência Política. Escreveu mais de 20 livros, o primeiro deles em 1950, intitulado “Direito Florestal Brasileiro”, que o coloca em posição pioneira na defesa do meio ambiente. Foi um dos realizadores do anteprojeto e da emenda constitucional da reforma agrária, por nomeação de João Goulart. Teve os direitos políticos cassados em 1964 e enfrentou diversos inquéritos policiais-militares.

Em decorrência da cassação dos seus direitos políticos por 10 anos, no dia 9 de abril de 1964, o governador do Estado da Guanabara o colocou em disponibilidade na magistratura. Exerceu a presidência do Conselho Brasileira de Defesa da Paz – Condepaz. Com a Lei da Anistia, encaminhada pela oposição por Modesto da Silveira, reassume seu cargo na magistratura, como desembargador, em 28 de dezembro de 1979. Osny Duarte Pereira foi juiz chegando a função de desembargador. Em 12 de maio de 1982 se aposenta a pedido, seis meses e quatro dias antes das eleições de 1982.

De 1987 a 1988, participou dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, preparando projetos e dando assessoria aos relatores. Em reconhecimento pela sua atuação democrática, foi eleito, pela Câmara, membro suplente do Conselho da República, em 1989. Com o jornalista Barbosa Lima Sobrinho e o jurista Evandro Lins e Silva, assinou o pedido de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Morreu em 23 de outubro de 2000, aos 88 anos, de insuficiência cardiorespiratória, no Rio de Janeiro.

[Texto extraído do site <http://www.abi.org.br/abi-celebra-centenario-de-osny-duarte-pereira/> (Acessado em 01 de dezembro de 2015)

FONTES

IMPRESSOS

JORNAL “O SEMANÁRIO”

OBRAS

ÁLVARO VIEIRA PINTO: IDEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL (1956); CONSCIÊNCIA CRÍTICA E REALIDADE NACIONAL (1960)

HÉLIO JAGUARIBE: O NACIONALISMO NA ATUALIDADE BRASILEIRA (1958)

NELSON WERNECK SODRÉ – *INTRODUÇÃO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA* (3ed. 1967)

OSNY DUARTE PEREIRA – *ESTUDOS NACIONALISTAS*, vols 1 e 2. (1960)

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Jornal “O Semanário”, n. 12[9], ano III – p.7 / **Imagem 2** – Estudos Nacionalistas, p.64

Imagem 3 – Jornal “O Semanário”, n. 174, ano IV – p. 7 / **Imagem 4** – Estudos Nacionalistas, p.160

Imagem 5 – Estudos Nacionalistas, p.177 /

Imagem 6 – Jornal “O Semanário”, n. 260, ano V – p. 8

Imagem 7 – Jornal “O Semanário”, n. 154, ano IV – p.6 / **Imagem 8** – Jornal “O Semanário”, n. 137, ano III – p.8

Imagem 9 – Jornal “O Semanário”, n. 155, ano IV – p.7 / **Imagem 10** – Estudos Nacionalistas, p.215

Imagem 11 – Jornal “O Semanário”, n.376, ano 1964, capa.

BIBLIOGRAFIA

ALDANA, Ramón Losada. **Dialética do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1968.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo; Companhia das Letras, 2008.

BALAKRISHNAN, Gopal. (ORG). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, Ed.5 2004

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks. Edição do Centenário, 2005.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs). **Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRESCIANNI, Stella & NAXARRA (Org). **Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. São Paulo: Editora Unicamp 2.ed, 2004.

BRESCIANNI, Maria Stella Matins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil**. 2ed. Rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BREUILLY, John. **Abordagens do nacionalismo**. IN: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ed. São

Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARLOS REIS, José. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ed. Ampl. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CEBALLOS, Viviane Gomes. “**E a história se fez cidade...**”: a construção histórica e historiográfica de Brasília. (Dissertação de Mestrado). Unicamp, 2005.

CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho Franco. **Ideologia e Mobilização popular**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Editora Record: Rio de Janeiro – São Paulo, 2006.

CORBISIER, Roland. **Brasília e o desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro, 1960.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: Campanha de Canudos**. 27ª edição. 1963. Editora Universidade de Brasília

DUTRA, Eliana de Freitas, (Org); MOLLIER, Jean – Yves (Org). **Política nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séc. XVIII-XX** -São Paulo: Annablume, 2006.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo radical 1945 – 1964**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e a sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Brasís, Brasil, Brasília**. Rio de Janeiro, Editora Record, 1968.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra - 4ª edição, 1985

_____. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. Ed. 34, 2007.

_____. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1962.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, 1994.

_____. (Org). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GUIRIERI, Adolfo. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Editora Contraponto, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio - 10ª edição,

1976.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **“História dos Intelectuais nos anos cinquenta.”** In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ed. São Paulo: Contexto 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

KUBITSCHECK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Editora Bloch, 1975.

LAFER, Celso. **JK e o programa de metas (1956-1961)**. Processo Planejamento e sistema político no Brasil. Editora: FGV, 2002.

LEITE, DANTE MOREIRA. **O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia**. 3ed. São Paulo, Pioneira, 1976.

LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário & e afirmação do romance**. Editora Companhia das Letras - 1ª edição 1999.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Por que pensamento e não teoria? A imaginação política-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)**. Revista Dados – Revista de Ciências Sociais, RJ. Vol. 56, n.4, 2013. pp. 727 a 767.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1980.

NABUCO, Joaquim. **Balmaceda**. Rio de Janeiro. Editora Typographia Leuzinger, 1895.

_____. **A escravidão**. Rio de Janeiro: Batel, 2010.

_____. **O abolicionismo**. 4ed. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1977. (Dimensões do Brasil.

OLIVEIRA, Ricardo. **Ficção, ciência, história e a invenção da brasilidade sertaneja**. Revista de Estudos Literários – UFJF. Vol. 4. N. 1, 2000.

_____. **Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.22, n.44, PP.511-537, 2002.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **A Máquina da Memória - Almanaque Abril: O tempo presente entre a história e o jornalismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2009.

PEREIRA, Osny Duarte. **Estudos nacionalistas – Considerações à margem do Brasil Contemporâneo. Vol I e II**. São Paulo. Editora Fulgor Ltda, 1960.

PINHEIRO, Luis Adolfo. **A consciência nacionalista**. Brasília. Editora Gráfica Alvorada LTDA,

1971.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / Ed. FGV, 1996.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da Vida Privada no Brasil. Vol. 4**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – Tensões sociais e criações cultural na Primeira República**. Editora Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. 3ª edição - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TAVARES, Maria da Conceição Tavares. (Org). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré**. IN: SILVA, Marcos. (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: Edusc, 2001
_____. **ISEB: Fábrica de ideologias**. Editora Unicamp, 2006.

_____.(org). **Intelectuais e política no Brasil -a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. 3ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.

VILLAS BÔAS, Gláucia. **A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da biblioteca nacional 1945 a 1966**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

WEFFORT, Francisco Corrêa **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.